UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Márcia Lika Hattori

Arqueologia em áreas de
conflito: Cemitérios, obras
de desenvolvimento e
comunidades.

São Paulo
2015

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

MÁRCIA LIKA HATTORI

**Arqueologia em áreas de conflito: Cemitérios, obras
de desenvolvimento e comunidades.**

**São Paulo
2015**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

MÁRCIA LIKA HATTORI

Arqueologia em áreas de conflito: Cemitérios, obras de desenvolvimento e comunidades.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arqueologia

Área de Concentração: Arqueologia
Orientador: Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos
Linha de Pesquisa: Arqueologia e Sociedade

Versão corrigida. A versão original encontra-se na biblioteca do MAE

**São Paulo
2015**

Dedico esta dissertação

Aos sempre presentes, meus pais Youko e Yuji, meu irmão Yugo e ao Quino.

Às comunidades do Fazendinha, do Carvalho em Custódia (PE) e a comunidade de Lagoa da Pedra em Arraias (TO) pela perseverança, luta e coragem no dia a dia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais que lutaram a vida toda para que eu e meu irmão pudéssemos nos dedicar ao estudo. Ao Marcelo e ao Quino por toda compreensão das minhas ausências e por sempre me motivar a seguir em frente.

Ao meu orientador Camilo de Mello Vasconcellos que fez com que “a minha peteca não caísse”!

Às professoras Fabíola Silva e Márcia Bezerra pelas contribuições na qualificação!

Agradeço às minhas amigas de uma vida - Amanda, Juliana, Lígia e Suyami por sempre terem o ombro e o tempinho em um café (fosse onde fosse) para risadas e desabafos.

Agradeço ao Francisco Pugliese e ao Astolfo Araújo pelos primeiros passos na Arqueologia, na vida no laboratório e no campo e aos quatro anos de estágio no Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos (LEEH). Ao Camilo, a Judith e a Carla pela inserção no mundo dos museus e da educação.

Obrigada ao Paulo Zanettini e à Camila Moraes que me deram a oportunidade de conhecer e experienciar tantos lugares pelo Brasil - em especial ao encantador mundo dos sertões da Bahia e de Pernambuco. À Camila Moraes, em especial, por me ajudar a delimitar meu projeto de pesquisa e a me instigar sempre pensando em uma Arqueologia mais inclusiva.

À professora Marília Xavier Cury pelas experiências no noroeste paulista em uma museologia comprometida com os grupos indígenas.

À equipe da Zanettini Arqueologia com quem dividi muitos e muitos momentos: Gabriela, Ângelo, Marcel, Camila, Breno, Daniela, Matilde, Gil, Neia, Sheila, Tatiana, Lucas, Luana, Kena, Piero, Tayane, Rodrigo...

Ao Rafael Abreu por dividir comigo a minha primeira unidade de escavação 1 X 1, reflexões, projetos, trabalhos e até coletas de DNA!

À Louise Alfonso e ao Robson Rodrigues pelos projetos no interior de São Paulo em especial a parceria para implantação do Museu Histórico e Arqueológico de Lins. As comunidades que participaram deste trabalho em especial a comunidade japonesa (ABCEL) que me ensinou na prática sobre o que significa identidade e o que são relações de pertencimento. Agradeço especialmente à Louise, por partilhar tantos projetos e aventuras pelo interior de São Paulo!

Aos amigos que a vida profissional me presenteou: Rafael, Louise, Luana, Verônica, André, Agda, Ana, Patrícia e Maurício!

A Gabi Farias pela ajuda com os mapas.

Ao Marcelo pela ajuda na sistematização das referências bibliográficas e pelo carinho. Ao meu irmão Yugo pela ajuda ao ficar do meu lado e ler pacientemente os capítulos desta dissertação quando eu já não queria mais continuar fazendo.

Às comunidades do Carvalho e do Fazendinha de Custódia (PE) e Lagoa da Pedra de Arraias, Tocantins.

Agradeço a todos e todas que contribuíram para os trabalhos em Custódia (PE) e Arraias (TO): Rafael, Everaldo, Pacheco, Catarina, Sérgio Francisco, Valdirene, Paulo, Louise, Denise, Alexandre, Paulo Lima, Uelde, Cláudio, Luana, Tati, Breno, Pati, Marcos Issa,

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo apoio financeiro concedido.

Aos funcionários do MAE que me acolhem e me fazem sentir em casa há mais de dez anos.

Ao Jorge Alberto pela cuidadosa revisão.

Por fim agradeço à equipe de Arqueologia da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que me apoiaram durante toda essa fase final: Aline Oliveira, André Strauss, Ana Tauhyl, Felipe Quadrado, Luana A Alberto, Marina Gratão, Marina di Giusto, Mariana Inglez, Patrícia Fischer, Rafael de Abreu, Jacob Gelwan e Douglas Mansur.

Muito obrigada!!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
I. O contexto: a política “desenvolvimentista” no início do século XXI – Os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e PAC 2).....	17
CAPÍTULO 1: ARQUEOLOGIA EM ÁREAS DE CONFLITOS SOCIAIS DE CUNHO AMBIENTAL - AS DIFERENTES VALORAÇÕES SOBRE LUGARES E TERRITÓRIOS.....	26
1.1. Introdução	26
1.2. Entrelaçando os caminhos da pesquisa: Arqueologia em áreas de conflitos sociais de cunho ambiental – possibilidades teóricas e metodológicas.....	36
1.3. Considerações sobre territórios, lugares sagrados, comunidades e Arqueologia	46
CAPÍTULO 2 – E O TREM FEZ A CURVA: MOBILIZAÇÃO E PROTAGONISMO NO SERTÃO DO MOXOTÓ, PERNAMBUCO	53
2.1. Introdução.....	53
2.2. O trabalho de campo para o levantamento dos conflitos e relações com o local.....	68
2.3. Significações do trabalho arqueológico e as narrativas sobre o lugar.....	73
2.4. Paisagens modificadas e mudanças	90
CAPÍTULO 3 - CEMITÉRIO RURAL E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: OS LUGARES SAGRADOS EM ARRAIAS, TOCANTINS.....	107
3.1. Introdução.....	107
3.2. O trabalho de campo para o levantamento dos conflitos.....	112
3.3. Relações de pertencimento com o cemitério rural	122
3.4. Encaminhamentos para a pesquisa arqueológica – Patrimônio arqueológico ou não?.....	130

DUAS FAZENDINHAS E O MESMO PROBLEMA?	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153

ANEXOS

Anexo 1: Transcrições de Arraias, Tocantins

Anexo 2: Transcrições de Custódia, Pernambuco

LISTA DE PRANCHAS

Prancha 1: Sítio Fazendinha – Atividades realizadas

Prancha 2: Localização dos sepultamentos e remanescentes humanos

Prancha 3: A capela São Luiz Gonzaga

Prancha 4: Reportagens

Prancha 5: Reportagens

Prancha 6: Reportagens

Prancha 7: Reportagens

Prancha 8: Projeto e foto da nova capela

Prancha 9: O altar da capela São Luiz Gonzaga

Prancha 10: A chegada do empreendimento

Prancha 11: Mudanças no território, Arraias - Tocantins

Prancha 12: Mudanças no território, Arraias - Tocantins

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Obras do PAC 1 e PAC 2 no território nacional.

Figura 2: Localização das áreas onde estão os estudos de caso.

Figura 3: Adaptação das etapas de trabalho de enfoque na história oral, com base nos trabalhos de Meihy (2005) e Equipo Peruano de Antropología Forense (2010).

Figura 4: Mapa do município de Custódia com destaque para as comunidades próximas ao Sítio Fazendinha.

Figura 5: Francisco Moura Leite (Chiquinho de Elizeu) e Maria do Carmo Lima Leite (Dona Lia).

Figura 6. A extensão da Ferrovia Transnordestina e o seu trajeto

Figura 7: Sequência dos procedimentos adotados para as entrevistas realizadas no trabalho de campo no mês de outubro de 2012.

Figura 8: Estrutura (esquema) dos colaboradores. Aqueles que estão conectados são indicados pela pessoa que está acima.

Figura 9. Programação de 2012 da novena de São Luiz Gonzaga, realizada anualmente no município de Custódia, PE.

Figura 10: Folheto da Novena de São Luiz Gonzaga de 2013, patrocinado pela Prefeitura de Custódia.

Figura 11: Esquema: O cuidado: O zelo com a capela. Sequência de zeladoras que cuidaram da capela, conforme referências dadas pelas colaboradoras

Figura 12: Damião, irmão de Luiz Gonzaga, mostrando o local do enterramento ao lado do cruzeiro.

Figura 13: Os caminhos utilizados pelos moradores na cor rosa, sobrepostos a partir das fotos aéreas e dos caminhamentos realizados durante etapa de campo de outubro de 2012.

Figura 14: Apresenta os caminhos sem a fotografia aérea.

Figuras 15 e 16: Fotos tiradas respectivamente em 2008 e 2009 anteriores às intervenções do empreendimento. Na primeira foto à esquerda as setas indicam o parque da vaquejada e a escola em relação a igreja. A segunda foto é a escola municipal e atrás dela a igreja

Figuras 17 e 18: Fotos tiradas em 2010 e 2012 respectivamente. A primeira foto (à esquerda) mostra o alinhamento de caminhões do empreendimento em frente à igreja. A segunda foto mostra a igreja hoje, diferentemente da figura 17, com o caminho cortado pelo traçado do trem e sem o parque da vaquejada, as algarobas próximas e a escola municipal. (Crédito das fotos da esquerda para direita: Zanettini Arqueologia e arquivo pessoal, outubro de 2012).

Figura 19: Uma das propostas para o desvio da capela com a distância de 21,87 m para a linha do trem.

Figuras 20, 21 e 22. Fotografias aéreas de 2007, 2010 (período das duas etapas de resgate arqueológico) e de 2012

Figura 23: Os muros de pedras que acompanham o relevo da cidade.

Fonte: Zanettini Arqueologia, 2011

Figura 24: Sítio arqueológico Rio Bezerra III e o sepultamento identificado conforme indicação da seta.

Figura 25: Resgate do sítio arqueológico Rio Bezerra III.

Figura 26: Rede de colaboradores a partir do “Marco Zero” estabelecido.

Figura 27: Ex-voto encontrado no interior da Lapa do Bom Jesus.

Figura 28: Moeda colocada no interior da Lapa do Bom Jesus.

Figura 29: Proprietários da Fazenda Fazendinha - histórico de compra e venda.

Figuras 30 e 31: Cemitério do distrito de Cana Brava, visita com Maria Inácia Farias, liderança local e a autora

Figuras 32 e 33: Cemitério Boa Esperança, ainda utilizado pela comunidade quilombola. Nas imagens acima, o alinhamento de rochas e as cruzes indicando os sepultamentos. Visita realizada com Luana Alberto, arqueóloga e Maria Inácia Farias, liderança local

Figuras 34 e 35: Cemitério do Urubu inativo. Nas imagens indicações dos sepultamentos como: partes de uma cruz e o alinhamento de rochas. Visita realizada por Uelde Ferreira, arqueólogo, com base nas referências dadas pelas comunidades.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comunidades quilombolas no município de Custódia, PE, por data de publicação de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares. Organizado por Márcia Lika Hattori.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA – Área diretamente afetada

AID – Área de impacto direto

AII – Área de impacto indireto

CNA – Centro Nacional de Arqueologia

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FIOL – Ferrovia de Integração Oeste – Leste

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICOM – *International Council of Museums*

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional

MAE - USP – Museu de Arqueologia e Etnologia da USP

NUTA – Núcleo Tocantinense de Arqueologia

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal

PIN – Programa de Integração Nacional

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

TLSA – Transnordestina Logística S.A.

WAC – World Archaeological Congress

HATTORI, Márcia Lika. ***Arqueologia em áreas de conflito: Cemitérios, obras de desenvolvimento e comunidades***. Dissertação de mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2015.

RESUMO

Em todo país, áreas de diferentes comunidades têm sido atingidas por grandes obras de infraestrutura, em função do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Arqueólogos responsáveis por parte do licenciamento ambiental têm se deparado com o desafio de trabalhar com essas comunidades e, geralmente, em um curto espaço de tempo. A presente pesquisa busca compreender, face aos conflitos entre comunidades e empreendimentos ocorridos no âmbito do Sítio Arqueológico Fazendinha (Estado de Pernambuco) e do Sítio Arqueológico Rio Bezerra III (Estado do Tocantins), em que medida os trabalhos de Arqueologia podem trazer outras valorações no trabalho de licenciamento ambiental que não seja somente a econômica. Da mesma forma, procura identificar o espaço das comunidades, a partir de análises contradiscursivas, no contexto de uma ciência que nasceu colonialista. Para tal, propõe contribuições metodológicas e de atuação em áreas de conflito em que há uma arena de disputa entre mercado, comunidades, patrimônio e ciência, que possibilitem espaços de diálogos a serem construídos em conjunto com as questões locais, incorporando narrativas e formas de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos, Cemitérios rurais, Arqueologia de contrato, patrimônio cultural, licenciamento ambiental.

HATTORI, Márcia Lika. ***Conflict Archaeology: Cemeteries, construction works and communities***. Master's thesis. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2015.

ABSTRACT

All over the country, areas of different communities have been affected by major infrastructure projects, according to the Growth Acceleration Program (PAC) of the Brazilian Federal Government. Archaeologists responsible for part of the environmental licensing have faced the challenge of working with these communities and generally, in a short period of time. This research aims to comprise, given the conflicts between communities and infrastructure works occurring within the Archaeological Site Fazendinha (State of Pernambuco) and the Archaeological Site Rio Bezerra III (Tocantins), the extension of the influence of archaeology work bringing other valuations at the study of environmental licensing, besides the economic one. Similarly, attempts to identify the space of the community, from contra-discursive analysis in a context of a science that was born colonialist. It therefore suggests methodological contributions and forms of acting in conflict areas where there is a dispute between capital market, communities, heritage and science, enabling spaces for dialogue to be built in conjunction with the local questions, incorporating narratives and ways of working.

KEY WORDS: conflicts, cemeteries in rural areas, contract archaeology, cultural heritage, Environmental licensing

HATTORI, Márcia Lika. ***Arqueología en zonas de conflicto: Cementerios, obras de desarrollo y comunidades***. Tesis de maestría. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2015.

RESUMEN

Por todo el Brasil, las áreas de distintas comunidades se han visto afectados por los grandes proyectos de infraestructura, de acuerdo con el Programa de Aceleración del Crecimiento (PAC) del Gobierno Federal. Los arqueólogos responsables por parte de la licencia ambiental se han enfrentado el reto de trabajar con estas comunidades y en general en un corto espacio de tiempo. Esta investigación busca entender, puestos los conflictos entre las comunidades y los acontecimientos que ocurren dentro del Yacimiento Fazendinha (Estado de Pernambuco) y el Yacimiento Rio Bezerra III (Estado de Tocantins), en qué medida la práctica arqueológica puede traer otras valoraciones en el trabajo de licencia ambiental que no sea solamente la económica. Del mismo modo, busca identificar el espacio de la comunidad, desde las análisis contradiscursivas en el contexto de una ciencia que nació colonialista. Por lo tanto, sugiere contribuciones metodológicas y de prácticas arqueológicas en áreas de conflicto donde hay una disputa entre el mercado, las comunidades, el patrimonio y la ciencia, lo que permite espacios de diálogo que se construirán en conjunto con las cuestiones locales, abarcando narrativas y formas de trabajo.

PALABRAS CLAVE: Conflictos, Cementerios Rurales, Arqueología Preventiva, Patrimônio Cultural, Licencia Ambiental

INTRODUÇÃO

Em 2009 veio uma equipe de Arqueologia que eu não sei quem eram aquelas pessoas e me procuraram. Aí eu fui até lá e eles me disseram: ‘Olha, nós queremos os documentos desta igreja’. Eu disse que a igreja é muito antiga e não existia documento, naquela época eles não davam importância pra isso. (...). **O arqueólogo insistiu no documento e eu disse que não tenho. Ele disse: Óh, então isso aqui vai (gesto de explosão) porque vai passar a linha do trem. Foi a primeira vez que eu soube da passagem da Transnordestina... daí eu disse que a gente vai lutar, a gente vai brigar pela igreja (grifo nosso).**

Edvaldo dos Santos Queiroz, presidente da associação do sítio do Carvalho
(2012).

Na região nordeste, no sertão do Moxotó, duas grandes obras – a Ferrovia Transnordestina e a transposição do rio São Francisco cortam a zona rural do município de Custódia. Uma pequena capela com sepultamentos no seu entorno passa a ser ameaçada de demolição por estar na área diretamente afetada (ADA) pela construção da ferrovia.

Em outra região, no sul do Estado do Tocantins, a construção de uma barragem de água para mineração de fosfato ameaça um sítio arqueológico denominado “Bezerra III”, no município de Arraias. Durante a fase de resgate do sítio, uma arqueóloga encontra um possível sepultamento no referido local. O que era possível fazer? Havia pessoas ou grupos que se relacionavam ainda com aquele sepultamento?

Com as recentes construções de grandes obras de infraestrutura por todo o Brasil, as tensões sociais, já existentes no campo e na cidade, aumentaram e vieram à tona conflitos entre comunidades e grandes empreendimentos, sejam estes do governo federal ou da esfera privada. Geralmente, o fator econômico se torna o lado mais forte dessa relação, fazendo com que famílias e respectivas comunidades sejam alocadas para outros lugares para que seus espaços sejam transformados em hidrelétricas, linhas de transmissão, rodovias, entre outros. Conflitos sociais de cunho ambiental envolvendo obras como as Usinas Hidrelétricas de Belo Monte e Tapajós e a transposição do Rio São Francisco têm sido amplamente discutidos na academia,

especialmente pelas Ciências Sociais, por movimentos sociais e organizações não governamentais (JUSTIÇA AMBIENTAL, 2012; XINGU VIVO, 2012; ZHOURI, 2001; ZUCARELLI, 2006; LITTLE, 2007; ACSERD, 2004). Trabalhos arqueológicos e de Educação Patrimonial estão no cerne dessas questões, especialmente aqueles vinculados aos processos de licenciamento ambiental, embora ainda sejam escassos os trabalhos que possibilitem refletir sobre as contribuições da Arqueologia nestes contextos.

Este trabalho parte do pressuposto de que o olhar arqueológico em tais contextos pode contribuir para compreender o presente. Considerando que a análise das mudanças ao longo do tempo e do espaço faz parte do trabalho do arqueólogo, entendo que o pesquisador deve se preocupar com o estudo sobre a chegada de empreendimentos que reestruturam e modificam a organização social e o uso do espaço. Dessa maneira, os conflitos são fonte para compreender as apropriações do território e as valorações dadas pelas comunidades em prol de sua permanência e uso do espaço, apoiada no seu contexto imaterial e material, seja pelo uso da terra, ou por outros elementos, tais como os lugares sagrados.

Durante oito anos atuei em diferentes contextos no Brasil, a partir dos trabalhos de Arqueologia de contrato. Com base em experiências que havia vivenciado, em que muito se questionava a respeito dos impactos da implantação de diferentes empreendimentos que, embora possuam particularidades locais, são estruturais e recorrem à nossa atuação; e, ainda, com as discussões sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, é que surgiu a proposta de pesquisa, com o intuito de refletir sobre o papel da Arqueologia em locais envolvidos em conflitos ambientais, os desafios, as questões éticas e as responsabilidades daqueles envolvidos, por vezes, em obras suscetíveis a questionamentos de várias ordens.

A partir daí escolhi debruçar-me sobre o contexto conflituoso no qual estava inserido o Sítio Arqueológico Fazendinha, no sertão do Moxotó, em Pernambuco, cuja comunidade local tomou para si os vestígios encontrados pela Arqueologia e se mobilizou em torno da luta pela preservação de uma capela a ser diretamente

impactada (de modo negativo) por uma ferrovia. A análise dos movimentos de apropriação e leituras ao redor dos vestígios pela comunidade, juntamente com a reflexão sobre nossa atuação (enquanto arqueóloga) poderia contribuir, assim, para maior imersão em uma prática arqueológica descolonizadora e engajada nas pesquisas, fundamental ao contexto atual, quer inseridas no meio acadêmico quer no empresarial.

No caminhar da pesquisa, tive a oportunidade de aplicar uma proposta e analisar um contexto conflituoso entre empreendimento e comunidades locais no sudeste do Tocantins na cidade de Arraias, outra região bastante impactada pela política “desenvolvimentista” dos últimos anos. Vale lembrar que assim como no nordeste, a região norte tem sido palco da instalação de inúmeros empreendimentos de infraestrutura. Lá, uma série de tensões acirrava os conflitos entre a comunidade quilombola de Lagoa da Pedra e um empreendimento de mineração. Além disso, outro conflito premente poderia ocorrer diante da localização de um cemitério em área sobreposta ao Sítio Arqueológico Bezerra III, identificado durante a etapa de prospecção realizada pela empresa Zanettini Arqueologia, em área de uma futura barragem. Diante dos resultados e dos desafios impostos, acreditei ser fundamental a inserção destes dois estudos de caso nessa dissertação.

A definição da pesquisa também se deu a partir da necessidade de realizar uma reflexão sobre os trabalhos de Educação Patrimonial que vêm sendo desenvolvidos no âmbito da Arqueologia de contrato e que tem sido, na maior parte dos casos, o único contato das diferentes comunidades com as pesquisas arqueológicas. Previsto no âmbito de uma legislação desde 2002 (Portaria IPHAN nº 230/02), os trabalhos de Educação Patrimonial aumentaram sensivelmente conforme a obrigatoriedade – sendo que muitos foram desenvolvidos em diferentes direções e perspectivas. Segundo Bruno e Zanettini (2007), a Arqueologia realizada em moldes empresariais expressou 90% do total das autorizações de pesquisa emitidas pelo IPHAN entre 2004 e setembro de 2007. É igualmente responsável pela visibilidade da disciplina, a multiplicação de acervos e de instituições devotadas à sua guarda e da geração de informação e dados brutos contidos em relatórios para os órgãos responsáveis.

Assim, optei por analisar um contexto na região nordeste e fazer uma proposta em outro contexto, na região norte, áreas no Brasil mais afetadas por grandes empreendimentos sejam do governo federal, sejam privados. Os objetivos foram:

- 1) Tomar como pontos de reflexão os estudos em que ocorreram conflitos, para poder contribuir com as formas de atuação na prática e nas possibilidades da Arqueologia;
- 2) Refletir sobre o impacto das pesquisas arqueológicas com as diferentes comunidades;
- 3) Compreender as mudanças no uso do espaço, nos padrões de ocupação e nas relações sociais com eventos como uma grande obra;

Desta forma, partiu-se da hipótese de que poucos arqueólogos têm trabalhado com/para as comunidades durante as pesquisas que participam, nas leituras e compreensões sobre a história de ocupação do local e, tampouco, durante os trabalhos de Educação Patrimonial. Nos contextos de conflitos, a Arqueologia tem se posicionado como área de especialistas que estão desvinculados de qualquer papel político engajado em prol das lutas das comunidades ao atuar nos licenciamentos ambientais. A partir do uso da História Oral na leitura e compreensão dos diferentes patrimônios por parte de diferentes grupos, o trabalho busca contribuir com a lacuna destas discussões no âmbito acadêmico.

I. O contexto: a política “desenvolvimentista” no início do século XXI – Os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e PAC 2)

No início do segundo mandato (2007 a 2010) de Luís Inácio Lula da Silva (PT), como presidente da república, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, projeto que previa investimentos públicos e privados da ordem de mais de 500 bilhões de dólares em projetos de infraestrutura e obras de médio e grande porte como ferrovias, portos, estradas, usinas de energia térmica, eólica, entre outros (BRASIL,

2014). Segundo a proposta, o PAC teria por objetivos promover a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira em diferentes regiões, muito embora, o que vemos, em especial nas obras em transportes e energia, é o predomínio do modelo desenvolvimentista de viés exclusivamente econômico. Atualmente, estamos no fim da segunda fase do programa denominado PAC 2, lançado em 2011, já na gestão da presidenta Dilma Rousseff (PT), cujas bases são as mesmas, mas com novos recursos e parcerias com estados e municípios para execução de obras estruturais (BRASIL, 2014).

No entanto, este não é o primeiro projeto federal voltado a programas desenvolvimentistas¹. Desde a República, o Brasil passou por várias gestões, a exemplo do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e os governos militares (1964 -1985) que impuseram programas cujas políticas econômicas eram baseadas em metas de crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com participação ativa do Estado. Estes últimos empreenderam inúmeros programas, durante uma ditadura que, recentemente historiadores tem proposto como civil-militar, denominados: Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964-1966), Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967- 1968), Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED (1968 - 70); Plano de Metas e Bases para Ação do Governo (1970 - 71); Programa de Integração Nacional - PIN (1970) e os Planos de Desenvolvimento Nacional - I PDN e II PDN (PESSÔA, 1988).

Vinculados a esses programas, foram construídas as primeiras grandes estradas amazônicas – Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém – nos anos de 1960 e 1970, cuja função era dar acesso à vasta Região Norte para colonos, garimpeiros, fazendeiros, comerciantes e grandes empresas procedentes de outras regiões do Brasil. Além disso, a criação da Zona Franca de Manaus, a construção das hidrelétricas de Tucuruí, Balbina, Sobradinho e o estabelecimento do projeto de

¹ Optei por adotar o termo “desenvolvimentismo” ao invés de “novo desenvolvimentismo” ao considerar que as políticas territoriais brasileiras no contexto do PAC não são necessariamente um novo tipo de desenvolvimentismo, muito embora o contexto social e histórico brasileiro sejam bastante distintos. Para discussões sobre o tema ver FARIAS e PRADO, 2013; SEOANE et al (2011); SILVA e CARVALHO, 2013;

mineração Grande Carajás, também serviram para produzir novas frentes de expansão desenvolvimentista. Nesse processo, foram contatados inúmeros grupos indígenas como os Paracanã e, com o avanço das obras, outras tantas populações foram dizimadas ou foram drasticamente reduzidas, conforme dados sobre violações de direitos humanos que têm sido apresentados pela Comissão Nacional da Verdade (2014) ou com a descoberta e publicização de documentos como o Relatório Figueiredo (1968) um extenso relatório produzido em 1968, "descoberto" em 2013, e que narra a vasta violência sobre populações indígenas durante o período no país. Vale lembrar que para os indígenas, o regime autoritário iniciado em 1964 ainda sobrevive na lógica desenvolvimentista, no descaso por seus direitos. Muitos pesquisadores² afirmam que a ditadura inaugura uma política policial, de violações, desaparecimentos e imposições que até hoje perduram. A Arqueologia, a partir de pesquisadores vinculados a universidades participou das pesquisas empreendidas em muitos projetos relacionados a essas grandes obras como a das Usinas Hidrelétricas de Sobradinho, Itaipu e Serra da Mesa, embora ainda não inserida no escopo do licenciamento ambiental.³

A declaração do general e ex-governador de Roraima, Fernando Ramos Pereira em março de 1975 explicita a forma como foi empreendido este “desenvolvimento”.

Uma área rica como essa, com ouro, diamantes e urânio não pode dar-se ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas que estão atrasando o desenvolvimento do Brasil.

*Fernando Ramos Pereira
Estado de São Paulo, 01 de março de 1975.*

Do outro lado das estratégias do desenvolvimentismo do século XXI, no contexto de expansão do capital para áreas pouco exploradas economicamente, é criado o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. As justificativas da implantação do PAC são pautadas no discurso do crescimento econômico, do aumento do número de

² PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* [online]. 2011, vol.6, n.3, pp. 479-499.

³ É apenas em 2002, com a Portaria IPHAN nº 230/02, que se estabelecem as atividades arqueológicas nas distintas fases do licenciamento ambiental.

empregos e outros aparentes benefícios; mas é ao PAC que está atrelado o aumento dos conflitos sociais de cunho ambiental nas comunidades atingidas pelos seus projetos, tanto nos que estão em fase de construção quanto naqueles em fase de operação.

Figura 1: Obras do PAC 1 e PAC 2 no território nacional.
Fonte: Ministério dos Transportes (acessado em novembro de 2014)

Guimarães et al (2011) demonstram como a política brasileira dos últimos anos tem sido marcada por uma postura caracterizada pela ambiguidade. Se, por um lado, a denúncia à emergência do neocolonialismo dos países do norte, é uma característica do discurso dos representantes brasileiros, ao mesmo tempo, internamente, aplica-se um discurso semelhante de colonialismo em especial em relação à Amazônia e ao Nordeste; não só do ponto de vista social e econômico, mas, marcadamente, em

relação à exploração de recursos naturais dessas regiões. Processo que tem sido denominado como colonialismo interno e de tolerância governamental à violência contra populações nativas para permitir a penetração ou a própria exploração da Amazônia.

No caso específico das ferrovias que estão sendo construídas, duas atingem os municípios de Custódia (PE) e Arraias (TO) que fazem parte do presente estudo. A Ferrovia Oeste – Leste (FIOL) integrará Ilhéus (BA) a Figueirópolis, no Estado do Tocantins, cortando toda a Bahia no sentido Leste-Oeste. A ferrovia vai percorrer, ao todo, 1.500 quilômetros, com o objetivo de facilitar o escoamento de grãos, minérios e biocombustíveis produzidos no oeste, sudoeste e sul da Bahia, além de se consolidar como uma alternativa ao escoamento da produção agroindustrial do Centro-Oeste brasileiro. Quanto à importação, a ferrovia transportará fertilizantes, derivados de petróleo do litoral para o oeste baiano e outros insumos. A capacidade de movimentação inicial é de 40 milhões de toneladas por ano. No caso específico de Arraias, a implantação de uma mineração de fosfato para fertilizantes (local de conflitos entre empreendimento e comunidades) terá sua produção facilmente escoada com a construção da ferrovia. É notável, neste caso, a relação entre os investimentos privados e as obras federais.

Já o Projeto Nova Transnordestina consiste em um complexo logístico que integra 1.728 km de estrada de ferro, a construção de diversos terminais, um porto seco e ampliação de dois portos litorâneos. O principal objetivo da ferrovia seria a exportação de produtos do agronegócio.

Nota-se, em ambos os casos, o investimento do Estado em novas malhas que deverão contribuir para o sistema logístico de transportes, os quais beneficiarão um número reduzido de agentes que vêem o território como um recurso e não como moradia e lugar de práticas cotidianas.

Figura 2: Localização das áreas onde estão os estudos de caso.
Elaborada por Márcia Lika Hattori, 2014.

Alguns autores entendem tais políticas como uma suposta oportunidade para garantir o “desenvolvimento” do país, uma vez que há uma inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho a partir de *slogans* “celeiro do mundo” e “etanol brasileiro para o mundo” (VENCOVSKY, 2011, p. 155). A maior parte dos produtos que se exporta ainda é na sua forma bruta, ao custo de inúmeros deslocamentos físicos, de modificações nos modos de vida e de meios de subsistência, com consequências graves para diferentes comunidades.

Os conflitos sociais de cunho ambiental têm acirrado tensões já existentes e são reflexo do processo histórico dialético de formação territorial. Eles expõem uma série de complexidades que estão ligadas à relação das populações com seus territórios,

cujos sentidos são muito mais ricos das valorações dadas pelos empreendimentos. Resistências e lutas de diferentes grupos que reivindicam direitos expressam seus modos de vida e de apropriações com a terra (diferentes do modelo hegemônico) e têm feito surgir oposição a um cenário que privilegia o modelo produtivo agroexportador e que prioriza o mercado internacional.

Os impactos destes grandes projetos de desenvolvimento que acarretam expropriações de diferentes naturezas: simbólica, territorial, social, entre outros, no entanto, não acontecem sem luta e resistência. As organizações e resistências indígenas, quilombolas e de comunidades rurais recriam e ressignificam históricas lutas por terra e territórios, apesar de serem interpretadas, por muitos, como expressão de atraso e oposição à modernização e ao desenvolvimento. Confrontar a persistente concentração fundiária e as novas investidas para apropriação de mais terras via expansão de fronteiras significa contrariar setores que tem a propriedade da terra não apenas como meio de produção, mas especialmente como exercício de poder (SAUER, 2011).

É neste espaço de tensão, de deslocamentos populacionais e mudanças nos modos de vida que a Arqueologia se encontra, quando tratamos de grandes empreendimentos. A leitura arqueológica pode contribuir ao atuar no licenciamento ambiental, no reconhecimento das populações pelos seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, a partir do patrimônio, mas pode, da mesma forma, referendar a imposição da obra sobre essas populações.

Dessa maneira, a presente dissertação segue a seguinte estrutura:

O **capítulo 1** apresenta uma contextualização dos debates sobre os conflitos entre diferentes comunidades e pesquisas arqueológicas no Brasil. Em seguida, exponho o referencial teórico e metodológico utilizado ao longo do trabalho.

Já o **capítulo 2** analisa o estudo de caso no nordeste – o sítio arqueológico Fazendinha, identificado durante o licenciamento ambiental da ferrovia Transnordestina e discute o conflito ocasionado pela possível destruição do sítio arqueológico, em especial a capela e a área cemiterial. Mais do que conflito gerado, busca debater as reapropriações e novos significados do sítio para a comunidade.

O **capítulo 3** apresenta a aplicação de uma proposta no sítio arqueológico Bezerra III e o cemitério da Fazendinha, localizados no município de Arraias, sudeste do Tocantins. As discussões sobre a participação das comunidades e dos familiares envolvidos, bem como na definição do cemitério como patrimônio arqueológico ou não possibilitaram reflexões sobre a nossa prática nesses contextos recentes.

Por fim, as **considerações finais** buscam retomar os dois estudos de caso com o intuito de compará-los e buscar reflexões que possibilitem caminhos de atuação em contextos de cemitérios rurais recentes, relações de pertencimento e as contribuições da Arqueologia nestes contextos.

Capítulo 1

*O maior trem do mundo
Leva minha terra
Para a Alemanha
Leva minha terra
Para o Canadá
Leva minha terra
Para o Japão*

*O maior trem do mundo
Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel
Engatadas geminadas desembestadas
Leva meu tempo, minha infância, minha vida
Triturada em 163 vagões de minério e destruição
O maior trem do mundo
Transporta a coisa mínima do mundo
Meu coração itabirano*

*Lá vai o trem maior do mundo
Vai serpenteando, vai sumindo
E um dia, eu sei não voltará
Pois nem terra nem coração existem mais.*

O maior trem do mundo
Carlos Drummond de Andrade

CAPÍTULO 1: ARQUEOLOGIA EM ÁREAS DE CONFLITOS SOCIAIS DE CUNHO AMBIENTAL - AS DIFERENTES VALORAÇÕES SOBRE LUGARES E TERRITÓRIOS

1.1. Introdução

O termo Arqueologia em Áreas de Conflitos ou *Conflict Archaeology*, tradicionalmente é associado às pesquisas sobre os combates, guerras, contextos militares, conflitos armados, campos de batalhas e a gestão do patrimônio destes vestígios. Nos anos 2000, ganha força com discussões a respeito da proteção e do gerenciamento dos bens culturais em Estados que se encontravam em conflitos armados ou enfrentavam as agruras do pós-conflito, a partir das experiências no Iraque, nos territórios ocupados da Palestina, Líbano e no Afeganistão. Cito como exemplos, relacionados com o presente trabalho em suas reflexões, artigos que abordam a destruição dos sítios arqueológicos acompanhando a desintegração da antiga Iugoslávia (CHAPMAN 1994; ŠULC 2005) e sobre a memória do conflito (DEFREESE, 2009), a discussão dos conflitos do século XX (SCHOEFIELD 2002; 2009), destruição de lugares e monumentos sagrados e suas implicações simbólicas (LAYTON E THOMAS, 2005; FRANCONI E LENZERINI, 2003).

Periódicos como o *Journal of Conflict Archaeology*⁴ da Universidade de Glasgow, Escócia, tinham seus primeiros volumes dedicados a temas relacionados a campos de batalha, a Arqueologia militar e a outras esferas da Arqueologia em zonas de conflito, abrangendo todos os períodos e sendo de escopo mundial. Recentemente, campos de interesse adicionais têm incluído temas como protestos populares, paisagens e monumentos contestados, o nacionalismo e o colonialismo, o conflito de classes, as origens do conflito, aplicações forenses em zonas de guerra e casos de direitos humanos.

⁴ Fundado e editado por Tony Pollard e Ian Banks,

No entanto, muitos desses trabalhos têm um posicionamento preservacionista profundamente colonial, pautados em estabelecer diretrizes para a preservação dos sítios a partir de um discurso de patrimônio da humanidade e pouco se discutindo sobre a população civil que está sendo assassinada e destituída de seu patrimônio.

No contexto palestino, arqueólogos locais têm afirmado que a ocupação militar em seu território tem sido usada como justificativa para privilegiar um programa unilateral de pesquisa arqueológica, realizado como trabalho de salvamento e resultando na expropriação implacável e destruição de patrimônio cultural palestino (RJOOB, 2010). Aqui, o "fazer" da Arqueologia não é um ato de remediação ou mitigação, mas um roubo e expropriação, disfarçada sob uma retórica de "Arqueologia de resgate" (PERRING E VAN DER LINDE, 2009). Em casos como o pós-conflito no Líbano, arqueólogos têm apresentado programas de reconstrução, mas que resultaram na generalizada destruição de sítios arqueológicos e monumentos, em parte por causa de diferentes comunidades religiosas que rejeitaram interferências externas na gestão das suas propriedades históricas. (PERRING E VAN DER LINDE, 2009)

Para Perring e Van der Linde (2009), o empoderamento das pessoas com quem trabalhamos depende de compartilhar as ferramentas com as quais construímos a pesquisa arqueológica. Os autores entendem que o fazer da Arqueologia oferece uma valiosa interface entre as pessoas, o passado e o lugar, e tem um potencial subutilizado para contribuir na resolução de conflitos. O debate sobre os papéis contemporâneos que podemos encontrar para o patrimônio tangível e intangível também pode ser usado para redirecionar hostilidades em áreas onde os resultados podem ser alcançados ou negociados.

Por outro lado, González-Ruibal (2010) em seus trabalhos sobre a Guerra Civil Espanhola critica a polifonia das experiências nos contextos de conflito. Para ele, ao trazer vozes de torturadores, assassinos e vítimas, a Guerra Civil Espanhola se converte em um desastre "humanitário" que resiste em ser politizado como aconteceu, segundo ele, no caso da Guerra da Iugoslávia. Gilchrist (2003, p. 5) assinala, em um dos volumes que coordena sobre a Arqueologia social do conflito, questões éticas

sobre a Arqueologia da guerra, tais como evitar a trivialização das contribuições ao esforço da guerra e assegurar um compromisso emocional com o sujeito do estudo. Quem é o agressor e quem é o agredido, quem é o opressor e quem é o oprimido é algo que não convém explorar para que não se rompa a harmonia e o diálogo. Chegamos, portanto, ao paradoxo de querer fazer Arqueologia em zonas de conflito sem conflito (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2010). O que menos querem os arqueólogos hoje, em que pese todos os discursos supostamente radicais, é que sejam acusados de tomar um partido. Uma Arqueologia verdadeiramente política deve retomar e reinventar o conceito de universalidade que é o contrário de uma multivocalidade indiscriminada. Nesse sentido, podemos falar de um pluralismo legítimo: como arqueólogos, devemos sim nos posicionar; e isso não é, de modo algum, incompatível com uma prática política bem definida, progressista e emancipadora; ao contrário, é perfeitamente coerente com ela (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2010).

Em busca de uma interpretação mais equilibrada e integral dos processos históricos e ações sociais, a Arqueologia dos protestos populares e a Arqueologia de gênero buscam o que sobrou materialmente dos movimentos, tais como os protestos antinucleares durante a Guerra Fria, pensando como a cultura material deve ser apresentada para os futuros visitantes destes sítios arqueológicos (SCHOEFIELD E ANDERTON, 2000). Uzzell (1998) afirma que os sítios da Guerra Fria são diferentes dos relacionados a outras guerras pois eles, muitas vezes, não são as cenas de conflito e de morte; sua importância e valor estão no que eles representam e o que poderiam ter sido.

A pesquisa arqueológica é extensivamente realizada sobre descrição, definição e legitimação de identidades nacionais, e por esta razão, desenhadas sobre disputas territoriais e étnicas que alimentam os conflitos contemporâneos (ROWLANDS 1994; KOHL & FAWCETT 1995; MESKELL 2002). Estamos inevitavelmente comprometidos pelas apropriações às quais o passado se coloca, cuja materialidade dos vestígios arqueológicos e das edificações históricas fazem convenientes referências às reivindicações por parte de quaisquer sujeitos ou grupos em sua ascendência cultural.

A partir dos anos 2000 temos um *boom* de pesquisas arqueológicas nos moldes de contrato no Brasil. Atualmente correspondem a aproximadamente 98% das pesquisas e apenas 2% são realizadas pela academia⁵. No entanto, as discussões sobre valorização do patrimônio mantinham-se restritas ao olhar apenas do pesquisador. Além disso, tal crescimento pouco tem contribuído efetivamente na preservação do patrimônio arqueológico, entendendo preservação enquanto socialização e utilização qualificada dos recursos arqueológicos desvelados pela Arqueologia de contrato.

Diferentemente, no entanto, das abordagens que giram em torno de conflitos manifestos como guerras, fundamentalismos, soberanias territoriais, regimes totalitários, etc., no Brasil, a Arqueologia em Áreas de Conflitos relaciona-se muito ao processo de avanço dos grandes empreendimentos em comunidades e seus territórios e o papel da Arqueologia nas leituras sobre as mudanças deles decorrentes. A Arqueologia tem tido um papel coadjuvante, sendo escassas as referências sobre o tema e poucas publicações chamam a atenção para os problemas que se têm gerado entre Arqueologia de contrato e comunidades (FAUSTO, 2006; MENESES, 1987, SOUZA, 2010), embora a atual conjuntura nacional possibilite inúmeras discussões sobre o assunto.

Nos últimos anos vemos mudanças neste contexto. Os conflitos sociais de cunho ambiental têm se direcionado para a pesquisa arqueológica, a qual vinha se posicionando à parte das discussões sobre licenciamento. Questões recentes em torno de obras federais vêm obrigando os arqueólogos a avaliarem a própria *práxis*. Uma “carta manifesto” denominada *Etnocídio e ecocídio têm preço de mercado?*⁶ teve por objetivo expor uma série de impropriedades metodológicas e éticas nos projetos hidrelétricos da bacia do Tibagi – localizado no estado do Paraná, apontando tecnicamente os danos irreparáveis que a aprovação do EIA-RIMA poderia gerar. Segundo o manifesto, não se levou em conta pesquisas de levantamento de sítios arqueológicos desenvolvidos anteriormente, tendo sido identificados pouquíssimos

⁵ WICHERS, Camila M. Patrimônio arqueológico paulista: proposições e provocações museológicas. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da USP. 2012.

⁶ Autoria dos pesquisadores Kimiye Tommasino, Francisco Silva Noelli e Lucio Tadeu Mota, publicada em dezembro de 1998, disponível na página <http://terradedireitos.org.br/>, acessada no dia 12 de janeiro de 2013.

sítios na área. Além disso, embora o relatório tenha identificado prejuízos às áreas indígenas, são citadas inúmeras medidas mitigadoras e de compensação sem considerar as diferentes relações que, por exemplo, os Kaingang têm com a paisagem e lugar. A “carta manifesto” gerou uma disputa judicial, cuja resolução do processo, dez anos depois, foi a não condenação dos pesquisadores que a assinaram (TERRA DE DIREITOS, 2012).

No estado do Mato Grosso, em área próxima a terras indígenas xavantes e ao Parque Indígena do Xingu, após a entrega de relatório para o licenciamento ambiental da Pequena Central Hidrelétrica Paranatinga II, o antropólogo Carlos Fausto publicou um texto questionando os resultados alcançados pela empresa contratada. Ele afirma que é preciso tomar muito cuidado com a “ciência do contrato”, pois ela facilmente se sobrepõe ao contrato com a ciência. Sugere às associações científicas de Antropologia (ABA⁷) e Arqueologia (SAB⁸) que iniciem uma discussão profunda sobre o problema que atinge a produção de conhecimento científico no país.

Mais recentemente, uma carta do grupo Munduruku, solicita a saída de todos os pesquisadores relacionados ao licenciamento ambiental, bem como o esclarecimento da retirada de urnas funerárias de seu território.

*(...) Esses fatos preocupantes que recentemente chegaram ao nosso conhecimento dizem respeito a uma pesquisa arqueológica de licenciamento ambiental da Empresa Documento – Arqueologia e Antropologia, a serviço da Usina Hidroelétrica Teles Pires, **em que foram achadas e retiradas de seu local urnas funerárias integrantes de um cemitério sagrado indígena do nosso povo**, unanimemente reconhecido pelos nossos anciões e pajés Munduruku a partir do exame detalhado e coletivo de duas fotografias dessas urnas retiradas por um indígena Apiaká que chegaram ao nosso alcance. Situação esta agravada por não ter havido comunicação nem autorização de nosso povo para isto, que consideramos uma violação de nosso território sagrado e ancestral. Diante do exposto, exigimos a imediata paralisação da obra, especificamente dessa pesquisa arqueológica nas 7 Quedas, e, principalmente, **a interrupção da retirada de nossas urnas funerárias e de quaisquer outras intervenções em nosso sítio sagrado arqueológico, até que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, bem como o Ministério Público Federal acompanhados por uma comissão de caciques, lideranças e Pajés Munduruku apurem esses fatos que nós consideramos da mais alta gravidade e desrespeito para nossas tradições***

⁷ Associação Brasileira de Antropologia

⁸ Sociedade de Arqueologia Brasileira

milenarios e nosso patrimônio cultural. *Em nosso entendimento este lugar deve ser mantido intocável.*

Associação Indígena Pusuru e Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós, 2013 (grifo nosso)

Coletivos de estudantes e profissionais de Arqueologia que atuam na Arqueologia de contrato têm ressaltado as necessidades de refletir os rumos da Arqueologia no país, tendo em vista o grande número de pesquisas que estão sendo desenvolvidas. Grande parte, está vinculada às políticas desenvolvimentistas impostas pelo Governo Federal (PAC), a partir de empreendimentos público/privados bastante questionados e pouco abertos à participação popular. Tais iniciativas têm se voltado para a discussão de direitos autorais, os parâmetros de qualidade, as relações de trabalho, a extroversão do conhecimento e os usos do patrimônio, além de cartas manifestos em apoio às lutas dos movimentos sociais e dos atingidos pelos empreendimentos (CARTA ARQUEOLOGIA PELAS GENTES, 2013; CARTA DO COLETIVO DE ALUNOS DO PPGARQ – MAE/USP, 2013).

No ano de 2013 foi organizado um simpósio em Porto Alegre pela *World Archaeological Congress* (WAC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) denominado “Desvelando a Arqueologia de contrato” cujo objetivo foi o de analisar as condições sobre as quais as relações entre Arqueologia de contrato e mercado capitalista se desenvolvem, bem como os princípios que são colocados em jogo e os possíveis cenários onde tal cumplicidade pode ser enfrentada por meio do engajamento crítico. Temas como o papel das instituições públicas frente ao avanço das obras e o não cumprimento de condicionantes foram discutidos no evento.

Na direção de buscar maior diálogo com os grupos atingidos pelos empreendimentos, diferentes eventos científicos realizados no Brasil como os encontros da Sociedade de Arqueologia Brasileira têm envolvido representantes indígenas (SILVA, 2012).

O trabalho arqueológico junto com as comunidades é primordial, especialmente diante do atual contexto de transformações ocasionadas pela economia global e do modelo de desenvolvimento imposto, em particular, para as Regiões Norte e Nordeste do

Brasil, baseado nos mega empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Conforme questionamento de García Canclini (2008), qual o lugar dessas comunidades tradicionais na lógica do mercado e da globalização? Quais as contribuições de fato desses empreendimentos para a diminuição das desigualdades?

Os levantamentos e propostas desta pesquisa possibilitaram refletir e gerar hipóteses sobre o papel da Arqueologia em torno da construção, transformações e traduções das identidades locais (HALL, 2003) e suas diferenciadas significações/relações com o patrimônio cultural no contexto dos conflitos associados a obras de engenharia. Interessa também compreender de que maneira a Educação Patrimonial pode colaborar com as demandas das comunidades existentes e qual o papel que ela efetivamente terá nesse processo.

A Arqueologia possui enorme potencial para construir processos participativos junto às comunidades no bojo dos licenciamentos e dos trabalhos de Arqueologia de contrato⁹, é certo que, sua prática junto às comunidades tem se apresentado de modo muito mais de devolutiva do patrimônio, sendo raros os processos de trabalhos de Educação nos quais ocorra redirecionamentos das pesquisas por conta dos interesses dos envolvidos, ou mesmo a inserção de outras interpretações “não científicas” nestes contextos (MORAES WICHERS, 2012).

A “introdução” oficial do termo Educação Patrimonial no Brasil costuma ser datada dos anos 1980 e associada a um seminário realizado no Estado do Rio de Janeiro e organizado pelo Museu Imperial de Petrópolis, intitulado *Uso Educacional de Museus e Monumentos*, apontando os motivos e objetivos de se pensar em um processo educacional focado na evidência material da cultura, embora já se encontrassem presentes no país, ações educativas, em sua maioria, realizadas pelos museus. Trata-

⁹ A discussão sobre Arqueologia de contrato não é nova sendo a mesma debatida desde os primeiros trabalhos na segunda metade do século XX no Brasil. Há uma extensa bibliografia sobre o tema (Meneses, 1988; Barreto, 1999; Caldarelli, 1999; Caldarelli e Monteiro dos Santos, 1999; Schmitz, 2001; Monteiro dos Santos, 2001; Zanettini, 2010; Penin, 2011, Wichers, 2012)

se de uma metodologia participativa conforme apresenta Horta et al (1999) no Guia de Educação Patrimonial. Chagas (2004) afirma que a expressão Educação Patrimonial foi “antropofagizada” no Brasil. Uma série de trabalhos anteriores foi realizada envolvendo essas questões e nos últimos anos consagrou-se não como metodologia, mas como campo de trabalho, reflexão e ação e hoje ela apresenta novas significações.

No âmbito da Arqueologia, o termo Educação Patrimonial foi apropriado e os trabalhos se desenvolveram em diferentes direções com perspectivas bastante Hoje, com a exigência dos trabalhos educativos na Legislação Ambiental, novas iniciativas de Educação Patrimonial foram realizadas. Grande parte apresenta uma falta de orientação e de participação de arqueólogos especializados em educação ou são idealizadas, desenvolvidas e aplicadas por educadores com pouca ou nenhuma experiência em Arqueologia (...). (SCHAAN, 2007).

Vários autores como Meneses (1993), Schaan (2007) e Santos (2008), com o intuito de sanar as deficiências de qualificação dos profissionais envolvidos nos trabalhos de Educação Patrimonial no país, apontam para a importância da formação de equipes interdisciplinares para que se propicie uma atuação responsável nas atividades que envolvam a comunidade, ou seja: para que se desenvolva as pesquisas com os sítios e o patrimônio arqueológico de forma multidisciplinar, aproximando a Arqueologia de outras formas de saber, como é o caso da Museologia, da Educação e da Antropologia.

É nesta nova proposta que se compreende que a prática educativa deva considerar que o objeto seja ponto de partida, vetor para a produção de conhecimento de uma forma não instrucionista (SANTOS, 2008). Para a autora, a Educação apresenta-se como um processo, ou seja, uma reflexão constante, pensamento crítico, criativo e ação transformadora do sujeito e do mundo, atividade social e cultural. Neste processo, entende-se que tanto a Museologia como a Educação são histórico-socialmente condicionadas, por isso devem ser contextualizadas no tempo e no espaço (op.cit.). O conceito Educação Patrimonial assim, deve

servir como ponto de partida para o questionamento do papel da educação na constituição do patrimônio, o papel do patrimônio no processo educativo e a função de ambos na dinâmica social que articula a lembrança e o esquecimento (SILVEIRA & BEZERRA, 2007).

Porém, a grande maioria dos trabalhos educativos realizados no âmbito dos projetos de Arqueologia, normalmente desconsidera as visões de mundo e as demandas dos envolvidos com o processo de preservação patrimonial, tendendo a tomá-los como pessoas que necessitam da “luz do conhecimento” (op.cit.). Essa “perspectiva conscientizadora”, deve ser substituída pelo envolvimento dos grupos sociais que lidam diretamente com o patrimônio, valorizando suas práticas sociais e simbólicas cotidianas, cujos indivíduos normalmente sequer são ouvidos durante a pesquisa arqueológica.

Nessa perspectiva, a dimensão pública da Arqueologia não se faz somente no simples contato entre as pessoas das comunidades e os arqueólogos que estão trabalhando no campo. Parte-se do pressuposto da necessidade de um diálogo sobre a pesquisa científica e, em que medida, essa produção vai interferir e refletir na vida das pessoas.

Para Funari (et al. 2005), o diálogo com as comunidades envolve muitos interesses conflitantes, pois a sociedade é formada por diferentes grupos humanos e, por isso, ela é heterogênea e conflitiva. A Museologia pode colaborar em relação à sua função social na identificação das referências culturais, ao propiciar ações preservacionistas que as transformem em herança patrimonial, bem como na implementação de processos comunicacionais que contribuam com a Educação.

Os trabalhos de Educação Patrimonial não têm acompanhado essas perspectivas multivocais e esse descompasso se deve ao descolamento epistemológico entre as pesquisas realizadas na Arqueologia e aquelas feitas no campo da preservação patrimonial (CARNEIRO, 2009).

No Brasil, desde a Portaria IPHAN nº 230/02, trabalhos de Educação Patrimonial no âmbito da Arqueologia Preventiva vêm sendo realizados, sendo necessária uma reflexão sobre como empresas, arqueólogos, museólogos e educadores vem realizando esta tarefa. O que tem sido produzido? Quais os objetivos? Preservação? Apropriação? Cumprimento da lei? Quem tem realizado esses trabalhos? Como isso tem acontecido em áreas de conflito? Quais as metodologias que vem sendo aplicadas? Que peso tem sido dado a esta etapa fundamental de trabalho no âmbito da Arqueologia de contrato?

Embora inúmeros trabalhos sobre Educação Patrimonial tenham sido defendidos, principalmente nos últimos dez anos, a reflexão sobre tal campo em áreas de conflito, não foi ainda realizado de maneira aprofundada. Ainda mais quando se trata da relação com uma empresa de consultoria, sendo que algumas problemáticas são evidenciadas como o fato de não existir uma instituição regional que possa dar subsídios de continuidade para o trabalho. As ações propostas a partir de uma empresa de consultoria possuem data para finalizar e cabe à empresa criar ou não parcerias com instituições locais para que os projetos tenham continuidade (CARNEIRO, 2009; MORAES WICHERS, 2009).

Relega-se à Educação Patrimonial um peso muito menor nos trabalhos de contrato, pois, frequentemente o projeto e as equipes envolvidas com os trabalhos de prospecção, resgate e monitoramento não dialogam com os diferentes grupos do território envolvidos.

Compostos por equipes que muitas vezes não possuem uma formação em Arqueologia, as discussões e problematizações junto com as comunidades sobre o patrimônio cultural local, mas principalmente apresentado nos relatórios que serão encaminhados pelos pesquisadores fica muito aquém.

Com tais características, as discussões e problematizações junto às comunidades sobre o patrimônio cultural local ficam muito aquém do desejável, com relatórios pouco reflexivos, elaborados pelos pesquisadores envolvidos.

Os trabalhos de educação patrimonial relegam para as comunidades conhecer o patrimônio arqueológico identificado, participar às vezes das escavações como “técnicos” ou “cavadores”, vivenciar a experiência da Arqueologia em visitas aos sítios, mas não na tomada de decisões conjunta sobre seu patrimônio cultural.

1.2. Entrelaçando os caminhos da pesquisa: Arqueologia em áreas de conflitos sociais de cunho ambiental – possibilidades teóricas e metodológicas.

Nos últimos anos tem sido extremamente expressivo o número de pesquisas desenvolvidas sobre a temática ambiental e os conflitos delas decorrentes no contexto latino americano¹⁰. Essa intensa produção, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, tem sido de fundamental importância para o questionamento das políticas territoriais adotadas por governos, bem como de contribuição para a luta pela garantia do direito territorial realizada por diferentes grupos e comunidades, entre outros aspectos. No entanto, o que se tem observado é que a Arqueologia tem estado fora destas discussões ou mesmo isolada no âmbito acadêmico, muito embora a pesquisa arqueológica também integre os estudos de impacto ambiental.

Os conflitos surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material sendo que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configuram-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço. Os conflitos se materializam quando há disputa entre sentidos atribuídos a um lugar por determinados grupos com posições sociais desiguais, gerando impactos indesejáveis que comprometem a coexistência entre distintas práticas socioespaciais estimulando a organização de membros de grupos sociais atingidos contra a atividade

¹⁰ Ver Ferreira et al (2011). Apresentação. A questão ambiental na América Latina. Editora UNICAMP.

que os gera (ACSELRAD, 2004; ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010). Atualmente, conflitos sociais de cunho ambiental têm sido abordados por diferentes campos entre eles a Ecologia Política (LITTLE, 2006; ESCOBAR, 2005), a História Ambiental (LEFF, 2005; 2007) e, mais tradicionalmente, pela Sociologia.

É importante ressaltar que a ideia de conflito adotada nessa pesquisa de mestrado não parte do pressuposto de uma conotação negativa, posto que o conflito é inerente a qualquer sociedade humana, a qual se caracteriza por interesses convergentes e divergentes que se intensificam em seu interior (THEODORO, 2005). O conflito deve ser encarado como parte das subjetividades que compõem as linguagens de valoração sobre lugares e territórios, social e politicamente construídos (SOUZA, HATTORI e FISCHER, 2012).

Nesse sentido, linhas como a Ecologia Política e a Ecologia Histórica têm contribuído para compreender o conflito na sua perspectiva diacrônica e sincrônica sob as influências locais, regionais e globais atuando sobre pessoas e lugares (Kottak, 1997; CRUMLEY, 1994; BALÉE, 2006; MORAN, 2010; McCabe, 2004). Uma corrente das Ciências Sociais denominada de Ecologismo dos Pobres baseia-se no marxismo ao analisar a apropriação dos recursos naturais e o confronto entre seu valor de uso e seu valor de troca, por meio de uma luta desigual entre populações camponesas, indígenas e extrativistas de um lado e empresários capitalistas de outro. No caso dos conflitos socioambientais há, portanto, riqueza acumulada e desenvolvimento tecnológico contrastando com disseminação da pobreza e da degradação ambiental que os acompanham. Estudar esses conflitos nesta perspectiva, busca fortalecer o lado vulnerável da contenda e aumentar sua capacidade de resistência. Logo, o conflito é então, um dos instrumentos de construção de outra sociedade. Alier (2007), um dos proeminentes dessa linha, mostra que uma situação de conflito não é um caso isolado, mas se repete em inúmeros locais do planeta. A estratégia de resistência passa por estabelecer redes e alianças entre seus protagonistas. Vale ressaltar que as linhas ecológicas não são de maneira alguma antagônicas e nos auxiliam na compreensão dos contextos de conflito, referências às quais busco trabalhar ao longo da dissertação.

Os conflitos em si são elementos, mas não o fim deste trabalho. Compreendo que uma pesquisa arqueológica voltada para o presente em contextos como estes, deve-se considerar aspectos mais amplos com o objetivo de compreender o uso do território pelas comunidades, modos de vida, relações de pertencimento e as apropriações e ressignificações do passado no presente.¹¹ Vale lembrar que os conflitos que tem ocorrido no âmbito dos licenciamentos e inseridos na discussão ambiental, têm sido denominados de diferentes maneiras: conflitos socioambientais, conflitos ambientais e conflitos sociais de cunho ambiental, este último adotado para esta dissertação, ao compreender que se tratam de conflitos sociais historicamente existentes no Brasil de luta pela terra (BARBANTI Jr, 2001).

Assim, este estudo tem como premissa o entendimento de que por meio dos métodos e teorias arqueológicas seja possível compreendermos melhor as sociedades vivas, produzindo uma Arqueologia do contemporâneo (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009) que busca, na compreensão dos conflitos, as mudanças que acarretam tanto na paisagem, como nas dinâmicas sociais dos grupos envolvidos. Trata-se de uma postura mais política, visto que adota uma visão crítica em relação aos problemas enfrentados pelas populações estudadas, como os relacionados à globalização, à violência política, entre outros, acrescentando, de tal modo, uma dimensão tangível, experiencial ao nosso conhecimento sobre a história (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2007; AMARAL, 2012).

A análise das mudanças nos modos de vida ao longo do tempo e do espaço faz parte do trabalho do arqueólogo. Nesse sentido, compreendo que o pesquisador deveria se preocupar com o estudo da chegada de empreendimentos que reestruturam e modificam a organização social e o uso do território. Dessa maneira, os conflitos são fontes para compreender as apropriações do território e as valorações dadas pelas comunidades em prol de sua permanência e uso do espaço, apoiada no seu contexto imaterial e material, seja pelo uso da terra ou por outros elementos como os lugares

¹¹ As contribuições e reflexões no contexto de Canudos, cujo enfoque partiu da compreensão do conflito bélico para uma posterior compreensão dos brasileiros iletrados foram fundamentais para ampliar o sentido do que é realizar Arqueologia em área de conflito.

sagrados. Nesse sentido, compreendo que a Arqueologia em áreas de conflito vai além de debates éticos e políticos.

Assim, o pano de fundo desta pesquisa envolveu os trabalhos desenvolvidos no âmbito da teoria pós-colonial, que embora trate de um campo multiforme, diverso e situacional, tem como um de seus objetivos mapear as modulações assumidas pelo passado colonial no presente. Há uma imensa literatura que discute como as grandes estruturas coloniais, desmanteladas após a Segunda Guerra Mundial, continuam a exercer, de uma maneira ou de outra, influência cultural e política considerável no presente, cujos estudos utilizam, como um de seus principais objetos de análise, a representação e o discurso (HALL, 1996, FERREIRA, 2008). Trata-se de um campo interdisciplinar para o qual contribui uma série de disciplinas das Ciências Humanas e Sociais como História, Arquitetura, Literatura Comparada, Antropologia, Cinema, Feminismo, Geografia Humana, Linguística, Ciências Políticas, Sociologia e que nasce da crítica literária tendo como alguns dos seus grandes expoentes, os trabalhos de Edward Said (1978), Homi Bhabha (1994) e Gayatri Spivak (1988).

Nesse sentido, os estudos pós-coloniais contribuem para uma crítica contundente a respeito das formas ocidentais de pensamento (raciocínio dedutivo, regras da lei, monoteísmo, etc.) de perceber, entender e conhecer o mundo. Assim, estabeleceu-se um espaço acadêmico para os grupos subalternizados falarem por si mesmos, em suas próprias vozes e produzir narrativas alternativas para o então discurso dominante “nós e os outros”, entre colonizado e colonizador.

No caso da América Latina, o pós-colonialismo está irremediavelmente associado às teorias pós-modernas e ao discurso pós-estruturalista. Nesse sentido, a teoria pós-colonial se desenvolve, sobretudo, como resposta às questões mais diretamente ligadas à modernidade e ao desenvolvimento social do território (PRYSTHON, 2004).

Esse referencial tem especial importância para as perspectivas sobre Arqueologia, uma vez que a teoria pós-colonial traz um olhar atento para as heranças coloniais, para além do período dos colonialismos, particularmente ponderando para a formação

de teorias, imaginários e formas discursivas implicadas nas diferentes relações tecidas e, assim, trazer interpretações alternativas sobre a cultura material. Seu surgimento foi a partir das exigências de grupos indígenas para reafirmar as relações e reivindicar o seu passado, tanto materialmente como intelectualmente (GOSDEN 2001; ROWLANDS 1998; WATKINS 2000). É importante lembrar que a ética pós-colonial tem que lidar com o fato de que as partes interessadas da Arqueologia certamente não são iguais em termos de poder ou de capital, seja cultural ou socioeconômico.

Para González-Ruibal (2010), as aproximações multivocais na América Latina têm sido muito mais engajadas politicamente, inclusive por parte daqueles não alinhados aos pressupostos pós-processuais. De uma maneira geral, sob o conceito de multivocalidade, se está defendendo a voz dos subalternizados de modo muito mais decidido e menos ambivalente do que na academia anglo saxã (HODDER, 2008).

A Arqueologia nos últimos 30 anos e sua reação contra o positivismo deu lugar a numerosos trabalhos críticos no âmbito do pós-processualismo, aonde floresceram posturas neomarxistas, da teoria crítica e do feminismo. A Arqueologia latino-americana se adiantou quase uma década ao mundo anglo-saxão em suas preocupações sociais. Sem dúvida, a crítica política se fez a partir das posições positivas baseadas no materialismo histórico (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2010). No final da década de 1990 e começo do século XXI ressurgiram as preocupações sociais a partir da teoria pós-colonial e a ética, que cada vez mais ocupa um lugar central na agenda dos arqueólogos.

Conforme aponta Hodder (2003), a Arqueologia deve ser definida não como o estudo dos vestígios materiais do passado, mas sim como um modo particular de indagar sobre a relação entre as pessoas e seus passados, a partir do presente.

O conceito de multivocalidade pode reduzir os problemas coletivos a problemas individuais e, por isso, talvez não seja o mais apropriado para quem tem tratado de recuperar não apenas a pluralidade de vozes, mas sim outras, como a dos

despossuídos. Reivindicar a equiparação de todas as vozes pressupõe assumir os riscos da multiculturalidade em que a diversidade pode por em pé de igualdade torturadores e vítimas, ricos e pobres (GONZÁLEZ-RUIBÁL, 2010).

Assim, a perspectiva pós-colonial contribui para o presente estudo na análise sobre mudanças na paisagem, significados e valorações de um território a partir dos diferentes grupos envolvidos nos conflitos referentes aos estudos de caso compreendendo o papel do discurso arqueológico e das apropriações decorrentes entre as diferentes comunidades no presente.

No contexto das diversas abordagens pós-processuais, insere-se a Arqueologia em áreas de conflitos com a qual a presente dissertação se coaduna. Trata-se de uma abordagem que tem crescido em diferentes países e que tem, como alguns de seus campos de interesse, a Arqueologia de protestos populares, paisagens e monumentos contestados, o nacionalismo e o colonialismo, o conflito de classes, as origens dos conflitos, acompanhadas de suas aplicações forenses em zonas de guerra e em casos de violações aos direitos humanos (POLLARD e BANKS, 2005).

Para Randall McGuire, arqueólogos podem usar seu ofício para avaliar interpretações do mundo real, para a construção de histórias significativas para as comunidades, para lutar por uma verdadeira colaboração com as comunidades e desafiar ambas as heranças do colonialismo e as lutas de classe onipresentes do mundo moderno. Arqueólogos podem tornar-se mais colaborativos em seu ofício, mas isso não significa que devem abandonar sua autoridade como pessoa, no exercício profissional. Para uma colaboração efetiva é preciso entrar em diálogo com as comunidades e apresentando ao capital (desenvolvimento a todo custo) outros modos de vida e de relação com o espaço e tempo.

Dessa forma, os fenômenos sociais e culturais contemporâneos revelam o surgimento de Arqueologias pós-processuais que procuram debater aspectos que contribuem para criticar as desigualdades da sociedade onde vivemos (ZARANKIN, 2002, p.27).

Articulando as teorias pós-coloniais e no intuito de buscar na prática essa perspectiva, utilizei a História Oral como abordagem, cuja preocupação central não está apenas no preenchimento de lacunas ou mesmo no conhecimento sobre o fenômeno “como ele foi de fato”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo (BENJAMIN, 1993: 224) e na construção de visões alternativas acerca das experiências históricas, para, desta forma, dar maior espaço em seu escopo aos grupos considerados minoritários ou marginalizados socialmente.

Recentemente, trabalhos de Arqueologia têm se utilizado da História Oral com o intuito de incorporar as diferentes leituras do passado de grupos para a interpretação de inúmeros contextos (BECK & SOMMERVILLE, 2005; WHITELEY, 2002; ECHKO-HAWK, 2000; SILVA, 2011; HATTORI, 2011). A escolha por um método qualitativo como este envolve técnicas interpretativas que procuram descrever os significados - não a frequência - de certos fenômenos que ocorrem no mundo social. Além disso, no trabalho a ser desenvolvido busca-se justamente a individualidade, as especificidades de cada sujeito e sua história de vida. Neste contexto, alinhado às correntes teóricas da Arqueologia que tem buscado desenvolver trabalhos mais colaborativos, de valorização das vozes e narrativas de sujeitos, compreendo que eles devem ser olhados de outra maneira. Parto de uma crítica também às pesquisas científicas que olham para comunidades, grupos e pessoas apenas como informantes ou objeto de pesquisa em que não se dividem discussões, tomadas de decisão do trabalho e sequer informam o que será feito posteriormente com as entrevistas.

Na perspectiva do presente trabalho, um dos aspectos essenciais da História Oral diz respeito ao papel do intelectual. O que se objetiva, tanto em nível das soluções em favor do estabelecimento do texto como do fazer político, é uma relativização da autoridade aural, fato que valoriza o colaborador como parte essencial do processo. O uso dos termos colaborador e colaboração não equivalem a informante e informação. Para alguns autores (MEIHY e HOLANDA, 2008), o resultado da colaboração e o sentido do colaborador em um projeto não se restringem às referências exatas de datas e fatos. Colaboradores são pessoas que ao narrar modulam expressões e subjetividades. O uso do termo colaborador pressupõe uma

relação de colaboração e de cumplicidade entre entrevistador e entrevistado, ou seja, uma ação de trabalhar junto e uma interação respeitosa e ética desde o primeiro contato até a devolução dos resultados finais da pesquisa. Isso explica o porquê de usá-lo frente a outros termos, tais como: objeto de pesquisa, ator ou agente social, informante e depoente.

Nesta abordagem, a coleta dos dados orais é realizada por meio da entrevista - conversa entre narrador e pesquisador. Seus produtos, as narrativas, constituem a principal fonte de pesquisa, pois contêm o relato e a experiência de vida em que o narrador presta testemunho sobre uma determinada situação.

Para Meihy (2008), os trabalhos em história oral, independente do gênero, devem seguir alguns procedimentos e princípios, tais como: estabelecimento de um projeto, a escolha das colônias¹², a formação de rede, a entrevista, o processo de transcrição, a conferência, o uso autorizado dos textos e o arquivamento dos depoimentos.

Nesta perspectiva¹³ utiliza-se o conceito dos irmãos Augusto e Haroldo de Campos (1976), denominado *transcrição*, responsável pela tradução de um estado linguístico para outro e que envolve três etapas no processo transcriativo:

1. Transcrição: Trata-se da primeira mudança do código oral para o escrito, a transcrição é a etapa na qual o oralista faz a passagem completa dos diálogos e sons como eles foram captados. Assim, todos os ruídos (como telefones, risos, barulhos de animais etc.) e erros de linguagem são passados do oral para o escrito. Enfim, nesta fase, são colocadas as palavras ditas em estado bruto. Contudo, a transcrição literal nunca traduzirá a *performance* do colaborador e tudo o que se passou no momento do encontro.

¹² Comunidade de destino, colônia e rede: são conceitos de história oral para definir o grupo gerador da pesquisa. A comunidade de destino é o resultado de uma experiência que qualifica um grupo, de maneira a configurar uma coletividade com base identitária. A colônia é uma parcela de pessoas de uma mesma comunidade de destino, cuja finalidade é tornar o estudo viável. A rede é uma subdivisão da colônia, a menor parcela de uma comunidade de destino, e deve ser sempre plural para o aproveitamento de diferentes argumentos (FERNANDEZ, 2010).

¹³ Ver Núcleo de História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO – USP). <http://diversitas.fflch.usp.br/node/2951>, acessado em 20 de novembro de 2014

2. Textualização: nesta etapa, são eliminadas as perguntas, as repetições, os sons, os ruídos, os erros gramaticais, e reparadas as palavras, desde que não contenham peso semântico. O que se busca é um texto mais limpo, que passa a ser predominantemente do narrador, o qual assume de maneira exclusiva a primeira pessoa. Privilegiando as ideias do colaborador, em detrimento da transcrição de um discurso, a textualização dá lógica ao texto.

3. Transcrição: tem como objetivo a manutenção do sentido intencional dado pelo narrador, o qual articula o seu raciocínio com as palavras emitidas. Este ritmo da narração só é absorvido pelo oralista quando ouve repetidas vezes a mesma entrevista e utiliza o caderno de campo para descrever todo o contexto do encontro. Por meio da teatralização da linguagem, como defende Barthes (1977), a transcrição caracteriza-se pela — correção, intervenção ou — criação do oralista na passagem da língua falada para a escrita. A intenção é a elaboração de um texto claro, expressivo e de leitura agradável e fluente.

Figura 3: Adaptação das etapas de trabalho de enfoque na história oral, com base nos trabalhos de Meihy (2005) e o Núcleo de História Oral da USP¹⁴
Elaborada por Márcia Lika Hattori, 2014.

Se o oralista interfere no texto resultante da entrevista, não é, pois, sem o consentimento do colaborador. Ao contrário, no momento de conferência do mesmo, por uma postura ética, convida-o tanto para ler como para participar de uma possível refação, com a inclusão de informações, a exclusão de trechos narrados e a retirada de eventuais ambiguidades. Evita-se, assim, o risco de interpretações indesejadas contidas em sua fala.

Nessa perspectiva a dimensão e os cuidados éticos são fundamentais e devem ser pressuposto para qualquer metodologia que possa ser desenvolvida. Segundo alguns autores que trabalham com História Oral e Arqueologia o envolvimento que se estabelece denota o caráter humano que abrange o trato com pessoas que, mais que objetos de pesquisa, são protagonistas de suas trajetórias.

¹⁴ Disponível em <https://nehousp.wordpress.com/>. Acessado em 10/12/2014.

Pollak (1992) e Bosi (1994) atentam ao fato de que quando se trabalha com essa metodologia há o desafio de como interpretar esse material. Não se deve perder de vista o fato de que a memória pessoal é, ao mesmo tempo, uma memória social, familiar e grupal. Para Rodrigues (2003, p. 26), a narrativa possibilita a participação de agentes históricos antes desconsiderados, pois geralmente, em diferentes espaços sociais, só mereciam ser lembrados os que se destacavam e impunham sua habilidade no campo político e social.

Valendo-se do conceito de mediação, o papel autoral qualifica o produto da pesquisa como sendo uma "outra história". Atua aí o sentido da transcrição, elo de uma corrente ampla que percebe a transformação do texto (NEHO, 2012).

Conduzir uma entrevista envolve a construção de uma relação de confiança que começa antes da entrevista e que continua depois desta, a partir do processo de validação. Esta relação é estabelecida com o entrevistado, mas também pode incluir outras pessoas, como a família, instituições ou a comunidade como um todo. A transcrição e a validação, nesse sentido, denotam esse respeito e essa relação de transparência da pesquisa.

1.3. Considerações sobre territórios, lugares sagrados, comunidades e Arqueologia

Esta cova em que estás com palmos medida
É a conta menor que tiraste em vida
É de bom tamanho nem largo nem fundo
É a parte que te cabe deste latifúndio

Não é cova grande, é cova medida
É a terra que querias ver dividida

João Cabral de Melo Neto. Funeral de um lavrador.

A morte e, fundamentalmente, os locais de sepultamento foram eixos para discussão desta dissertação. A morte e a relação de diferentes grupos têm sido intensamente debatidos pela Antropologia (HUNTINGTON e METCALF, 1979; MAUSS, 1974;

VIDAL, 1983; MUNANGA, 1983; ELIAS, 2001) e, mais recentemente, pela História (ARIÉS, 1981, 2003; REIS, 1991). No contexto deste trabalho, a tensão entre a expansão do capitalismo e de projetos modernizadores para o interior do país e a tradição, os rituais, áreas cemiteriais e lugares sagrados, trazem à luz reflexões sobre a Arqueologia de contrato¹⁵ e, conseqüentemente, sobre o patrimônio, a territorialidade de diferentes grupos e seus lugares sagrados, carregados de simbolismos e significações. Dessa maneira, busco explicitar alguns destes conceitos utilizados ao longo da dissertação

Os conflitos sociais apresentados, vinculados ao avanço das obras de “desenvolvimento”, estão profundamente relacionados com as diferentes concepções de território: uma pautada pela lógica capitalista hegemônica, funcional e vinculada ao valor de troca e, outra, voltada ao mundo vivido, múltiplo e complexo na diversidade dos grupos. A nova fase de integração dos sertões ao mercado tem significado a transferência de investimentos e o surgimento de grandes projetos desenvolvimentistas, que têm estimulado a especulação sobre as áreas, acentuando a pressão sobre o território e a dinâmica de apropriação individual das terras utilizadas como fundo de pasto¹⁶. Essas terras, embora tivessem proprietários, foram intensamente utilizadas e significadas (em especial ao longo do século XIX e começo do século XX) por grupos que trabalhavam e/ou viviam nas propriedades. É recorrente o uso de áreas enquanto locais de sepultamento, como será apresentado mais adiante nos estudos de caso da área cemiterial da Fazendinha no Tocantins, cujos proprietários sempre permitiram o enterramento até o surgimento do processo de constituição dos cemitérios sob jurisdição dos municípios; assim como no caso da capela e dos sepultamentos no seu interior e no seu entorno no sertão de Pernambuco.

¹⁵ A Arqueologia no Brasil tem sido realizada tanto no âmbito acadêmico a partir de projetos de pesquisa desenvolvidos pelas universidades, o que corresponde a menos de 10% das pesquisas arqueológicas no país e, realizada no que tem sido denominado Arqueologia de contrato cuja finalidade, conforme afirma Penin (2010), precípua (mas não exclusiva) a análise de impactos ambientais que um empreendimento tem sobre o patrimônio cultural presente em uma determinada área.

¹⁶ Para uma discussão mais aprofundada sobre as terras de fundo de pasto ver PIATRAFESA DE GODOI, 1999)

Para Rogério Haesbaert (1997), o território envolve, simultaneamente, mesmo em diferentes graus de correspondência e de intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade atribuída pelos grupos sociais ao espaço onde vivem; e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar, de controle do espaço como forma de domínio dos indivíduos. Como a identidade territorial é intercalada por várias outras e seu conteúdo simbólico pode, às vezes, mudar rapidamente no tempo, ela nunca pode ser vista como unitária. As alteridades sempre adquirem caráter defensivo, transformando-se em marginais ao sistema dominante, adotando definições exclusivistas de suas identidades, separando uns dos outros dependendo de cada situação histórica. Há um processo de relações de alteridade e exterioridade, que diferenciam e identificam as pessoas e os lugares.

A noção de territorialidade é compreendida como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana. Isso significa dizer que entendemos a identidade de maneira híbrida, isto é, como processo relacional e histórico, efetivado tanto cultural como econômica e politicamente. A identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos todos os dias o que envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas etc.

O uso do termo “lugar sagrado” partiu de uma categoria êmica¹⁷, durante as reivindicações da preservação de determinados lugares como a capela e o cemitério da Fazendinha em Pernambuco, assim como a Forna da Lapa do Bom Jesus no Tocantins, ameaçados pelo avanço das obras. Em outros contextos relacionados à luta pela preservação, vemos a utilização do termo com o intuito de trazer um valor de

¹⁷ Êmico: termo utilizado na antropologia para descrever categorias e valores internos próprios às sociedades e grupos em estudo, e tomados segundo a lógica e coerência com que aí se apresentam.

sacralidade e que, portanto, que não deve ser tocado, retirado dando força a luta pelo território.

O termo tem sido bastante utilizado pelas recentes discussões na Geografia Cultural cujo conceito se identifica com o significado cultural do indivíduo ou grupo social religioso. A comunidade religiosa vivencia o lugar à sua maneira, de forma a constituir um ponto fixo em que reencontra suas lembranças (Rosendahl, 2001 e 2005). Este lugar está impregnado de simbolismo e não foi meramente descoberto, fundado ou construído, mas reivindicado, possuído e operado por uma comunidade religiosa. Nesse sentido, entendo que existem formas de viver e de exprimir a religiosidade, sendo os lugares parte importante para a manutenção dessas práticas.

O lugar entendido enquanto lócus de atividades associadas ao sagrado e definido pela periodicidade de tempos e rituais associadas a ele associados, a partir da atribuição de representações específicas. Em determinados dias (enterramentos, dias de festa, entre outros) pode promover, inclusive, interações espaciais ritualizadas em locais do cotidiano e vivenciadas com emoção, bem como dar uma ressignificação, ainda que esta seja expressada nestes dias especiais. Qualquer ato cotidiano ou espaço, é passível de ser ritualizado, o que nos permite demolir relações dualistas entre sagrado e profano. (MOTA, 2010). Suas significações, representadas por seus objetos, ritos, peregrinações, assumem uma grande importância, pois estão relacionadas com a valorização do mundo vivido, podendo estar associadas a diferentes elementos tais como: imagens, rochas, árvores, colinas, lagos, pessoas, cemitérios cuja percepção do sagrado pode variar de grupo para grupo. (COSTA, 2010).

Nesse sentido, cabe aqui discutir o conceito de comunidade. Embora recorrentemente utilizado, quando se apresentam os interesses de diferentes geralmente considerados como subgrupos de uma comunidade ou como comunidades que se competem, na verdade o termo comunidade é definido normalmente com uma descrição de um grupo particular e, muitas vezes, sequer definido. Analisando trabalhos desenvolvidos pela

Arqueologia, Pyburn (2011) aponta que o conceito de comunidade tem sido utilizado de três maneiras: (1) qualquer indivíduo pertence a múltiplas comunidades; (2) arqueólogos tem reificado comunidades imaginárias, que foram criadas pelos próprios arqueólogos; e (3) a comunidade arqueológica necessita considerar que não apenas descendentes e comunidades locais, mas também aquelas comunidades com poder político e econômico.

Parece-me que o conceito de comunidade ele em si também vem de uma dualidade que se apresenta para o arqueólogo como sinônimo do “Outro”, conforme categoria antropológica. Essa referência muitas vezes homogeneiza grupos que possuem diferentes opiniões e são heterogêneos em si. Os trabalhos de Stuart Hall (2006) ao discutir identidade contribuem sobremaneira para compreender essas relações. Assim é importante considerar que qualquer indivíduo pertence a múltiplas comunidades e, cada uma delas apresenta pessoas que não pensam da mesma maneira, não sendo nenhuma comunidade uníssona e, todos os agentes devem ser considerados pela pesquisa arqueológica sejam eles ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores, proprietários de terras, poder público local, universidades, entre outros.

Para efeito da pesquisa, utilizamos comunidade apenas quando esta é assim denominada por um grupo. De maneira geral, mantive as categorias êmicas: povoado, sítio, comunidade quilombola, entre outros.

Manifestações na porta da capela
Crédito da foto: Zanettini Arqueologia

CAPÍTULO 2 – E O TREM FEZ A CURVA: MOBILIZAÇÃO E PROTAGONISMO NO SERTÃO DO MOXOTÓ, PERNAMBUCO

*Qual o único transporte que não faz curva? O elevador!
Então, o trem que faça a curva e desvie da igreja.
Estácio Siqueira, 2012.*

2.1. Introdução

O sítio arqueológico Fazendinha está localizado no alto vale do rio Moxotó, sertão de Pernambuco, área rural do município de Custódia e compreende três localidades que se sobrepõem denominadas: Sítio Fazendinha, Sítio do Carvalho e comunidade quilombola do Carvalho. A área foi alvo de pesquisas arqueológicas para o licenciamento ambiental da Ferrovia Transnordestina. Como um empreendimento de grande porte, a ferrovia irá trazer mudanças de ampla extensão, tendo um impacto, no mínimo, reordenador das realidades sociais do território em pauta. E, mais que isso, será um novo elemento na paisagem do nordeste, representação material de uma nova lógica de circulação e organização espacial que chega a esta porção do território brasileiro (MORAES WICHES, 2011).

O sítio Fazendinha começa na Fazenda Tambaú, final do povoado do Cedro e segue até a propriedade de Chico Eliseu. Nesta propriedade começa o sítio do Carvalho que vai até a divisão com o Riacho do Meio. A comunidade quilombola está nos núcleos de casas do Carvalho, sendo que alguns, em conversas informais se reconhecem enquanto quilombola e outros não.

Figura 4: Mapa do município de Custódia com destaque para as comunidades próximas ao Sítio Fazendinha.
Fonte: Custódia, Relicário do Sertão. Sevy de Oliveira (2008)

Após **quatro etapas** de campo (prospecção, intensificação da prospecção e duas fases do resgate) realizadas pela equipe da Zanettini Arqueologia, constatou-se que o sítio arqueológico possui uma área de, aproximadamente, 72.749,84 m² e caracteriza-se como uma unidade multicomponencial abrangendo dois fenômenos distintos no que tange à ocupação humana: um horizonte indígena delineado pela presença de material lascado, artefatos polidos e cerâmicos, localizados em algumas porções do Sítio, e, outro, caracterizado por áreas de refugio doméstico e edificações dos séculos XIX e XX (notadamente unidades habitacionais, além da Capela de São

Luiz Gonzaga¹⁸, onde foram identificados e exumados remanescentes humanos) **(Pranchas 1 e 2)**.

¹⁸ A Capela de São Luiz Gonzaga é um local de práticas religiosas e de encontro para os quilombolas.

Atualmente, o lugar é utilizado como moradia, caminho, lugar de encontro, celebrações, obtenção de recursos hídricos por inúmeras comunidades de Custódia. Entre elas, citamos: as comunidades do Carvalho, inclusive a quilombola; da Fazendinha; do Riacho do Meio; do Cedro; da Boa Vista, da Rua da Areia, do Umbuzeiro, bem como *aqueles que moram na rua*¹⁹. Essas comunidades é que dão significados, se apropriam da capela e do cemitério e os tomam para si, como parte de seu território; e têm, como parte da tradição oral²⁰, a história relacionada ao português mestre-de-campo Pantaleão de Siqueira. Este se casa com Anna Leite de Oliveira no povoado de Jeritacó e toma posse de mais de 20 léguas de terras habitadas por grupos indígenas em meados do século XVIII e, juntamente com Frei Biaquino erguem uma primeira capela, a de São Luiz Gonzaga (LIRA, 2012). No mesmo período, Pantaleão manda construir em sua fazenda uma capela dedicada a Sant'Ana, em homenagem à sua esposa, em local atualmente coberto pelo açude Poço da Cruz, em área pertencente ao Município de Ibimirim. No interior da capela, submersa pelo açude, está enterrado o casal (NASCIMENTO, 2014).

A estrutura da grande propriedade de Pantaleão sugere que os escravos viviam nos casebres que cercavam a casa grande sertaneja e que sua morada não era diferente da população livre agregada à terra senhorial, como camponeses e vaqueiros. No século XVIII, a propriedade de terras era ainda dividida em grandes latifúndios. A partir da segunda metade do século XIX, estas passam a ficar cada vez menores, em decorrência da divisão entre herdeiros (DE CARLI, 2007).

A história da comunidade quilombola do Carvalho, localizada cerca de seis quilômetros da sede do município de Custódia registra a existência do Capitão Lili, neto de Pantaleão, a quem se atribui a “alforria” de escravos cativos e a ajuda ao processo de fuga desses escravos para áreas de quilombo, como a do Carvalho. A região era uma fazenda onde havia negros escravizados, de propriedade da família

¹⁹ Termo utilizado por comunidades rurais da região do município de Custódia, referindo-se a indivíduos que vivem na área urbana.

²⁰ Conforme referencial teórico apresentado no Capítulo 1.

Siqueira, que possuía grandes extensões de terras e era detentora do poder econômico e político na região do Moxotó (CENTRO CULTURAL LUÍS FREIRE, 2008).

Capitão Lili permeia, ainda, o imaginário local na relação que ele tinha com os escravos, tanto que muitos dizem que “*tamanha era sua crueldade que nem a terra comeu*” e que seu corpo jazia inteiro no interior da Capela de São Luiz Gonzaga. Relatos como estes apareceram principalmente durante a fase do resgate arqueológico que focou na área cemiterial. Muitos moradores da região observavam as escavações, esperando a provável área de sepultamento do capitão Lili.

Em algum momento do final do século XIX, o sítio Fazendinha passou a pertencer à família de Elizeu de Moura Leite (05/05/1882 - †20/01/1963) e posteriormente a seu filho, Chiquinho de Elizeu (30/05/1918 - †18/11/1979), nascido no sítio Fazendinha. (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010).

Figura 5: Francisco Moura Leite (Chiquinho de Elizeu) e Maria do Carmo Lima Leite (Dona Lia).
Fonte: Blog Custódia Terra Querida. Acervo de fotos de Chico Elizeu.

Até hoje a família Moura Leite continua como proprietária de muitas terras no Sítio Fazendinha e próximas a ele, tais como: Francisco Lima Leite (mais conhecido como Chico Elizeu), Sebastião Batista da Silva e Luiz Gonzaga de Moraes, descendentes de Elizeu de Moura Leite.

Luiz Gonzaga de Moraes herdou terras, inclusive às da área da capela, de sua mãe Maria Isabel Leite de Moraes e tem comprado propriedades de algumas tias. Os limites das suas terras seguem, de um lado, a área de Sebastião Batista da Silva e, do outro, até à propriedade de Francisco Lima Leite, que está localizada na divisa do sítio Fazendinha e o sítio do Carvalho.

Na área cemiterial, Luiz possui um irmão inumado próximo ao cruzeiro, local onde se enterravam os anjinhos. Embora com esse parentesco direto com alguém enterrado no cemitério, Luiz não se contrapôs à ideia de demolição da capela. Em 2010 ele recebeu indenização da Empresa *Transnordestina Logística S/A*²¹ pelas áreas desapropriadas para a obra, cujo valor, segundo Luiz, foi aquém do valor de mercado.

Por outro lado, moradores do Sítio do Carvalho e da comunidade quilombola homônima tem lutado para a permanência da capela. Um aspecto comum à grande maioria das comunidades remanescentes de quilombo é que os territórios se constituíram, desde o início, a partir do uso de terras, não apenas para moradia e cultivos de subsistência, mas para diversas práticas – coleta, caça, pesca, rituais sagrados – que pouco a pouco foram criando vínculos afetivos e sentimentos de pertença (CENTRO CULTURAL LUÍS FREIRE, 2008).

O histórico de constituição dessas comunidades remanescentes de quilombo remete a dois processos: um que seguiu até o final do século XIX e outro que ocorreu a partir deste período. Ao primeiro, está relacionada a fuga de negros escravizados, provenientes de fazendas locais e também de regiões mais distantes como o agreste pernambucano ou mesmo da região de Palmares, no Estado de Alagoas, segundo pesquisa realizada pelo Centro Cultural Luís Freire (2008). Ao segundo, a origem das comunidades se relaciona aos fluxos migratórios tanto de comunidades quilombolas já existentes, bem como de fazendas que embora mantivessem o trabalho escravo, também tinham negros na condição de pessoas libertas (muito embora, na prática,

²¹ Passaremos a utilizar simplesmente o termo *Transnordestina* para representar *Empresa Transnordestina Logística S/A*.

isso não ocorria); e, ainda, do Arraial de Canudos (Centro Cultural Luís Freire, 2008). Atualmente, o Estado de Pernambuco possui 129 comunidades remanescentes de quilombos²², sendo que o sertão do Moxotó concentra a maioria dessas comunidades. Apenas no município de Custódia temos onze comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares, conforme se verifica no **Quadro 1**:

Quadro 1: Comunidades quilombolas no município de Custódia, PE, por data de publicação de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares. Organizado por Márcia Lika Hattori.

Comunidade	Data de publicação
Cachoeira	08/06/2005
São José	08/06/2005
Buenos Aires	13/03/2007
Lagoinha	16/04/2007
Sítio Açudinho	16/04/2007
Sítio da Torre	16/04/2007
Sítio Lajedo	16/04/2007
Sítio Riacho do Meio	16/04/2007
Sítio Cachoeira da Onça	16/05/2007
Sítio Carvalho	16/05/2007
Sítio Grotão	16/05/2007

Fonte: Dados obtidos pela página da Fundação Cultural Palmares na internet: <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 05/06/2014.

Como se verifica, a comunidade quilombola do Carvalho foi reconhecida como tal em 16 de maio de 2007 (Certificada sob o processo nº 01420.000884/2007-07²³). Das 91 famílias que residem na localidade, aproximadamente 20 dispõem de terras para o plantio do roçado e, as demais, sobrevivem como arrendatárias. Carvalho é uma comunidade que vive basicamente da agricultura familiar de subsistência (CENTRO CULTURAL LUÍS FREIRE, 2008).

²² FUNDAÇÃO PALMARES, 2014. Levantamento realizado no dia 20 de Agosto de 2014.

²³ FUNDAÇÃO PALMARES. Acesso em 26 de dezembro de 2014

No mesmo ano é que se iniciam as obras para a construção da Ferrovia Transnordestina, passando a fazer parte da história das comunidades locais, em razão de o projeto prever que a ferrovia passe em cima da Capela São Luiz Gonzaga-

O foco da Ferrovia Transnordestina está voltado especialmente para o agronegócio e a indústria mineral. A malha vai interligar o município de Eliseu Martins, no sertão do Piauí, aos portos de Pecém, no Ceará, e de Suape, em Pernambuco, especialmente para a exportação de bens primários ao mercado europeu, um dos principais destinos da soja brasileira. Segundo informações do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2014), quando estiver em operação, a ferrovia terá capacidade para transportar até 30 milhões de toneladas por ano, com destaque para minério de ferro, grãos (soja, farelo de soja, milho, algodão) e gipsita (gesso agrícola que tem aplicação como corretivo do solo e como gesso industrial).

A ferrovia cruzará todo o Estado de Pernambuco (mais de 700 km de extensão), como se verifica na **Figura 6**. Como a ferrovia não estará voltada ao uso como meio de transporte para as populações, o empreendimento criará limitações de locomoção das pessoas, dificuldade em acessos a fontes de água, outras localidades, a realização de suas práticas religiosas, a mudança na sociabilidade entre diferentes povoados, além da forte demanda de desapropriações contribuindo ainda mais para as tensões fundiárias já existentes na região.

A imposição da ferrovia na região reforça a ação entre Estado, latifundiários e empresários; e favorece, mesmo que com nova roupagem, à uma espécie de 'desenvolvimentismo', permitindo o avanço das relações capitalistas, pois trata o sertão como mais uma área a ser desenvolvida e para onde o 'progresso' deve ser levado. (CAMARGO, 2013)

Figura 6. A extensão da Ferrovia Transnordestina e o seu trajeto
 Fonte: Página da Revista Ferroviária na internet
<http://www.revistaferroviaria.com.br/>. Acesso em: 10/10/2014

Considerando que é nesse cenário que está inserido o objeto de estudo e que o histórico de ocupação de um local mostra a complexidade das concepções de pertencimento e território ali envolvidas, passo a fazer um breve relato das intervenções realizadas pela empresa Zanettini Arqueologia²⁴, bem como das interpretações e ressignificações geradas pelo trabalho arqueológico iniciado em 2008, e do qual participei.

O sítio arqueológico Fazendinha foi cadastrado durante os procedimentos levados a cabo pelas atividades de prospecção no escopo do Programa de Gestão dos Recursos Arqueológicos da *Transnordestina*. As primeiras prospecções realizadas o caracterizaram como sítio arqueológico histórico associado aos séculos XIX-XX, composto por fragmentos de faianças finas decoradas, grés e cerâmica de produção local/regional, entre outros. A área do sítio foi estimada em 316 m² e considerada de baixa relevância. Nesta primeira etapa de prospecção, a Capela de São Luiz Gonzaga não fazia parte do Sítio Arqueológico, cujo olhar dos arqueólogos voltou-se apenas para a cultura material identificada em superfície e nas intervenções em subsuperfície. O não diálogo com qualquer morador local impossibilitou a compreensão da relação intrínseca entre a capela e os vestígios encontrados. Por incidir sobre a faixa de terra

²⁴ ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2008;2009;2010.

a ser diretamente afetada pelo empreendimento (ADA)²⁵, o Sítio foi inserido no plano de resgate.

Outra etapa de prospecções foi realizada no segundo semestre de 2009, guiada por informações orais de que existiam remanescentes humanos no entorno da capela, cuja construção foi incorporada ao Sítio Arqueológico. No mesmo ano, a primeira etapa de resgate identificou maior dispersão dos vestígios de materiais de superfície. Segundo relatos de moradores, o local pertencia a uma propriedade rural muito antiga. Os trabalhos geraram um acervo (excetuando-se os remanescentes humanos), composto por mais de 13.000 peças arqueológicas em uma área de mais de 70.000 m².

Em 2010, uma segunda etapa de resgate, pautada nas questões levantadas em 2009, foi guiada para as questões funerárias, envolvendo os sepultamentos da capela que compunham o Sítio e possibilitaram uma cobertura mais sistemática de toda a área, delimitando-a com mais clareza.

Os estudos realizados nas áreas interna e externa da capela resultaram na identificação de remanescentes ósseos de até 28 indivíduos. As informações orais serviram como indicadores de prováveis áreas com presença de remanescentes humanos, as quais se tornaram significativas, enquanto dados indicadores da existência real de materiais inumados no local.

Embora não referenciadas como parte da história de ocupação do território, as pesquisas arqueológicas desvelaram uma ocupação indígena na área, muito provavelmente relacionada a grupos do tronco Tupi. O Sítio Fazendinha, assim como muitos outros sítios relacionados a grupos indígenas no sertão, reflete um padrão que tem sido encontrado ao longo de todo sertão pernambucano cuja característica, em especial aos vestígios líticos, é a baixa densidade e ampla dispersão em que são encontrados, o que pode indicar uma alta mobilidade.

²⁵ No Licenciamento ambiental o termo ADA refere-se à Área diretamente afetada pelo empreendimento.

PRANCHA 3: A CAPELA SÃO LUIZ GONZAGA

*ARQUEOLOGIA EM ÁREAS DE CONFLITO: CEMITÉRIOS,
OBRAS DE DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADES*

Márcia Lika Hattori

Orientador: Camilo de Mello Vasconcellos

Ano: 2015

Financiamento: CNPQ

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

O Sítio, como já dito, remete a uma propriedade rural na qual se encontraram vestígios associados aos séculos XIX e XX, num *continuum* temporal, envolvendo as famílias Siqueira e os Moura Leite. As investigações arqueológicas permitiram concluir que, com o passar do tempo, a alteração na composição dessas famílias extensas com filhos, netos que ocupavam o local no século XIX, levou à obsolescência e abandono das casas-sede. A Capela passou a constituir um novo polo agregador, ao redor da qual se estruturou, nas últimas décadas, o Povoado do Carvalho (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010).

Dessa forma, durante o século XX e o início do século XXI, o espaço onde estão inseridos os vestígios arqueológicos esteve associado a uma dinâmica social específica: a capela foi paulatinamente reconfigurada como *locus* agregador para a comunidade. No bojo deste processo, foi se configurando em seus arredores a Comunidade do Carvalho, que, envolvida com questões identitárias, em interlocução com a Fundação Cultural Palmares, foi reconhecida como comunidade afrodescendente, com base no princípio de autodeterminação.

Há, nos conflitos entre os sujeitos que pleiteiam a área, diferentes concepções de território, as quais estão se sobrepondo num mesmo espaço e fazendo surgir algumas problemáticas, como a de quem pertencerá ou quem poderá dispor da área. Com o intuito de resolver a questão da permanência ou não da Capela, em maio de 2010, a *Transnordestina* realizou reunião com a Associação de Moradores para propor a construção de uma nova Capela de São Luiz Gonzaga, no interior do sítio do Carvalho, em substituição à existente, que seria destruída.

Durante o desenvolvimento dos trabalhos, os arqueólogos se depararam com membros das comunidades que optavam pela construção de uma nova capela, a ser erguida pela *Transnordestina* nas proximidades da existente; bem como com outros que reclamavam a falta de preservação da antiga ermida, associada ao seu uso como um novo espaço de convivência; e também com aqueles que conclamavam apenas a sua preservação (ZANETTINI ARQUEOLOGIA 2010).

Após as etapas de campo realizadas, em especial aquela voltada às questões cemiteriais, a articulação das comunidades tomou novo fôlego. Os professores quilombolas e grupos de estudantes das escolas municipais fizeram uma denúncia ao Ministério Público onde tramita o processo (Portaria de Instauração de Inquérito Civil Público nº 17 - 2ºOF, procedimento administrativo nº 1.26.003.000064/2010-07), no qual são réus a União, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e a *Transnordestina Logística S/A*. Os professores quilombolas e estudantes deram continuidade às manifestações e protestos que ocorreram na área urbana do município de Custódia, tendo como desdobramento, o aumento de interesse de muitas pessoas da cidade sobre a história da comunidade do Carvalho. Em um trabalho de conclusão de curso houve interesse pela questão da Capela e sobre a história da comunidade (LIRA, 2012).

O trabalho de monitoramento que vem sendo desenvolvido no âmbito do Programa pela equipe da Zanettini Arqueologia, tem acompanhado diversas reuniões, visitas técnicas de juízes, do Ministério Público e de especialistas no que se refere ao desvio da linha e a distância da mesma em relação à Capela de São Luiz Gonzaga. Recentemente, estudos sobre ruídos e impactos da movimentação dos trens na estrutura da capela foram encomendados pelo Ministério Público e pela *Transnordestina*.

No ano de 2012 foi determinado pelo juiz federal da subseção de Serra Talhada, o tombamento provisório da Capela de São Luiz Gonzaga, cemitério, átrio fronteiro e o cruzeiro, como parte da área da comunidade quilombola do Carvalho. A decisão decorreu da ação civil pública na qual o Ministério Público Federal requereu a suspensão das obras da ferrovia, a fim de proteger o patrimônio quilombola. À *Transnordestina* foi direcionada a obrigação de recuperar e manter o sítio cultural. A intenção é assegurar a integridade dos bens durante todo o período de exploração da ferrovia, já que existe uma considerável proximidade entre linha férrea e o patrimônio cultural (Justiça Federal de Pernambuco, 2013).

É interessante observar que o juiz deferiu o tombamento considerando que o Executivo não possui o monopólio de proteção ao patrimônio histórico, de tal forma que o Poder Judiciário poderia efetivar o tombamento provisório ou definitivo (Justiça Federal de Pernambuco, 2012).

2.2. O trabalho de campo para o levantamento dos conflitos e relações com o local

Transcorridos dois anos dos trabalhos arqueológicos realizados pela empresa Zanettini e com o intuito de compreender os resultados encontrados e o papel da Arqueologia na preservação ou não da capela, as mudanças sobre a paisagem, o uso e o significado daquele lugar, realizei uma etapa de campo no mês de outubro de 2012.

Essas questões norteadoras se desdobraram em algumas perguntas orientadoras do meu trabalho: Quais são as características do território da comunidade do Carvalho: o espaço vivido, fluxos migratórios e outros patrimônios locais? Qual é a força intrínseca que leva as pessoas àquele lugar? O conjunto dos atributos daquela paisagem tende a se configurar como fator de aglutinação? Quais são os caminhos existentes para se chegar à Capela de São Luiz Gonzaga? Com as mudanças que já ocorreram na localidade e a futura instalação do empreendimento, a questão do vetor histórico de caminhos que convergem para o Sítio Arqueológico Fazendinha foi alterada? Quais são as permanências dos trabalhos arqueológicos? O que ficou? Quais as percepções dos moradores e como se externaliza isso? Qual é a imagem que se construiu sobre os arqueólogos mediante toda a interferência realizada? Qual foi, para os moradores da região, o papel da Arqueologia na preservação ou não da Capela? Como ficou a tradução do trabalho, decorridos dois anos de pesquisas? A construção de uma nova capela e a extinção da antiga criou uma polarização entre diferentes comunidades?

A hipótese de que o trabalho arqueológico, em especial na etapa voltada aos remanescentes humanos, havia modificado o uso e o significado daquele lugar para

as comunidades que se relacionam com a capela, parece se confirmar no contexto atual. Nesse momento, a comunidade tem como luta a continuidade do uso da capela, talvez não apenas como lugar sagrado (ROSENDAHL, 2010; TUAN, 1979) e de encontro das diferentes comunidades do entorno, mas também enquanto símbolo e representação de sua cultura. Considero, nesse sentido, que “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990).

Dessa forma, o trabalho voltou-se inicialmente para a documentação existente na Zanettini Arqueologia para compreender as pesquisas desenvolvidas e como o olhar arqueológico contribuiu para diferentes valorações nas etapas de campo que se sucederam. Outra fonte documental utilizada, anterior à nossa etapa de campo, envolveu reportagens sobre o conflito e a paralisação das obras da Ferrovia Transnordestina, o que repercutiu em diferentes jornais em âmbito nacional.

Em campo, optei pela realização de entrevistas individuais e em pequenos grupos com o uso de gravador de voz, em conversas informais, registradas no caderno de campo, e de visitas a diversos locais que me foram relatados por meus interlocutores²⁶.

Para a abordagem dos estudos, utilizei da História Oral de Vida, a partir dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Estudos de História Oral da USP (NEHO), por meio de autores como Meihy (1996, 2005), Meihy e Holanda (2011), Osman (2007), entre outros.

Segue, abaixo, o conjunto de procedimentos adotados para as entrevistas:

²⁶ Moradores das comunidades Fazendinha; do Carvalho, inclusive a quilombola; pessoas que reclamam ter parentes enterrados no entorno da Capela de São Luiz Gonzaga; professores quilombolas do Projeto Saberes da Terra e o padre do município de Custódia.

- pré-entrevista: primeiros contatos, esclarecimento ao colaborador de como se chegou até ele, objetivos do trabalho e de alguns procedimentos, definição de locais e horários em que as entrevistas ocorreriam. Buscou-se desenvolver as entrevistas sempre em ambiente onde o entrevistado se sentisse confortável e seguro.
- entrevista: caderno de campo utilizado, transcrição, textualização, transcrição²⁷;
- pós-entrevista: conferência, autorização do uso da entrevista, devolução do texto resultante, arquivamento no banco de dados.

Figura 7: Sequência dos procedimentos adotados para as entrevistas realizadas no trabalho de campo no mês de outubro de 2012.

O roteiro²⁸ das questões norteadoras para as entrevistas envolveu os seguintes itens:

- *Contextualização da conversa (Retoma quem sou eu, o passo a passo da pesquisa que está em desenvolvimento, bem como seus objetivos);*

²⁷ Termo utilizado em história oral, particularmente por MEIHY, cujo conceito representa a inspiração do trajeto de procedimentos e o espírito da transformação da fala do interlocutor, do momento da entrevista, até os últimos trabalhos com o texto e à sua interpretação.

²⁸ Vale ressaltar que o roteiro utilizado não teve o intuito de ser um questionário, mas apenas um guia orientador para as entrevistas.

- *Nome, idade e profissão;*
- *Nasceu na comunidade? Vive há quanto tempo?;*
- *Infância ou vida no local;*
- *Descrição física da comunidade. Seus limites;*
- *E hoje, como é a vida aqui? O acesso a compras, festas, lugares de encontro, características do lugar? O que é característico da comunidade?;*
- *E sobre o trabalho de Arqueologia? As diferentes equipes que vieram para cá? Você se lembra?;*
- *O que você achou do trabalho desenvolvido pelos arqueólogos que encontraram os restos mortais? Já se sabia da sua existência?;*
- *Que outras pessoas têm se envolvido com a questão da Capela, dentro e fora da comunidade?;*
- *A vida aqui mudou? Em que aspecto?*

Embora eu tenha iniciado a pesquisa a partir de um “marco zero” referenciado pelos arqueólogos da Zanettini Arqueologia que realizavam o monitoramento, eu também procurei contatar outras pessoas que poderiam morar ali perto ou tinham opiniões distintas, de tal modo que eu pudesse entender a relação delas com a Capela e a Ferrovia Transnordestina. Compreendendo que, mesmo em uma pequena comunidade, as opiniões e posicionamentos não são homogêneos, considerei de fundamental importância procurar entender os diferentes discursos.

Durante o trabalho, conforme esquema constante da **Figura 8**, realizei onze entrevistas com: moradores das comunidades Fazendinha; do Carvalho, inclusive a quilombola; pessoas que reclamam ter parentes enterrados no entorno da Capela de São Luiz Gonzaga; com professores quilombolas do Projeto Saberes da Terra e o padre do município de Custódia.

Figura 8. Estrutura (esquema) dos colaboradores. Aqueles que estão conectados são indicados pela pessoa que está acima.

Realizei ainda, uma série de ações que consideraram as relações da comunidade com o lugar, buscando um exercício etnográfico vindo de uma historiadora. As minhas frequentes andanças próximas à Capela me possibilitaram aproximar de outras pessoas (além daquelas entrevistadas) que vivenciam cotidianamente aqueles espaços, dando-lhes usos e significados. Uma delas foi Sebastião Batista da Silva, seu Bastos, senhor de 84 anos, que viveu a vida no Sítio Fazendinha e mora ao lado da Capela, cuja moradia é uma das poucas casas restantes na localidade. Os inúmeros cafés degustados em sua casa, bem como na casa de seus familiares; a ida à feira; a busca de água; o aprendizado de afiar o facão no terreiro; enfim, ter a oportunidade de vivenciar, na prática, que o seu espaço doméstico perpassa, obviamente, as cercas e muros da sua propriedade, me proporcionaram conhecer muitos caminhos, outros lugares significativos da região, tão cotidianos e carregados de simbolismos.

Como pesquisadora, paulista e descendente de japoneses, o estranhamento inicial de muitos moradores (por ser evidente que eu não era do lugar), também possibilitou, passados os primeiros contatos, que me fossem apresentados muitos aspectos do Sertão do Moxotó, desde os tipos de plantas que se usava para alimentar o criatório²⁹ em tempos de verão³⁰, até dos seus próprios alimentos, fazendo questão de que eu

²⁹ Termo utilizado para criação de bode.

³⁰ Termo utilizado para o período da seca.

provasse todos os tipos de comida sertaneja em cada casa que passava. Nesse circuito, entre o Fazendinha, o Carvalho e o Riacho do Meio, utilizei do meu caderno de campo para anotar impressões e construir mapas para aprofundar a minha compreensão sobre a territorialidade, além da realização de plotagem de pontos utilizando o GPS³¹.

Essa maior aproximação com os entrevistados, em razão de que eu fiz visita, no mínimo, três vezes às casas das pessoas e organizei as entrevistas em diferentes etapas, possibilitou a formação de uma relação de confiança, que envolveu desde a elaboração de transparência da própria pesquisa com os entrevistados, até o cuidado com a construção de um texto conjunto e por eles validado (a transcrição).

2.3. Significações do trabalho arqueológico e as narrativas sobre o lugar

Em 2009 veio uma equipe de Arqueologia que eu não sei quem eram aquelas pessoas e me procuraram. Aí eu fui até lá e eles me disseram: 'Olha, nós queremos os documentos desta igreja'³². Eu disse que a igreja é muito antiga e não existia documento, naquela época eles não davam importância pra isso. Eu contei que a igreja foi doada pelos netos do Pantaleão Siqueira, o desbravador disso aqui. Os fazendeiros foram comendo até ficar só isso aqui. As festas de São Luiz Gonzaga são antiquíssimas. O arqueólogo insistiu no documento e eu disse que não tenho. Ele disse: 'Óh, então isso aqui (gesto de explosão) porque vai passar a linha do trem. Foi a primeira vez que eu soube da passagem da Transnordestina... daí eu disse que a gente vai lutar, a gente vai brigar pela igreja.

Edvaldo dos Santos Queiroz, presidente da associação do sítio do Carvalho
(2012).

Os arqueólogos aos quais Edvaldo dos Santos Queiroz se refere, não foram mais à região e sequer falaram para quem ou no que estavam trabalhando. Tratava-se da primeira etapa de resgate desenvolvida pela equipe da Zanettini em outubro de 2009. Por sua vez, em 2010, outra equipe, relacionada à ação desenvolvida em torno das

³¹ GPS: Sistema de Posicionamento Global (do inglês *Global Positioning System*). É um sistema de navegação por satélite que fornece a um aparelho receptor móvel a sua posição, assim como informação horária, sobre todas condições atmosféricas.

³² Nas transcrições realizadas optei por manter a nomenclatura igreja ou igrejaíinha, forma que a comunidade se refere à Capela de São Luiz Gonzaga. No entanto, ao longo do texto, refiro-me sempre como Capela, tendo em vista as categorias da religião católica, à qual a capela é vinculada.

questões cemiteriais, também teve contato com os moradores que participaram ativamente dos trabalhos de escavação. Embora fizessem parte da mesma empresa, os moradores desvincularam o trabalho realizado em 2009, com a etapa posterior. Além disso, a falta de sensibilidade na forma como se posicionou o arqueólogo nesse primeiro contato, pois afirmou que a obra da Ferrovia Transnordestina iria destruir a capela caso não houvesse documentos, indica o porquê desse distanciamento inicial. Após o anúncio da chegada da ferrovia, a associação do Sítio do Carvalho conseguiu mais de 200 assinaturas em um abaixo assinado contra a demolição da capela, ocasião em que a luta por sua preservação se iniciou.

Aquilo que se ouvia falar de que havia muitos sepultamentos no interior e no entorno da capela (mas poucos tinham visto), havia sido desvelado pelas escavações: os remanescentes esqueléticos e os artefatos encontrados se referiam ao que os mais velhos contavam. A figura do arqueólogo faz parte da história do lugar, como se pode perceber nas narrativas que apontam “no tempo dos arqueólogos o que faz apenas dois anos, mas remete a algo que já está vinculado à história da comunidade.

“O ponto principal foi os arqueólogos, porque eles acreditaram na gente. Tinha muita gente que não acreditava. A própria empresa não acreditava no que a gente dizia e quando os arqueólogos chegaram e fizeram o estudo viram que era verdade. Sérgio³³ que é de São Paulo, ele falou assim, que sabia que não ia dar viagem perdida e quando ele achou os restos mortais, ele disse: a minha viagem não foi perdida e começou a chorar... ele só sentiu ali nem tinha começado a cavar.”

Marinês Teixeira Amaral, comunidade quilombola do Carvalho (2012)

Hoje, os moradores da comunidade afirmam que as coisas mudaram, em especial na relação com outras pessoas do Município de Custódia, a partir da luta empreendida para manutenção da Capela. Segundo Edvaldo:

³³ Referindo-se ao arqueólogo Sérgio Francisco Serafim Monteiro da Silva.

“A gente vai nas lojas e o povo fala, ahhh vocês estão ficando importante - a gente vê a história da igreja na rádio e parabenizam a gente, tá começando a mudar, tá começando a ficar importante (risos). O povo tá começando a enxergar. Porque antes se ouvia falar, graças ao trabalho dos arqueólogos, o pessoal teve conhecimento do que realmente existia ali, comprovou principalmente para outras pessoas. Aí a coisa muda, muda e muda muito. “

Edvaldo dos Santos Queiroz, presidente da associação do sítio do Carvalho (2012)

A repercussão na mídia fica evidente nas inúmeras reportagens a respeito do caso, tanto as publicadas em jornais regionais, como a do Diário do Nordeste, quanto de fora da região, como a reportagem do jornal O Estado de São Paulo. Houve, ainda, reportagens na televisão, realizadas pela Rede TV e pela Rede Globo de Televisão. O trabalho arqueológico e as discussões a respeito da destinação da Capela de São Luiz Gonzaga alcançaram reportagens também na *Rádio Vaticano, a voz do Papa no mundo*, que se manifestou sobre o caso e refletiu em matérias mais recentes como a do jornal *New York Times* (Prancha 4), cuja publicação foi em 12 de abril de 2014 e apresenta a fala do então ministro dos transportes César Borges que reclama do atraso da obra da Ferrovia Transnordestina, em função de procedimentos e análises realizadas por órgão do governo relacionado ao patrimônio arqueológico (referindo-se ao IPHAN).

Sob títulos como “Igreja vai afetar prazo de entrega de ferrovia”, publicada no jornal *A Folha de Pernambuco*, em 29/11/2011; “O trem que faça a curva”, publicada pelo jornal Estado de São Paulo em 19 de agosto de 2010; “AGU evita a total paralisação do trecho das obras da Ferrovia Transnordestina”, publicada no *site* da Advocacia Geral da União, são expostas diferentes repercussões que alcançaram o conflito gerado entre comunidades, empreendedor, governo federal e pesquisadores (Prancha 5 a 7).

No âmbito político local, o prefeito do Partido dos Trabalhadores, por sua vez, não sabia de que lado ficava. Gonçalves teve mais de 300 votos no povoado do Carvalho nas últimas eleições e diz que a população é que está dividida entre desenvolvimento e a tradição. O diretório do Partido dos Trabalhadores (PT) no município não quis se manifestar segundo entrevista dada ao jornal Estado de São Paulo.

Grand Visions Fizzle in Brazil

By SIMON ROMERO
Photographs by DANIEL BEREHULAK

"Thieves are pillaging metal from the work sites," said Adailton Vieira da Silva, 42, an electrician who labored with thousands of others before work halted last year. "Now there are just these bridges left in the middle of nowhere."

Brazil's transportation minister, César Borges, expressed exasperation with the delays in finishing the railroad, which is needed to transport soybean harvests to port. He listed the bureaucracies that delay projects like the Transnordestina: the Federal Court of Accounts; the Office of the Comptroller General; an environmental protection agency; an institute protecting archaeological patrimony; agencies protecting the rights of indigenous peoples and descendants of escaped slaves; and the Public Ministry, a body of independent prosecutors.

Still, Mr. Borges insisted, "Projects get delayed in countries around the world, not just Brazil."

PRANCHA 4: REPORTAGENS

ARQUEOLOGIA EM ÁREAS DE CONFLITO: CEMITÉRIOS,
OBRAS DE DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADES

Márcia Lika Hattori

Orientador: Camilo de Mello Vasconcellos

Ano: 2015

Financiamento: CNPQ

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Ferrovia e patrimônio

História. Na igreja de São Luiz Gonzaga estariam enterrados moradores que tinham posses

‘O TREM QUE FAÇA A CURVA’

Os moradores de Fazendinha, no sertão de Moxotó, não querem que os trilhos da ferrovia derrubem uma igreja que é símbolo do Brasil Colônia

Leonencio Nossa

ENVIADO ESPECIAL / CUSTÓDIA (PE)

A revolta começou quando, há poucos meses, as máquinas que abriram o caminho da ferrovia Transnordestina derrubaram velhas barálicas e apontaram na reta da igreja de São Luiz Gonzaga, em Fazendinha, povoado perdido no sertão de Moxotó, em Pernambuco. Ali vivem cerca de 200 famílias descendentes de africanos e portugueses.

Engenheiros das empreiteiras que fazem a terraplenagem da “obra dos sonhos” do presidente Lula avisaram aos moradores que a estrada de ferro passaria por cima da igreja, que não é um templo qualquer. Trata-se de um raro símbolo do Brasil Colônia encravado desde o século 18 na caatinga.

Ninguém mais dormiu bem com a ameaça da demolição do templo branco e de portas marrons, conta o agricultor Estácio Siqueira, um senhor de 81 anos e olhos bem azuis, vestido com um jaquetão preto em meio ao mormaço do semiárido. Ele é descendente do português Pantaleão Siqueira, desbravador que teria mandado os escravos erguerem a igreja, no início do povoamento do sertão, segundo o livro *Moxotó Brabo*, de José Lins de Albuquerque.

“É esquisito”, diz Estácio. “É preciso respeitar a idade de qualquer um. Quando eu era criança, a igreja já era caduca. O trem que faça a curva”, defende.

Siqueira relata que parentes foram enterrados dentro da igreja. Era regalia de quem tinha terras. Os escravos e os homens livres sem posses eram enterrados no terreiro do lado de fora, onde agora virou um depósito de manilhas. “No meu caso não é tanto pela igreja, é pelos que estão enterrados lá”, diz. “Vovô Benzinho foi enterrado no piso.”

Um parêntese: é lá, no reboco de parede de quase um metro de largura, que podem estar os ossos do Capitão Lili, um dos mais temidos capangas da época do “cativeiro”, como chamam o período da escravidão. Lili, conta Siqueira, tinha prazer de cortar as nádegas dos escravos e colocar sal e pimenta. Uma equipe de arqueólogos contratados pela Odebrecht, empresa que toca as obras, esteve no templo e retirou ossos do subsolo.

Numa terra em que caciques políticos são chamados de “pai” por quem ficou órfão, o mito do “Pai Arraia” – como era chamado o ex-governador Miguel Arraes – deu lugar ao do “Pai Lula” em Moxotó. Mas nem o “parentesco” com Lula contemporizou a situação em Fazendinha.

“Não vou mentir. Lula é meu

Rádio Vaticano

A voz do Papa e da Igreja em diálogo com o mundo

PERNAMBUCO: TRAÇADO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA PODE DESTRUIR IGREJA DE MAIS DE 300 ANOS

◊ **Recife, 20 ago (RV)** – A construção da ferrovia Transnordestina pode provocar a destruição de uma igreja com mais de 300 anos, no sertão de Pernambuco. Para evitar que a igreja – que está no traçado da ferrovia – seja destruída, uma comunidade de descendentes de escravos se mobiliza.

As obras, executadas pela construtora Odebrecht, já mudam a paisagem de Custódia, município localizado a 340 km de Recife. As máquinas preparam o terreno por onde passarão os trilhos. No trecho que cruza a comunidade pobre, onde muitos são quilombolas, ou seja, descendentes de escravos, as obras esbarraram na pequena igreja. O traçado da ferrovia prevê que os trilhos passem exatamente no local onde ela se encontra.

Os engenheiros não esperavam encontrar tanta resistência por parte dos moradores do lugar. Resistência ditada, entre outras coisas, pelo fato de, no entorno da igreja estarem enterrados antepassados dos moradores, ainda que não haja cruzes sinalizando os exatos locais dos túmulos.

“Acho que deviam arrumar um jeito de desviar a linha e respeitar os nossos direitos e tradições” – disse o agricultor José Roberto Nê, natural da localidade. Ele reconhece que a Transnordestina pode trazer progresso, mas, como sabe que os restos mortais dos bisavós dele estão no local, não quer que o progresso chegue, destruindo a memória da comunidade.

Estácio, de 81 anos de idade – um dos mais velhos da comunidade – diz que os avós dele estão sepultados ali e que ele gostaria de preservar os túmulos deles. Papa ele, a solução é simples. “É só desviar o caminho da ferrovia” – disse.

Arqueólogos da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) fizeram escavações no local e encontraram 19 ossadas, o que confirma a informação dos moradores.

A assessoria de comunicação da Transnordestina informou que, quando se soube que a igreja estava no traçado da ferrovia, foi feito um trabalho de levantamento de dados, para verificar a importância da capela para a comunidade. Na época – disse a assessoria de comunicação – a população não levantou objeções à demolição da igreja, tendo inclusive assinado uma autorização para isso.

Em nota, a assessoria ressalta ainda, que não vai pôr abaixo a antiga igreja, até que todo o processo sobre o caso esteja concluído. A primeira missa da nova igreja está programada para o próximo domingo, dia 22 de agosto. (AF)

PRANCHA 5: REPORTAGENS

ARQUEOLOGIA EM ÁREAS DE CONFLITO: CEMITÉRIOS, OBRAS DE DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADES

Márcia Lika Hattori

Orientador: Camilo de Mello Vasconcellos

Ano: 2015

Financiamento: CNPQ

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Meio ambiente »

MPF ajuíza ação contra representantes do Ibama e Transnordestina Logística

Estudo de impacto ambiental não evita prejuízo causado à Igreja São Luiz Gonzaga, em Custódia

Publicação: 09/04/2013 13:58 Atualização: 09/04/2013 14:03

O Ministério Público Federal (MPF) em Serra Talhada (PE) ajuizou ação de improbidade administrativa contra o ex-presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, e os representantes da Transnordestina Logística S/A (TLSA), Edison Pinto Coelho e Tufi Daher Filho, empresa concessionária das obras da Ferrovia Transnordestina. Para o MPF, houve omissão quanto à preservação do patrimônio cultural, com graves consequências ao patrimônio e aos princípios da administração pública.

Para a procuradora da República Silvia Regina Pontes Lopes, responsável pela ação, o estudo de impacto ambiental não contemplou medidas que evitassem ou mitigassem o prejuízo causado à Igreja São Luiz Gonzaga, tombada como patrimônio histórico e localizada na Comunidade Quilombola do Carvalho, no município de Custódia.

De acordo com o MPF, o Ibama, por sua vez, não teria atendido a exigência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da Fundação Cultural Palmares, ao expedir licença de instalação para o trecho Salgueiro-Supe da Ferrovia Transnordestina sem a realização de estudos complementares.

Comissão Pastoral da Terra Nordeste II

Transposição e transnordestina ameaçam comunidade Quilombola em Custódia, PE

Criado em Segunda, 31 Maio 2010 14:15 | Acessos: 2279

Tweetar 0 8+1 0

A igreja do povoado Carvalho, localizado no município de Custódia (PE), construída por escravos libertos, vai ser demolida pelas obras da Transposição. Uma escola que fica ao lado da Igreja também será destruída para dar caminho ao que os moradores chamam de "desgraças do governo".

Numa carta comovente, os moradores de Carvalho contam que a obra da Transposição do Rio São Francisco vai destruir um antigo patrimônio quilombola: uma pequena Igreja que foi construída pelos escravos libertos que ali se instalaram.

Localizada há 10 km do centro de Custódia, sede do município, Carvalho já conseguiu o reconhecimento como Comunidade Quilombola pela Fundação Cultural Palmares, desde 16 de maio de 2007, conforme publicado no Diário Oficial da União. O reconhecimento, no entanto, não foi seguido do processo de demarcação e titulação do território.

O atraso na demarcação e titulação da terra é mais um empecilho para a permanência da Igreja. "A capelinha não é propriedade da Igreja, é particular e pertence ao proprietário da fazenda", explica o padre Roberto, pároco de Custódia. O antigo proprietário das terras já foi indenizado, mas a comunidade resiste e propõe que o curso das obras seja desviado para impedir a destruição da igreja e da escola.

Dona Cicera, moradora antiga da comunidade, conta com remorso a situação. Ela diz que seus netos estudam naquela escola. "Tem gente que quer que derrube, mas que construa primeiro outra igreja e outra escola. Tem gente que quer que não derrube de jeito nenhum. Edvaldo (presidente da Associação) é um dos que correm para que as coisas aconteçam da maneira certa", explica.

PRANCHA 6: REPORTAGENS

ARQUEOLOGIA EM ÁREAS DE CONFLITO: CEMITÉRIOS, OBRAS DE DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADES

Márcia Lika Hattori

Orientador: Camilo de Mello Vasconcellos

Ano: 2015

Financiamento: CNPQ

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

AGU evita a total paralisação de trecho das obras da Ferrovia Transnordestina

publicado : 21/02/13

Compartilhamento:

A Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da Procuradoria-Regional da União da 5ª Região (PRU5), evitou a total paralisação de trecho das obras da Ferrovia Transnordestina.

O MM. Juiz de primeiro grau, em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, deferiu em parte a tutela antecipada pleiteada para fins de suspender a realização das obras da Ferrovia Transnordestina, no trecho de 1.000 (mil) metros da ferrovia, sendo 500 (quinhentos) metros para cada eixo (leste/oeste), medidos a partir da Igreja São Luiz Gonzaga, localizada no Sítio Carvalho, no Município de Custódia-PE, até que o projeto de desvio da linha férrea proposto seja avaliado pela perícia científica, em que se ateste que seu efetivo grau de segurança à integridade física do conjunto de bens culturais da referida Capela, ainda que sob medidas mitigadoras e compensatórias, respeitando o atual limite de 1.000 (um mil) metros do projeto (500 metros para cada eixo leste/oeste) e a manutenção da ferrovia da faixa de domínio já delineada.

Insatisfeito, o Ministério Público Federal interpôs recurso, com o objetivo de suspender totalmente a construção de determinado trecho da Ferrovia Transnordestina.

PRANCHA 7: REPORTAGENS

ARQUEOLOGIA EM ÁREAS DE CONFLITO: CEMITÉRIOS,
OBRAS DE DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADES

Márcia Lika Hattori

Orientador: Camilo de Mello Vasconcellos

Ano: 2015

Financiamento: CNPQ

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Tais tensões refletiram na tradicional novena de São Luiz Gonzaga, a principal festa das comunidades da região que ocorre na Capela da Fazendinha. No ano de 2012, as orações giraram em torno da busca pela paz, porque engenheiros e técnicos se dirigiam às pessoas da comunidade de maneira violenta e tumultuosa. Segundo Marinês Teixeira (2012) houve, inclusive, um dia em que os professores quilombolas saíram da capela chorando.

A novena é uma celebração acompanhada de alguns rituais. A bandeira da novena é alçada no primeiro dia. No último dia a antiga bandeira é substituída por uma nova bandeira, que é apresentada pela família que a guardará por um ano, tal como sempre ocorreu. A antiga não é descartada: ela fica guardada e pode ser entregue a outra família, se se tratar de uma família sem condições de confeccionar uma nova. Ressalta-se que a bandeira é zelada da mesma forma que se zela uma imagem sacra. A família escolhida para guardar por um ano a bandeira participa de todo o ritual de entrega aos próximos guardadores. Isto ocorre inicialmente com a procissão que deve sair da casa da família que estava zelando pela bandeira. O término da procissão é na Capela de São Luiz Gonzaga quando a bandeira é entregue à outra família.

Recentemente foi introduzida na programação da novena uma homenagem aos “falecidos e enterrados” (**Figura 9**). Esta homenagem passou a ser realizada no primeiro dia da novena, fruto da realização do trabalho de Arqueologia realizado no local, que constatou os enterramentos no Sítio Arqueológico. Anteriormente, a primeira noite era dedicada aos moradores mais idosos.

NOVENA DE 2012
Primeiro dia (10/08/2012): Em homenagem aos falecidos que estão enterrados aqui na igreja
Segundo dia (11/08/2012): Noite da comunidade do Carvalho
Terceiro dia (12/08/2012): Noite da comunidade Fazendinha
Quarto dia (13/08/2012): Noite da comunidade Riacho do Meio
Quinto dia (14/08/2012): Noite da comunidade Rua da Areiá e Riacho Novo
Sexto dia (15/08/2012): Noite dos vaqueiros
Sétimo dia (16/08/2012): Noite dos quilombolas
Oitavo dia (17/08/2012): Noite da prefeitura
Nono dia (18/08/2012): Noite da Família Lopes e Gilberto de Belchior e Família
A procissão da bandeira sairá as seis horas da Capela de Santo Antonio.

Figura 9. Programação de 2012 da novena de São Luiz Gonzaga, realizada anualmente no município de Custódia, PE.

Por duas vezes foram feitos agradecimentos em uma oração para os arqueólogos.

“(...) Homenagear aos vaqueiros falecidos e aos que estão presentes, Belchior Ferreira Nunes, finado Dodô. Agradecemos a presença dos arqueólogos Luiz e Catarina, que fizeram um lindo trabalho nessa capela, que fizeram a gente ter o conhecimento do que existia nessa capela. Por isso é que eu falo mais uma vez, estou emocionada com a festa bonita que a gente tá vendo hoje”.³⁴

Primeiro dia da novena 10/08/2012

“As meninas agora vão fazer uma apresentação homenageando aos vaqueiros, a nossa vitória, que gente teve por nossa capela não vai mais sair daqui... é uma vitória né... graças a Deus que é um milagre de Deus e o trabalho dos arqueólogos mais uma vez né... agradeço a presença dos vaqueiros, do pessoal da (...)”.³⁵

Sexto dia da novena 15/08/2012

Até recentemente a novena era organizada pelas comunidades e celebrada pelo Padre do município. Com a construção da nova capela pela Ferrovia Transnordestina

³⁴ Acervo da Zanettini Arqueologia.

³⁵ Acervo da Zanettini Arqueologia.

(Prancha 8), o Padre só celebra as missas e novenas na nova capela cujo nome é o mesmo: São Luís Gonzaga. Mesmo assim, a comunidade não desistiu de realizar celebrações na antiga, onde a novena é organizada e celebrada pelos próprios moradores, por meio de algumas lideranças como Maria e Edvaldo Queirós. Em 2012, o padre começou a novena na nova capela quase na mesma data da novena da Capela de São Luiz Gonzaga. Isto prejudicou a frequência, pois vários moradores da comunidade preferiram participar da novena na capela nova, a qual foi construída no interior da comunidade do Sítio Carvalho.

Nesse sentido, a nova capela, construída pela Transnordestina cerca de um quilômetro e meio de distância da antiga, criou uma polarização na comunidade. Alguns, como o então presidente da associação de moradores do sítio do Carvalho, Sr. Edvaldo. Queirós, tem buscado formas para diminuir essa questão, sugerindo que o padroeiro da nova capela seja São Luiz Rei de França e, o da antiga, continue sendo São Luiz Gonzaga; bem como buscando outras datas para que as celebrações não coincidam.

1

2

3

1. Imagem da nova capela localizada no interior do sítio do Carvalho. Crédito da foto: Lúpia Rodrigues Lira

2 e 3. Projeto da nova capela. Acervo: Zanettini Arqueologia

PRANCHA 8: PROJETO E FOTO DA NOVA CAPELA

ARQUEOLOGIA EM ÁREAS DE CONFLITO: CEMITÉRIOS,
OBRAS DE DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADES

Márcia Lika Hattori

Orientador: Camilo de Mello Vasconcellos

Ano: 2015

Financiamento: CNPQ

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Por outro lado, o padre tem utilizado um discurso que deslegitima a importância da antiga capela ao afirmar que, do ponto de vista histórico, a capela passou por muitas reformas e que hoje ela não tem mais a sua característica original. Para ele, assim como para o antigo proprietário das terras, a igreja foi construída pelos jesuítas, os quais foram expulsos de Salvador; e não por escravos. Reforça, ainda, que não pode realizar celebrações no local, tendo em vista que não é uma capela pública.

“A capela existente não era uma capela comunitária, uma capela pública. Ali algumas pessoas se apoderaram da capela que, pelo estado físico diz a comunidade que era. (...) Depois com o surgimento dos quilombolas, eles acharam que ela não deveria ser demolida, entraram com o processo e ganharam. Então a capela está lá, mas não é uma capela que seja uma comunidade, onde o povo se encontra, que o povo reza de jeito nenhum. É uma capela fechada.”

Padre da Paróquia de Custódia, Roberto Luciano Tenório do Amaral (outubro de 2012).

A capela se tornou assunto e foi alvo de disputas políticas nas eleições municipais ocorridas em 2012, em que muitos políticos se utilizaram do debate para ganhar votos em suas respectivas campanhas. No comício de um dos partidos que disputava a prefeitura municipal a capela era referenciada como patrimônio histórico local, algo nunca antes mencionado por políticos locais ou pelo poder público.

As escavações realizadas em torno de questões cemiteriais serviram como articuladores de memória, espaço de encontro, onde narrativas pessoais puderam ser compartilhadas e negociadas. As etapas de campo envolveram inúmeras pessoas das comunidades e de sítios vizinhos e criou uma plataforma de discussão na qual diferentes narrativas sobre os remanescentes humanos vieram à tona: o que estava na memória de algumas pessoas foi desvelado pelas pesquisas arqueológicas, virou história da comunidade e tornou-se parte da tradição da novena de nove dias.

Figura 10: Folheto da Novena de São Luiz Gonzaga de 2013, patrocinado pela Prefeitura de Custódia.

Outro aspecto que envolve a novena e a relação com o lugar, é o ofício de zeladora da capela: um trabalho sempre realizado por mulheres da comunidade. A zeladora é a detentora da chave da capela, bem como da organização e da arrecadação para as festas de São Luiz Gonzaga. A manutenção física da capela está sempre relacionada à presença da zeladora, visando a preservação das imagens de santos, a limpeza e o cuidado em geral, inclusive de reparações necessárias na antiga construção.

PRANCHA 9: O ALTAR DA CAPELA SÃO LUIZ GONZAGA

ARQUEOLOGIA EM ÁREAS DE CONFLITO: CEMITÉRIOS,
OBRAS DE DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADES

Márcia Lika Hattori

Orientador: Camilo de Mello Vasconcellos

Ano: 2015

Financiamento: CNPQ

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Quando Corina, zeladora na década de 1970 e nora de Antônio Medeiros, mudou-se para Brasília, a capela ficou por anos abandonada, uma das paredes desabou e foi o período em que roubaram as imagens dos santos. Apenas quando Belchior foi eleito prefeito de Custódia, anos depois da saída de Corina, foi feita a reforma da capela. Em seguida, Roberta Simões passa a cuidar da capela como zeladora. Em um determinado período, ela migra para São Paulo e Maria, sua filha e atual zeladora, tornou-se a detentora da chave.

“Teve uma fase difícil que eu passei, eu estava sozinha, as telhas estavam caindo, e eu pedi a São Luiz que me ajudasse a sair dessa fase que eu ia cuidar da capela. Daí eu saí dessa fase, Edvaldo chegou de São Paulo e eu cuidei e todo ano fazemos a festa para zelar ela. A última reforma foi feita em 2004.”

Maria Simões

Figura 11: Esquema: O cuidado- o zelo com a capela. Sequência de zeladoras que cuidaram da capela, conforme referências dadas pelas colaboradoras

Interessante notar que as reformas, tanto para as pesquisas arqueológicas³⁶, quanto para as instituições de patrimônio (FUNDARPE e IPHAN), descaracterizaram a estrutura religiosa. Para os moradores, as reformas fazem parte da preservação de um incontestável patrimônio. O cuidado e a preservação da capela para os moradores estão relacionados a essas reformas, aos aterros realizados, ao seu uso todos os dias, à incorporação de novos santos no altar, geralmente doados por moradores.

Outro aspecto relacionado ao trabalho arqueológico é a relação de parentesco das pessoas do lugar com os remanescentes humanos que foram exumados. Muitos moradores da comunidade têm avós, irmãos, tios e outros parentes enterrados ali.

“... falei assim com o menino, o Rogério conhece ele? Falei com ele lá na vez da reunião pra então derrubar a igreja e deixar o piso, tirasse o trem mais pra fora um pouquinho, deixasse o piso ali porque não mexi com quem morreu deixava ali dentro, porque eles construíram aquilo com a intenção de ficar sepultado ali (...) eu acho que tinha que ficar, porque você constrói uma coisa para continuar aquilo e ficar ali pra sempre, família nenhuma vai achar bom ser derrubado... mas disse que não tem jeito, que aquilo vai ser derrubado. Mas eu sei que tem, porque o trem faz curva, só tem um coletivo que carrega gente e não faz curva – o elevador.”

Entrevista com o senhor Estácio Siqueira em 2009 pela equipe da Zanettini Arqueologia

Antônio de Siqueira Cavalcante, conhecido como Benzinho era avô do Sr. Estácio Siqueira do Amaral e estaria enterrado no piso da capela, regalia de quem tinha terras ou patentes. Para o Sr. Estácio, o local onde havia um depósito de manilhas deixado pela *Transnordestina*, era o terreiro onde estariam enterradas as pessoas sem posses, escravos e homens livres.

Dois outros moradores do lugar, Luiz Gonzaga e Damião, apontaram um irmão também enterrado próximo ao cruzeiro. Outra pessoa da comunidade quilombola mencionada nas conversas de campo é Joaquina enterrada no terreiro da capela. Sebastião também tinha uma sobrinha enterrada perto do cruzeiro e, talvez, a bisavó. No período em que foi feito a pesquisa arqueológica voltada a questões funerárias,

³⁶ ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010.

ainda se discutia se apenas a fachada da capela poderia ser transplantada para a nova, de tal forma que os remanescentes humanos pudessem ser enterrados neste novo local. Ainda em espera para a repatriação dos remanescentes humanos por conta da ação civil pública, essa questão de muita preocupação, uma vez que remanescentes humanos com pessoas do lugar diretamente a elas vinculadas, foram retirados e levados para outro Estado, no sul do Brasil. Um dos colaboradores, Luiz do Amaral perguntou, durante a entrevista em 2012, se eu sabia se o tataravô dele “estava por São Paulo”.

Figura 12: Damião, irmão de Luiz Gonzaga, mostrando o local do enterramento ao lado do cruzeiro.
Foto: Márcia Lika Hattori, outubro de 2012.

A situação dos remanescentes esqueléticos ao não ser alçado como patrimônio por questões éticas, mas também ter sido alvo de escavações arqueológicas e levado para São Paulo criou um imbróglio judicial, uma vez que passados quatro anos da etapa relacionada ao cemitério, ainda não foram devolvidos os restos mortais para as comunidades. Essa não categorização, bem como a dificuldade de fazê-lo, uma vez que estamos lidando com cemitérios históricos que possui familiares que se relacionam diretamente aos sepultamentos, dificulta a ação da Arqueologia e, até a resolução da ação pública, estes continuam à espera em São Paulo.

2.4. Paisagens modificadas e mudanças

Sem dúvida, um empreendimento reordena, desloca, cria novas configurações sociais, econômicas e simbólicas. Nesse sentido, na área onde se encontra o Sítio Arqueológico Fazendinha, a pergunta que me direcionou foi: de que maneira a atuação do arqueólogo e as ações desenvolvidas neste contexto reordenaram o que é o lugar e deram a ele um novo significado?

Partindo fundamentalmente do conceito de paisagem busquei agregar abordagens apoiadas na Ecologia Histórica e na Ecologia Política, que procuram evidenciar ainda mais a complexidade da explanação ambiental nas análises históricas entre população, ambiente e registro arqueológico. Esta paisagem é constituída pelos elementos fisiográficos e culturais e as relações entre esses elementos constitui um lugar, um espaço “praticado” nos quais as pessoas realizam as suas atividades cotidianas de forma a manterem viva uma determinada herança cultural. (DE CERTEAU, 1998, 2004).

Nesse sentido, o lugar é composto não só pela igreja e os remanescentes esqueléticos no seu entorno, mas também fazem parte: a escola municipal José Moura Leite, a área da cavalhada, as casas no entorno e outros elementos como as cacimbas, ruínas das casas antigas, lajedos, caminhos entre outros.

O Sítio Fazendinha está localizado na entrada de uma zona eminentemente semiárida, divisa com o município de Arcoverde, agreste pernambucano. Para alguns autores, o sertão do Moxotó situa-se como local de confluência de caminhos e pessoas, num movimento de coesão e dispersão, tal qual um prisma na área sertaneja. O Sítio Fazendinha foi peça importante da constelação de paragens que envolviam as boiadas, os vaqueiros, os sertanejos e as dinâmicas de formação do território e das populações que atualmente compõe este cenário (SOUZA, 2012; MORAES WICHES, 2012). Essas dinâmicas podem ser vistas a partir das feiras que ocorriam no Sítio Fazendinha antes da criação do município de Custódia.

“Eu não cheguei a alcançar, mas no tempo antes de Custódia existir, tinha muita feira no Carvalho. Vinha o matuto com seis burros carregando cereais trazidos nos balaies presos na cangalha. Tinha gente de todo lugar. Nas festas da igrejinha também... sempre tinha gente que vinha de Sertânia, Pesqueira, de lugar distante.”

Sebastião Batista da Silva, 2012

Nesse sentido, a partir do final do século XIX e início do século XX, com as modificações nas estruturas sociais e a divisão das propriedades, as áreas foram sendo cercadas pelos herdeiros e novos compradores, fragmentando essas grandes extensões de terras. É deste período também que existem referências a um fluxo de negros e negras que circularam por várias localidades, como o Bigode, Riacho Novo, e retornaram ao Carvalho onde, até os dias atuais, permanecem seus descendentes (CENTRO CULTURAL LUÍS FREIRE, 2008).

Maria das Dores dos Santos, 94 anos, quilombola, deixa claro o alto grau de mobilidade e da extensão da área em que ela e sua família viviam, de um canto a outro. O processo que envolveu a possibilidade de se fixar em um local é bastante recente e, no caso de Maria, foi na década de 1980. O lugar comum, agregador, única porção de terra em que podia se fixar mesmo depois da morte era a capela e o cemitério cujo terreiro era destinado para aqueles sem posse.

Eu tava nas casas dos outros, e qualquer coisinha bota a gente pra fora. Daí eu arranjei um cantinho graças a Deus. Eu morava pra todo canto. A maioria do povo aqui era assim... morava assim em uma casa de taipa que tinha e qualquer coisinha mandava a gente embora, aí a gente saía e ia procurar outra casa, daí se não tivesse ficava andando... porque pobre não era de nada, todo dia pra um canto, pra outro, era assim direto. Me aquietei depois que eu comprei esse chão. É minha filha... depois que minhas filhas casaram, ficou só eu e Deus.

*Maria das Dores dos Santos, 2012
94 anos*

Sobre o lugar, como local de encontro, além dos elementos que o compõem, em um exercício analítico a partir de uma fotografia aérea de alta resolução datada de 2007 identifiquei todos os caminhos presentes e os rios que, além de ser um recurso hídrico, são, também, caminho no contexto sertanejo. A área abaixo, constante da **Figura 13**

e preenchida pela cor vermelha é a área da capela com os elementos – campo de vaquejada, escola, que faziam parte dele.

Figura 13: Os caminhos utilizados pelos moradores na cor rosa, sobrepostos a partir das fotos aéreas e dos caminhamentos realizados durante etapa de campo de outubro de 2012.
Elaborado por Márcia Lika Hattori, 2014

Em um segundo momento, ao retirar como pano de fundo a fotografia aérea (figura 14), o resultado do mapeamento de caminhos mostra que a grande maioria deles confluem para a área do sítio arqueológico Fazendinha, inclusive mais do que a área do rio Custódia e do outro riacho ao lado. Isso ajuda a refletir sobre o papel deste lugar para as comunidades locais, uma vez que a área conflui mais caminhos do que um recurso hídrico, que tem papel fundamental no sertão para sobrevivência da população. O Sítio Fazendinha não era só local de celebração religiosa. Ainda na metade do século XX, abastecia com goiaba, manga, caju, banana, jaca e graviola a recém-inaugurada fábrica Tambaú que começava a produzir doces de frutas de forma artesanal na cidade de Custódia. Além disso, sempre foi referência enquanto local de criação de caprinos e algodão, além de feiras que ocorriam na estrada que liga os sítios Fazendinha e Carvalho à sede do município.

Figura 14: Apresenta os caminhos sem a fotografia aérea.
Elaborado por Marcia Lika Hattori, 2014.

Antes da chegada da *Transnordestina*, o lugar agregava casas de alvenaria próximas à Capela de São Luiz Gonzaga, uma escola municipal ao lado (Escola Municipal José Moura Leite) e um parque de vaquejada que seguia ao fundo da capela, além de lugares de captação de água como as cacimbas. Umas delas, denominada *jiquiri*, é a *cacimba que nunca acaba finda a água pro criatório*.

Figura 15: O jiquiri
Foto: Márcia Lika Hattori, outubro de 2012.

“Sabe, a gente era feliz e não sabia. Tinha a igreja, o colégio, mas a gente toda vida chamou grupo, aí em frente ao grupo tinha um pé de umbu e nós brincava lá e em frente a igreja tinha outro. Por trás da igreja como a chuva tinha derrubado a parte de trás dela e é onde tinha o muro de terra e os cadáveres. Muitas vezes a gente ia pra escola no outro dia e encontrava na estrada mesmo era osso da canela, a gente pegava com a mão mesmo pra você ter ideia de como a gente não tinha noção e chegava lá e empurrava dentro da areia pra enterrar de novo aí dizia o nome da pessoa que a gente tava enterrando... não sabia quem era não... a gente chegava e enterrava. Aí quando era hora do recreio a gente pegava e falava vamo lá enterrar fulano? Pra gente era uma brincadeira que depois que a gente se entendeu por gente que nós passamos a levar a sério. Saber a importância que a gente começou a ler e a escrever e os professores diziam o quanto aquilo era importante pra gente.”

Marinês Teixeira Amaral, 2012

A brincadeira de enterrar os mortos era muito presente, pois todas as crianças do Carvalho e do sítio Fazendinha estudavam na escola municipal ao lado da igreja. O espaço do brincar era o próprio espaço da igreja. Uma brincadeira apontada era a de buscar potes enterrados com dinheiro. Tratava-se de uma forma de guardar dinheiro em particular, realizada a partir das histórias do tempo dos cangaceiros aonde o povo fazia a guarda com medo de Lampião. Muitas pessoas diziam que o local estava cheio desses potes.

Essa relação intrínseca do espaço cemiterial com o espaço do brincar das crianças se insere no lugar praticado, parte do cotidiano e da vida. Alguns, como Marinês, que viveu a vida toda no sítio do Carvalho pôde acompanhar um episódio de chuva que evidenciou alguns remanescentes esqueléticos e derrubou parte da igreja. Um contexto similar ocorreu na África do Sul, no cemitério de Preswich Street. Um dos moradores, que se identifica como um *capetonian* muçulmano, disse:

“Eu fui para a escola em Prestwich School Street Primário. Nós crescemos com lugares assombrados, vivemos em terra assombrada. Sabíamos que havia cemitérios lá. A minha pergunta para a cidade é, como isso aconteceu? Estes ossos não são desconhecidos, eles são conhecidos. essas pessoas eram descendentes de pessoas no Cabo”

(SHEPHERD, 2007).

Os estudos de Tuan (1979) afirmam que uma ligação emocional é criada e mantida por meio da edificação do lugar sagrado. Dessa forma, a manutenção do lugar sagrado favorece a noção de que a comunidade partilha uma identidade comum, um sentimento de integração e de comunidade religiosa. Certamente, o território identitário religioso não é apenas ritual e simbólico: ele é, também, o local de práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se afirmam e vivem as identidades (LE BOSSÉ, 2004). Trata-se de um lugar de aproximação entre o local, o regional e o universal (ROSENDAHL E CORRÊA, 2003).

“É, é. Aquela igreja ali, se ela não estiver com 400 anos, ela anda perto. Aí o finado Zuzú quando ela rachou-se assim, um dia eu estava varrendo ai tinha um ossão assim desse tamanho. Chamei: ô Sr. Zuzú venha olhar aqui! Esse osso, isso é de uma perna de um defunto! Agora aquele osso alvinho... Ai o finado Zuzú disse: eu vou levar esse osso pode ser da canela da minha avó, da perna da minha avó! Levou e enterrou no baixio dele, ali na roça.”

Roberta Simões Araújo, 2012.

Com a chegada da *Transnordestina*, o processo de compra de propriedades para desapropriações, o uso da área para construção da linha do trem e a possível derrubada da igreja, as unidades paulatinamente demolidas foram a escola e o parque de vaquejada. As áreas de captação de água foram aterradas.

A igreja (e seu pequeno entorno) mantida de pé graças à mobilização comunitária, embora preservada, tornou-se isolada, tendo diante de si apenas a linha do trem que ainda tem seu caminho diante dela.

Figuras 15 e 16: Fotos tiradas respectivamente em 2008 e 2009 anteriores às intervenções do empreendimento. Na primeira foto à esquerda as setas indicam o parque da vaquejada e a escola em relação a igreja. A segunda foto é a escola municipal e atrás dela a igreja (Crédito das fotos: Zanettini Arqueologia, 2009).

Figuras 17 e 18: Fotos tiradas em 2010 e 2012 respectivamente. A primeira foto (à esquerda) mostra o alinhamento de caminhões do empreendimento em frente à igreja. A segunda foto mostra a igreja hoje, diferentemente da figura 18, com o caminho cortado pelo traçado do trem e sem o parque da vaquejada, as algarobas próximas e a escola municipal. (Crédito das fotos da esquerda para direita: Zanettini Arqueologia e arquivo pessoal, outubro de 2012).

PRANCHA 10: A CHEGADA DO EMPREENDIMENTO

ARQUEOLOGIA EM ÁREAS DE CONFLITO: CEMITÉRIOS,
OBRAS DE DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADES

Márcia Lika Hattori

Orientador: Camilo de Mello Vasconcellos

Ano: 2015

Financiamento: CNPQ

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Este isolamento certamente se tornará mais evidente com a instalação da ferrovia. Estudos relacionados aos impactos de ferrovias, mostram que a sua instalação acaba por se tornar uma barreira social, já que, com a existência de cercas, muros e matas paralelas a linha férrea auxilia na separação. Por longos trechos da linha as pessoas ficam sem acesso ao outro lado. Estudos sobre interações espaciais, sociais e econômicas apontam que consumidores tendem a buscar produtos nos locais mais próximos de suas casas a partir de uma distância não necessariamente cartográfica e sim geográfica, significando que, no plano prático a distância se torna maior, em parte, a desvios determinados por empecilhos encontrados no trajeto estipulado pelas pessoas, como é o caso da linha férrea. Logo, as interações socioespaciais entre um público do mesmo lado da linha são mais frequentes tornando-se mais afetivas, além de fazer com que o fluxo de capital gire entre os serviços oferecidos neste espaço restrito.

Fonte: TLISA Logística - Datum Sad69

Figura 19: Uma das propostas para o desvio da capela com a distância de 21,87 m para a linha do trem.

Nesse sentido, a igreja não foi demolida e retirada do seu contexto, mas o lugar foi modificado, a partir das intervenções arqueológicas, das ações de órgãos de preservação, da obra da Transnordestina e da própria comunidade.

A partir de levantamento obtido pelo software *Google Earth*, foi possível perceber, a partir da sobreposição de imagens aéreas realizadas nos anos de 2007, 2010 e 2012, a chegada dos grandes empreendimentos que cortam a região. Trata-se, sem dúvida, de uma imposição que chega a lugares cujos caminhos e estradas sempre tiveram outras configurações: mais sinuosos, acompanhando rios, como é o caso da estrada que liga a área urbana de Custódia aos sítios Fazendinha e Carvalho.

2007 – Início do licenciamento ambiental da Transnordestina na área.
Imagem obtida pelo software *Google Earth*.

2010 – Obra da Transnordestina parada no sítio Fazendinha e início da mobilização das comunidades.
Imagem obtida pelo software *Google Earth*.

2012 – Obra da Transnordestina e da Transposição do rio São Francisco, ambas cortando o município de Custódia.
Imagem obtida pelo software *Google Earth*.

Figuras 20, 21 e 22. Fotografias aéreas de 2007, 2010 (período das duas etapas de resgate arqueológico) e de 2012

A importância em mapear o patrimônio cultural, ou seja, o universo simbólico que permeia os lugares e dá sentido às materialidades presentes nos territórios, está na possibilidade de construir novas maneiras de lidar com o espaço vivido. Segundo PAES (s.d.), o patrimônio cultural – material, imaterial ou ainda natural - possui expressão espacial significativa e carrega em si inerente territorialidade. O enraizamento da memória e das tradições se dá em escala territorial. É a partir do espaço material e da memória que a identidade dos lugares e das populações nos lugares permanece enraizada. Pensar o patrimônio territorialmente significa pensá-lo também a partir das relações sociais, uma vez que a noção de território se insere no contexto de espaço geográfico, o “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2004), em que os sistemas de objetos são as materialidades e os sistemas de ações são as relações sociais que lhe constituem e dão sentido.

O território é assim entendido, como uma relação social que não pode estar desvinculada de uma materialidade, um lugar que lhe legitima. Os objetos e sua espacialidade são as substâncias do universo social simbólico das sociedades humanas, são produtos da cultura, carregam informações sobre ela, levam consigo memória. Assim o espaço, como materialidade, é produto da cultura e portador de memória. Da mesma forma, as imaterialidades presentes no espaço ou, aqui, o patrimônio imaterial, são também condutores de memória, conectam as gerações e os homens no espaço. Material ou imaterialmente eles estão vinculados pelo próprio território. Afinal, a memória se materializa nos lugares e “quando o espaço passa a representar o tempo na memória social ele torna-se patrimônio, campo conflituoso de representações sociais” (PAES, s.d.).

Desafiando a noção estabelecida de “objeto”, Ingold (2012) propõe a retomada da noção de “coisa”, porosa e fluida, permeada por fluxos vitais, integrada aos ciclos e dinâmicas na vida e no meio ambiente. Dessa maneira sustenta que o mundo em que

habitamos é composto não por objetos, mas por coisas. Pautado no ensaio de Heidegger de 1971, afirma que o objeto coloca-se diante de nós como um fato consumado, oferecendo para nossa inspeção suas superfícies externas e congeladas. Ele é definido por sua própria contrastividade em relação à situação no qual ele se encontra.

Ao focar a capela, o cruzeiro e o cemitério enquanto objetos (*objectness*³⁷), os mesmos são retirados dos fluxos que as trazem à vida, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam (*livelihood*).

O Sítio Fazendinha, lugar onde as pessoas levavam os filhos à escola, onde as crianças brincavam atrás da igreja, local de eventos da vaquejada e nucleação, não existe mais. A violência com que chegou a obra obrigou a escola a sair de seu lugar e passar para o sítio do Carvalho há um quilômetro de distância. As casas no meio do caminho foram vendidas e os proprietários indenizados. A intervenção arqueológica transforma o lugar em sítio arqueológico. A valoração da capela por parte dos arqueólogos e de alguns membros da comunidade reforça a luta pela manutenção da mesma. Ao transformá-lo em patrimônio fez o olhar se voltar para a igreja São Luiz Gonzaga que, ressignificada, virou símbolo da luta da comunidade e a projetou na cidade e nos veículos de comunicações regionais. Seu valor deixou de existir junto com os outros elementos da paisagem – escola, vaquejada, casas, jiquiri e se tornou o patrimônio. O empreendimento tem desarticulado o locus agregador que tinha a capela como parte de seus componentes. Estabeleceu um novo espaço que agrega a igreja nova à escola nova, fazendo esse movimento de desagregação e dispersão daquele que historicamente era um locus agregador das pessoas, criando conflitos e divisões de grupos no interior da comunidade.

Nas ações para o licenciamento ambiental os inúmeros sujeitos envolvidos nesse processo acabam formando uma teia que foge da alçada de apenas um: seja a comunidade ou o arqueólogo. A intervenção, seja por parte do empreendedor, dos

³⁷ Conforme Ingold 2012.

arqueólogos ou dos órgãos de preservação, caminha para a transformação da coisa (capela, mais todos os elementos que faziam parte da paisagem) em objeto (a ermida isolada). No entanto, na luta da representação, a capela materializa a capacidade que os grupos – Fazendinha, sítio Carvalho e comunidade quilombola - têm de se fazer reconhecer como unidade e identidade.

A transformação das paisagens ao longo do tempo é inevitável. Significamos lugares e coisas a partir dos nossos critérios e visões de mundo. Novas configurações sociais e espaciais ocorrem segundo uma complexa rede de dinâmicas relacionadas aos contextos político, econômico, social e cultural. No entanto, a imposição de um empreendimento sem consultas e participações efetivas das comunidades no processo, acelera de maneira vertical e desestruturam essas redes. A territorialidade tem um valor fundamental para a existência e preservação dessas comunidades em seus territórios que abarcam muito mais do que a propriedade ou a casa, tendo, nestes contextos, os lugares de uso comum, seja para práticas de subsistência ou religiosas. A leitura dessas dinâmicas também é da alçada do arqueólogo, que tem ampliado seu escopo de atuação ao perceber o seu papel político no mundo contemporâneo.

A Arqueologia se encontra tanto a serviço das forças globalizantes, quanto de comunidades locais que ocupam posições desvantajosas no mundo contemporâneo e que, ao se engajarem na defesa de seu patrimônio, vêm ganhando visibilidade, força e resistência (HODDER, 2002; HABU ET AL, 2008).

*“Tinha muita coisa importante... Porque as coisas eram mais fáceis, tinha o criatório ninguém vê mais isso. Muito gado, muito verde. Às vezes, ali no pátio da Igreja de São Luiz quando era de tarde fazia gosto tanto gado que tinha. Você via tanto gado, tanta ovelha, criação de bode... Hoje ninguém vê mais isso, vê não! Vê não porque os fazendeiros acabaram com os lugares de criar, plantaram capim, o inverno acabou-se e nada deu certo mais não. **O que tá dando certo só é mesmo nossa luta pela a igreja. E tem a fé em Deus...**”*

Roberta Simões Araújo 2012.

A identidade é um processo incessante de construção/reconstrução e ganha sentido e expressão nos momentos de ruptura e tensão, precisamente quando se aguça a

percepção da diferença e quando sua presença se faz necessária. A identidade só pode ser identificada “em situação”. Nesse sentido a identidade se fundamenta no presente, nas necessidades presentes, ainda que faça apelo ao passado, mas é um passado construído e reconstruído no presente, para atender aos reclamos do presente (MENESES, 1993).

O local do sítio arqueológico Fazendinha foi, em 2008, segundo olhares específicos resultados dos trabalhos realizados pela Zanettini Arqueologia, identificado primeiramente como sítio de baixa densidade e relevância, com pequena dispersão de materiais arqueológicos (louças, cerâmicas, vidros) que, no caso, estava localizado no interior do Sítio Fazendinha (propriedade) próximo a uma capela (elementos que apenas compunham a paisagem envoltória); depois, em 2009, a nova empreitada dos arqueólogos ampliou o Sítio, englobando, então, as manchas de materiais, as evidências de construção e a capela em si. Neste momento, a comunidade tomou conhecimento da iminência das obras e da probabilidade de perda da capela. Acirraram-se os conflitos e vieram à tona os diversos discursos dos sujeitos envolvidos no processo.

Tornando arqueológica a Capela, a equipe seguinte, em 2010, teve de lidar então com os remanescentes esqueléticos a ela associados, concomitantemente à mobilização da comunidade. A Capela de São Luiz Gonzaga, entre 2011 e 2012, ao ser patrimonializada e a sua iminente destruição por estar inserida na projeção da linha férrea, passou a ser enfocada pela última equipe de Arqueologia (aquela de 2010), pelos órgãos de preservação, Ministério Público e pela comunidade, sem considerar os outros elementos que faziam parte dela.

Hoje, o caminho que a capela percorre com a chegada do empreendimento, as escavações arqueológicas e a luta comunitária em prol de sua preservação fez dela mais do que local de práticas religiosas, mas o símbolo da representação da história de luta daquela área rural. Os conflitos de interesses que emergiram do confronto, dessas diferentes visões, tornaram essa arena um locus privilegiado de ação política. Nela, diferentes grupos podem transformar contextos sociais desfavoráveis, negociar

melhores posições em movimentos reivindicatórios, entre outras tantas possibilidades. Meneses (1993) afirma que é na crise que nós criamos. São nos desequilíbrios e desconfortos, quando se põe em causa as identidades, que ocorrem os conflitos. Mais do que uma autorrepresentação ou dar a voz, é na luta da representação em si e dos direitos territoriais e de seus lugares que a comunidade e os profissionais efetivamente envolvidos com a construção de uma sociedade participativa devem fazer parte.

Capítulo 3

Furna da Lapa do Bom Jesus, município de Arraias, Tocantins
Crédito da foto: Zanettini Arqueologia

CAPÍTULO 3 - CEMITÉRIO RURAL E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: OS LUGARES SAGRADOS EM ARRAIAS, TOCANTINS.

3.1. Introdução

Encravada nas colinas, Arraias é uma cidade situada a sudoeste do Estado do Tocantins, marcando a fronteira com os Estados de Goiás e da Bahia. Distante 413 km da cidade de Palmas, capital, o município possui um território com área total de 5.787km². A região se insere na bacia do Tocantins, mais especificamente na região de nascentes do Médio Tocantins, já na zona que compõem os divisores de água entre essa bacia e a bacia do Rio São Francisco.

A cidade é marcada pelas linhas de pedra que acompanham a sinuosidade do relevo: muros que, construídos pelos escravos, contornam a cidade há mais de dois séculos. A história regional é marcada pela busca do ouro e pela presença de populações indígenas, afro-brasileiras e europeias. Fundado em meados do século XVIII, o município derivou de um aldeamento jesuíta conhecido como Boqueirão dos Tapuios.

Figura 23: Os muros de pedras que acompanham o relevo da cidade.
Fonte: Zanettini Arqueologia, 2011

O município conta com 10.645 habitantes (IBGE, 2010). No relevo cárstico foi instalada uma indústria de extração e processamento de minério fosfático³⁸, com o

³⁸ Itafós Mineração LTDA

intuito de se obter fertilizantes fosfatados. A área do empreendimento localiza-se na Rodovia GO-110, em áreas englobadas pelas Fazendas Gaúcho e Coité.

Na localidade onde essa mineração se instalou, existem inúmeras comunidades rurais que possuem relações de vizinhança e de parentesco entre si. É comum falar com um morador de uma comunidade, mesmo afastada, e este possuir parentes na comunidade de Lagoa da Pedra³⁹ ou de Cana Brava. Quando não se trata de parente consanguíneo, possui algum laço de compadrio. Uma das maiores comunidades na área é a comunidade quilombola Lagoa da Pedra, que se constituiu como grupo de remanescentes de quilombos, cujo reconhecimento legal ocorreu a partir da emissão da certidão de autorreconhecimento, em 25 de agosto de 2004 (APOLINÁRIO, 2000). É certo que embora o seu reconhecimento tenha ocorrido no século XXI, a história dos afrodescendentes remete a um período anterior, sendo datada de meados do século XIX, a história de ocupação da Lagoa da Pedra (TESKE, 2010). A comunidade possui aproximadamente 27 famílias, 180 habitantes e ocupam uma área total de cerca de 80 hectares (NASCIMENTO e JESUS, 2009).

A comunidade vem sofrendo pressões por conta do processo de relativização da região, processo que incorpora todo o estado de Goiás e Oeste Baiano. Empresários do agronegócio, sobretudo canavieiro e graneiro, têm adquirido e acumulado inúmeras glebas de pequenos e médios proprietários tradicionais inclusive alguns da própria comunidade (TELLES, 1977).

Ainda assim a comunidade resiste e busca estratégias para manter suas tradições. Seja com relação aos saberes e modos de produção tradicionais, como a produção de farinha e a culinária feita no fogão a lenha, seja pelos festejos e ritos herdados de seus ancestrais como a roda de São Gonçalo, as Cantigas de Roda e a Sússia.

³⁹ Sobre a comunidade quilombola Lagoa da Pedra, ver Teske (2010; 2012); Nascimento e Jesus (2009); Santos e Vizolli (2013); Lima (2012)

Outro núcleo urbano próximo à Lagoa da Pedra é o Distrito de Cana Brava. Com cerca de 100 casas e 600 habitantes, localiza-se ao norte da área prevista para a implantação do empreendimento. Possui poucas vias pavimentadas, é atendido pelos serviços de energia elétrica e água encanada, possui uma escola pública, além de posto de saúde. As principais atividades econômicas no distrito são relacionadas à produção de subsistência de cultivos como frutas, legumes, mandioca, cana-de-açúcar e cereais (IBGE, 2010).

O presente capítulo buscou propor e analisar a atuação da pesquisa arqueológica realizada na região norte do país: o sítio arqueológico Bezerra III e o cemitério da Fazendinha, localizado na área rural do município de Arraias. Trata-se de um cemitério histórico rural relacionado às diferentes comunidades locais, inserido em área projetada para a construção de uma barragem de água, parte da implantação de uma mineração. Conforme já mencionei anteriormente, este estudo partiu de uma oportunidade e a responsabilidade no desenvolvimento de um trabalho junto a tais comunidades, com o intuito de identificar pessoas e grupos relacionados ao cemitério que poderia ser coberto pelas águas da barragem, buscando caminhos para a situação, a partir de tomadas de decisão conjunta entre comunidade, familiares envolvidos e equipe de Arqueologia responsável pelo estudo.

Para o licenciamento ambiental da mineração, a pesquisa arqueológica iniciada em 2010⁴⁰ realizou cinco etapas de trabalho: 1) Diagnóstico não interventivo⁴¹ que identificou 16 sítios arqueológicos, 16 ocorrências e duas áreas de ocupação histórica; 2) Prospecções extensivas e intensivas; 3) O Resgate arqueológico que encontrou um possível sepultamento no sítio resgatado Rio Bezerra III; 4) O Levantamento da história do possível sepultamento, das relações de pertencimento com as diferentes comunidades e, por fim; 5) Os encaminhamentos e ações voltadas ao cemitério da Fazendinha.

⁴⁰ A empresa contratada para a pesquisa e as etapas desenvolvidas foi a Zanettini Arqueologia.

⁴¹ Zanettini Arqueologia, 2010b.

Durante os trabalhos de prospecção ocorridos em 2010 foi identificado e cadastrado como patrimônio arqueológico na área diretamente afetada pelo empreendimento (ADA), o sítio arqueológico Rio Bezerra III caracterizado como sítio pré-colonial com artefatos líticos. Por incidir na área onde seria construída a barragem de captação de água da mineração, o sítio foi inserido naqueles que seriam resgatados em etapa posterior.

Assim, na primeira etapa de resgate do patrimônio arqueológico, foi identificado, nos últimos dias do campo, um possível sepultamento no sítio arqueológico Rio Bezerra III, que já havia sido resgatado. O mesmo só foi percebido durante a finalização dos trabalhos, a partir do olhar de um dos membros da equipe, que chamou a atenção para o fato. Ao olhar as atividades desenvolvidas pela equipe através do programa de dados *Mapsource*, tal integrante se deparou com um sepultamento próximo às áreas de intervenção realizadas no sítio arqueológico Bezerra III, até aquele momento um sítio pré-colonial lítico.

Nada se sabia sobre aquele espaço, muito embora intervenções próximas a ele estavam sendo realizadas no sítio arqueológico lítico. Nem sequer se estávamos lidando apenas com um sepultamento ou se tratava de um cemitério, pois não era possível visualizar, ao menos na superfície, qualquer vestígio que indicasse uma maior quantidade de sepultamentos. A área sofre com queimadas anuais e o único marco na superfície que esses sepultamentos apresentam é a cruz de madeira. As cruzetas poderiam ter desaparecido por conta dessas dinâmicas de queimadas no cerrado.

Figura 24: Sítio arqueológico Rio Bezerra III e o sepultamento identificado conforme indicação da seta.
Fonte: Acervo Zanettini Arqueologia

O despreparo profissional para lidar com as diferentes realidades que o contexto do licenciamento demanda aos arqueólogos é questão atualíssima que subjaz a própria formação e qualidade dos trabalhos de Arqueologia. É inegável que diferentes formações profissionais em Arqueologia influenciam os olhares sobre o mundo e, por consequência, sobre os vestígios. A área, que já estava em um contexto de conflito devido aos impactos a Furna Lapa do Bom Jesus, poderia sofrer com uma intensificação do conflito que seria ocasionado justamente ao “não olhar” o sepultamento e compreender que poderia fazer parte da pesquisa arqueológica. Vale ressaltar que essas questões referentes às ambiguidades e dificuldades dos arqueólogos na compreensão dos cemitérios rurais considerados ou não da alçada Arqueologia, foram debatidas em publicações que realizei junto com outros pesquisadores que participaram do projeto (HATTORI et al, 2011; SOUZA et al, 2012).

Após a identificação do sepultamento, em outubro de 2011, deu-se a busca nas imediações de antigos moradores que pudessem prestar depoimentos confirmando

ou não a hipótese estabelecida a partir das fugazes evidências materiais observadas em superfície. Apenas uma pessoa foi identificada: o Sr. Francisco Costa Santos, conhecido como “Chico Lenço” (57 anos), vaqueiro, morador da “Fazendinha”, em Arraias. Ele relatou que, quando criança, existia *“muitas cruzetas em pé por lá”* no local e que o cemitério, provavelmente, teria mais de 100 anos. Afirmou, também, que o local era conhecido como “Terra da Santa”, provavelmente em louvor a Nossa Senhora dos Remédios, padroeira da cidade. Questionado sobre a possibilidade de a equipe obter novos depoimentos, o Sr. Francisco disse ser muito difícil localizar eventuais parentes dos mortos ali sepultados: *“já não moram mais na região”* (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2012).

Figura 25: Resgate do sítio arqueológico Rio Bezerra III.
Fonte: Acervo da Zanettini Arqueologia

3.2. O trabalho de campo para o levantamento dos conflitos

Considerando a situação emergencial em que a Licença Prévia e a Licença de Instalação já haviam sido emitidas e o fato de que uma barragem de água seria construída na área cemiterial, fui convidada a coordenar uma etapa de campo com o objetivo de identificar possíveis conflitos existentes e as relações de pertencimento de pessoas e/ou grupos com o cemitério, no mês de dezembro de 2011. Da mesma

forma, estabelecidas as diretrizes e os encaminhamentos, realizei uma etapa de campo entre os dias 04 e 08 de janeiro de 2012 para a validação das entrevistas e acompanhamento das primeiras atividades de campo.

Os procedimentos levados a cabo para localizar possíveis descendentes partiram da utilização de recursos da História Oral, procurando identificar afinidades e relações de pertencimento com o Cemitério da Fazendinha, levantar narrativas acerca da história local, referências patrimoniais e identificar pontos de tensão entre os diferentes agentes envolvidos.

Em alguns casos, mais de uma pessoa participou da entrevista, o que certamente direcionou e influenciou algumas discussões. As questões norteadoras das entrevistas buscaram:

- A relação do(a) colaborador(a) com o tempo de vida no território em questão;
- Os rituais religiosos e a morte nas comunidades rurais;
- Referências patrimoniais;
- O posicionamento do(a) colaborador(a) frente à implantação da mineração;

Com base nestas informações, defini como colônia⁴² a cidade de Arraias, sudeste do Estado do Tocantins. Para a rede, uma subdivisão da colônia que funciona como indicativo de como as entrevistas deveriam ser articuladas. Defini dois caminhos, o que totalizou nove colaboradores: a pessoa indicada pelo “marco zero”⁴³, (Sr. Francisco Costa Santos); e outros que me procuraram com o intuito de prestar esclarecimentos sobre os trabalhos de Arqueologia e que eram lideranças locais.

⁴² Ver capítulo 1 referente aos conceitos utilizados para História Oral

⁴³ “Marco zero” refere-se ao primeiro colaborador, aquele que conhece o contexto e pode, a partir da indicação de pessoas, contribuir para a constituição da rede.

Figura 26: Rede de colaboradores a partir do “Marco Zero” estabelecido.
Elaborada por Márcia Hattori

É importante destacar que havia uma dificuldade intrínseca no início dos trabalhos, uma vez que envolvia a abordagem de aspectos religiosos e sobre morte, cujos temas, sem dúvida, demandavam uma forte proximidade e relação de confiança entre o entrevistador e o colaborador (entrevistado) para que a conversa e os diálogos fluíssem a contento. Não foram raras as vezes em que tive dificuldades de entrar em

tais assuntos. Por outro lado, houve uma pessoa, Maria Pereira Bispo⁴⁴, junto com sua família, que frente à sua religiosidade e de seus familiares, tomaram a decisão da reenumeração de avós que estavam enterrados no cemitério da Fazendinha.

Foi utilizado o gravador de voz para o registro das entrevistas, para posterior transcrição e transcrição. Embora todos os colaboradores tenham aceitado seu uso, sempre busquei perguntar se a pessoa se incomodava ou não com o uso do gravador, tentando deixá-la à vontade para recusar a sua utilização.

Fundamentais foram algumas colaboradoras com as quais tive a possibilidade de interagir mais e assim construir uma relação mais próxima ao longo do trabalho. Ao mesmo tempo foram cruciais para minha compreensão do uso do território por parte das comunidades que ali (re) existem e na história do cemitério da Fazendinha.

Figura 27: Maria Pereira Bispo
Fonte: Acervo da Zanettini Arqueologia

Maria Pereira Bispo mora na zona rural de Arraias a seis quilômetros da rodovia que corta a cidade de Campos Belos no estado de Goiás e segue para Arraias, no estado

⁴⁴ Mais adiante discutirei, de maneira mais aprofundada, a relação construída com Maria Pereira Bispo.

do Tocantins. Com 62 anos, possui apenas uma irmã, Izabel com 75 anos de idade. Seu pai vem de Dianópolis – Tocantins, no início do século XX, para Arraias com o intuito de trabalhar nas fazendas como vaqueiro. Seus avós, que faleceram antes de Maria Izabel nascer, foram sepultados no cemitério da Fazendinha.

Figura 28: Lucrécia Bento Filho
Fonte: Acervo da Zanettini Arqueologia

Lucrécia Bento Filho é oleira e vive da venda dos potes cerâmicos que produz, expostos na beira da rodovia na cidade de Arraias. Comadre de Maria Pereira Bispo, Lucrécia também morou em diversas fazendas de Arraias, entre elas na “Fazenda Fazendinha” auxiliando o Padre Pedrocílio nos trabalhos.

Figura 28: Maria Inácia Farias
Fonte: Acervo da Zanettini Arqueologia

Moradora do distrito de Cana Brava, Maria Inácia Farias é uma importante liderança da comunidade quilombola Lagoa da Pedra onde nasceu e cresceu. Católica, conta com engajamento sobre as tradições da comunidade quilombola como a Roda de São Gonçalo, o dia de Reis (o qual tive a oportunidade de passar em sua casa em janeiro de 2012) entre tantas outras. Dona Inácia tem lutado para a preservação da Furna Lapa do Bom Jesus, lugar sagrado para a população arraiana. Com ela caminhei pelos diferentes cemitérios rurais da região e com quem melhor compreendi a territorialidade das comunidades quilombolas e seus lugares sagrados.

Ademais, na etapa de campo, somada às entrevistas, foram realizadas conversas com moradores que viviam nas proximidades do cemitério da Fazendinha, bem como reuniões junto a lideranças da comunidade quilombola, secretarias de cultura e de educação do município e pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins (UFT), com o intuito de identificar outros pontos de tensão e conflito, além de esclarecer e apontar algumas possibilidades do trabalho arqueológico junto às comunidades.

Os resultados obtidos legaram importantes informações sobre os processos históricos ali vivenciados e possibilitaram orientar todas as ações posteriores que envolveram

as intervenções na área cemiterial. O uso da História Oral permitiu a inserção de diferentes narrativas sobre o local e as relações de pertencimento das comunidades do entorno, de tal modo que um trabalho posterior pudesse ser realizado com base em pressupostos éticos da Arqueologia, enquanto ciência social comprometida com o presente e com as comunidades locais.

Ao longo das entrevistas junto com lideranças da comunidade quilombola Lagoa da Pedra, reuniões com pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins - UFT e também com pessoas vinculadas à Organização Não Governamental (ONG) “Viva Arraias”, foi possível identificar ao menos três pontos de conflitos que se relacionavam com as pesquisas arqueológicas: 1) A retirada de urnas funerárias indígenas na área da comunidade quilombola Lagoa da Pedra; 2) O acervo arqueológico gerado pelas pesquisas e sua salvaguarda e; 3) Os impactos negativos da mineradora à Furna Lapa do Bom Jesus.

Pesquisas voltadas ao licenciamento ambiental foram realizadas por arqueólogos do NUTA⁴⁵ (UNITINS), em outubro de 2008, na área da comunidade quilombola e identificaram três sítios arqueológicos denominados Lagoa da Pedra I, II e III, sendo que algumas urnas funerárias indígenas foram resgatadas e levadas para o NUTA⁴⁶. Havia uma demanda, em especial das lideranças quilombolas, de que o acervo ficasse na comunidade, em espaço que poderia ser construído por eles com o auxílio da Universidade. O não contato com as equipes de Arqueologia gerou dúvidas sobre esse acervo formado e a quem deveriam contatar para solicitar o pedido de repatriação. Dessa maneira quando iniciei as entrevistas havia o questionamento da localização das urnas funerárias indígenas.

A ONG “Viva Arraias”, criada no ano de 2003, promove ações sociais e culturais na cidade, cuja presidente, em 2011, era Vera Carrico. A ONG tomava a frente, à época,

⁴⁵ Núcleo Tocantinense de Arqueologia – NUTA.

⁴⁶ Referente ao licenciamento ambiental, cujo programa de pesquisa arqueológico foi denominado Levantamento, Monitoramento e Resgate do Patrimônio Histórico Cultural Paisagístico e Arqueológico na região de abrangência da Rodovia BR 242 - Trecho Municípios de Peixe, Parã, Taguatinga e Arraias no Estado do Tocantins.

do processo de implantação de um Museu Histórico e Cultural de Arraias, em um edifício no centro histórico do município. Segundo dados obtidos da Agência Tocantinense de Notícias (2013), o museu foi inaugurado em agosto de 2013. Ele iria expor, inicialmente, a história da criação e da emancipação da cidade, dos quilombos da região e da Coluna Prestes - com exposição referente ao Levante dos 18 do Forte, movimento que originou a formação da própria Coluna em 1920, cinco anos antes de o movimento passar por Arraias. O espaço seria aberto, também, para futuras exposições temporárias, para a realização de mostras de artesanato e para a prática da Educação Patrimonial. Durante a realização do trabalho em 2011, havia algumas obras de arte expostas no edifício. No entanto, embora pudesse ser um importante lugar para preservação e uso do patrimônio cultural arraiano, muitos grupos não se reconhecem como parte do museu ou das ações empreendidas pela ONG.

No momento em que realizava o trabalho, havia iniciativa de grupos vinculados a Universidade Federal do Tocantins a realizar uma parceria com a comunidade Lagoa da Pedra para o estabelecimento de um museu comunitário que pudesse receber os acervos das pesquisas realizadas pelo NUTA e pela empresa Zanettini Arqueologia. Uma das possibilidades do trabalho de Educação Patrimonial para o projeto seria o de dialogar com os diferentes grupos sobre Museologia, experiências de museus comunitários, gestão participativa, tendo em vista o interesse da comunidade no tema. Por outro lado, até a finalização da dissertação, os trabalhos de Educação Patrimonial previstos na portaria, ainda não haviam sido desenvolvidos, transcorridos quatro anos do trabalho realizado na primeira fase do resgate arqueológico.

No tocante ao conflito social de cunho ambiental deflagrado com a instalação da área de extração próxima a Furna Lapa do Bom Jesus, a empresa de mineração era acusada, pela comunidade, de que havia impactos negativos (desmoronamento) na caverna de formação cárstica utilizada como local de práticas religiosas seculares da comunidade. Localizada a apenas 593 metros de uma futura área de lavra da Itafós Mineração, tem como ponto central a Coordenada UTM 23 L 309134 8573587.

Segundo dados do Cadastro Nacional de Cavernas do Brasil – CNC, a Furna Lapa do Bom Jesus, é a segunda maior caverna do estado do Tocantins, possuindo 702 metros de comprimento. A cavidade apresenta grande potencial espeleológico, pois além de possuir dimensões bastante significativas e variedade de formações, apresenta baixo nível de dificuldade de acesso e de locomoção interna, tendo apenas alguns lugares em que é necessário rastejar, como a entrada do “*quarto da barriga no chão*” (MORAIS e ROCHA, 2011). Ao longo do exame da cavidade, percebeu-se que uma parte do piso da caverna estava oco, com aproximadamente 60 cm de espessura devido às erosões. A parte da cavidade que se encontra nessas condições é onde, nos dias de romaria, se concentra o maior número de fiéis. Existe uma preocupação crescente de pessoas da comunidade com a situação da furna, uma vez que as condições da caverna estão impactando a dinâmica sacro-religiosa local, pois o risco de acidente é muito grande, tendo em vista que a visita é desordenada (MORAIS e ROCHA, 2011). A preocupação com a furna foi ponto de convergência em todas as entrevistas e reuniões realizadas.

Há muitos anos a cavidade vem sendo utilizada como um lugar sagrado, pela ocorrência na caverna de romarias imemoriais. Anualmente, nos dias 6 e 15 de agosto, são comemorados os dias de São Bom Jesus da Lapa e de Nossa Senhora D’Abadia, respectivamente. Nesses dias são realizadas missas dentro da caverna, cujas estruturas são utilizadas como altares. A Lapa do Bom Jesus é visitada por romeiros vindos de toda a região, que pagam promessas e fazem pedidos para os santos. É comum na cavidade a presença de “ex-votos”, objetos que são oferecidos aos santos como forma de agradecimento aos pedidos realizados: bonecos de cera, fotografias e velas são os mais frequentes (ROCHA e CARLOTO, 2011; TESKE, 2010). Uma das formações mais visitadas e valorizadas do ponto de vista do patrimônio e da cultura popular é a formação que se aparenta com as formas de um caixão, sobre a qual os romeiros acendem velas e fazem suas orações (MORAIS e ROCHA, 2011).

Figura 27: Ex-voto encontrado no interior da Lapa do Bom Jesus.
Fonte: Acervo Zanettini Arqueologia

Figura 28: Moeda colocada no interior da Lapa do Bom Jesus.
Fonte: Acervo Zanettini Arqueologia.

Utilizada como lugar para celebrações tradicionais há pelo menos 80 anos, constitui um espaço componente da rede de áreas associadas ao território do sagrado, juntamente com outros cemitérios identificados na região, durante as investigações.

Em 2011, teve início o procedimento preparatório para o Inquérito Civil Público a fim de apurar a veracidade de denúncias de crime ambiental feitas contra a Itafós, alegando destruição de cavernas e grutas da região. Foram constatadas inúmeras dúvidas em torno de possíveis impactos à Furna Lapa do Bom Jesus (cadastrada como sítio arqueológico, no intuito de salvaguardar o patrimônio da AID). Em 2010, a mineração proibiu a população de realizar a romaria por riscos de desabamento.

A Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra também reivindica a furna Lapa do Bom Jesus como parte do instrumental identitário simbólico e paisagístico que marca os modos de viver e a intrínseca relação destas pessoas com o ambiente. Para a comunidade Lagoa da Pedra, a caverna é considerada local especial e diferenciado dentre as demais cavernas da região, onde é possível sentir a presença de Deus e dos santos, caracterizando um lugar que, além de possuir uma beleza natural, é cercado de sacralidade e poder (TESKE, 2010).

Eles entraram nos cômodos [das cavernas] que estavam lá e perceberam a quantidade de quebra, de pedras quebradas. E nós preocupamos. Eles até achavam que eram as pessoas que estavam quebrando e na realidade não era, é o balanço das perfurações que tá destruindo um patrimônio nosso.

Maria Inácia Farias, 2011.

3.3. Relações de pertencimento com o cemitério rural

Diferentemente de práticas funerárias conhecidas e/ou apresentadas na literatura, a população da região relaciona-se com o cemitério, mais como um território sagrado (composto por diversos sepultamentos), do que como um enterramento de pessoas consangüíneas. O cemitério da Fazendinha fazia parte, assim, de uma rede de lugares sagrados envolvendo outros cemitérios e a gruta Lapa do Bom Jesus, que fazem parte da memória coletiva local que torna o lugar e o território uma categoria importante para construção da identidade e reprodução social.

Conforme as narrativas, o cemitério da Fazendinha foi utilizado pelas pessoas da região e não somente pelos moradores da propriedade rural, estando ativo por, pelo menos, 20 anos (entre 1926 a 1948). Segundo o Sr. Francisco (Chico Lenço), aproximadamente 20 pessoas estariam enterradas no local. No entanto, considerando a “exclusividade” do cemitério durante o período e os nomes de pessoas que foram enterradas na área (avó e avô de Maria Pereira Bispo e Izabel Pereira Bispo, além de José Glória, Felipe Neri, Raizada, duas crianças – filhos da Eulália, Sra. Sabina e vizinhos do pai), deveria haver, provavelmente, mais sepultamentos.

Eu não sei do lugar onde meus avôs foram enterrados, mas lá tinha os vizinhos dele da época, tinha o Zé Glória, que eu não sei quem é o parente, tinha o Felipe Nery que eu também não sei quem é o parente, tinha um senhor Maneli, chamado Raizada, não sei se é sobrenome ou apelido, é sepultado lá... tem duas criancinhas que era da Eulália que são sepultadas lá e mais pessoas que eu não conheci. Eu só conheci uma senhora que foi enterrada na Fazendinha, eu esqueci o nome... Era tia da Eulália.... a Sra. Sabina, uma velhinha baixinha, eu era pequenina eu ainda conheci, mas os outros eu não conheci ninguém, não sei a procedência nem nada, nem ninguém. E também é um cemitério muito antigo, eu acho que é do tempo da escravidão. Aquela fazenda do Tonhão, meu pai morou lá duas vezes, primeiro casamento e segundo casamento. Tinha essa casarona, cerca de pedra, tinha tudo que era coisa da escravidão, então seria deles, dessas pessoas que papai não conheceu, quando chegou já achou.

Maria Pereira Bispo, 2011.

O Sr. Pereira Bispo, pai de Maria Pereira Bispo e Izabel Pereira Bispo, instalou-se na Fazenda do Tonhão a trabalho. Ali, viviam muitas pessoas no entorno; os vizinhos e os pais dele foram todos enterrados na Fazendinha. No entanto, ele nunca levou suas filhas, Maria e Izabel ao cemitério. Por esse motivo, elas não sabiam o local exato do enterramento.

Com o intuito de encontrar informações sobre os antigos proprietários, busquei o cartório da cidade de Arraias para encontrar a documentação da propriedade. No entanto, como o processo de regularização de terras é bastante recente no local, realizada pelo Instituto de Terras do Estado do Tocantins (ITERTINS), o histórico de compra e venda da propriedade não abrange um grande escopo temporal. No entanto,

as informações orais dos colaboradores possibilitaram recuar um pouco mais neste histórico:

Figura 29: Proprietários da Fazenda Fazendinha - histórico de compra e venda.
Elaborado por Márcia Lika Hattori, 2014.

A tradição de enterrar a pessoa em local por ela escolhido em vida, ainda persiste. O Sr. Alfredo Martinelli, último proprietário da Fazendinha, contou o caso de um senhor que queria ser sepultado em determinado lugar porque a mãe havia sido enterrada naquele local. No entanto, o dono da terra não autorizou, gerando tensão entre a comunidade rural e o proprietário. João Alves, morador de fazenda próxima a Fazendinha, afirmou, inclusive, que quando morrer quer ser enterrado no mesmo local que o avô e o pai.

O Sr. Alfredo Martinelli, viveu no local durante cinco anos e não sabia que havia um cemitério na fazenda. O nome de Fazendinha foi dado pelo padre Pedrocílio e o Sr. Martinelli o manteve. Ele garante que, desde 1989, ninguém foi enterrado no local. Afirmou tratar-se de uma prática bastante comum a escolha de um local para ser enterrado.

O histórico desse cemitério aponta para uma configuração e prática específica presente na região. Ao contrário das afirmações de “vazio demográfico”, com extensas propriedades, há grande quantidade de pessoas que vivem na localidade. Segundo Costa (2008), importa lembrar que, após a diminuição da exploração do ouro cujo auge ocorreu no século XVIII, outras relações sociais surgiram em torno das atividades agropastoris entre fazendeiros, vaqueiros, agregados das lavouras, tropeiros e seus auxiliares, chamados “camaradas”. Estas populações rurais mantêm relações diversas com os proprietários das grandes fazendas nas quais estão inseridos, moram ou trabalham, e o caso do cemitério da Fazendinha é exemplar.

Muitos dos proprietários permitiam o enterramento em suas propriedades até pouco tempo, em distâncias que permitiam aos parentes dos falecidos realizarem seu culto. A partir da segunda metade do século XX, com as mudanças nas relações de poder entre comunidades rurais (quilombolas ou não) e os proprietários de terras, estes últimos começaram a proibir tal prática em certos locais. Apesar disso, pessoas continuam sendo enterradas em fazendas e em áreas públicas não controladas pelo Estado, mantendo práticas religiosas seculares.

Toda fazenda que a gente encontra, que vai desmanchar cemitério, dá problema... A melhor coisa é deixar pra lá... ó bem aqui pertinho de mim tem um pedaço de terra que tem tanta gente sepultada ali que a dona da fazenda disse que agora não vai mais sepultar ninguém mais dentro do meu sítio.
Lucrécia Bento Filho, 2011.

Até hoje, muitos moradores da área da Fazendinha são vaqueiros e vivem nas fazendas da região. Essa população construiu símbolos e significados próprios sobre si e sobre a região, manifestados em todas as esferas de sua vida, desde o trabalho, a família, o lazer e até mesmo as suas relações com o sagrado.

Há uma memória coletiva do local, pois se trata de parte da história de configuração das comunidades rurais e, embora inseridas em propriedade particular, como é o caso da gruta Furna Lapa do Bom Jesus, os cemitérios Urubu, Boa Esperança, Canabrava são territórios de uso da comunidade. Como se pode notar, o território em questão envolve apropriações dos muitos grupos que viveram e ainda vivem em tais localidades.

Durante a etapa de campo foi possível identificar e avaliar outros quatro cemitérios rurais similares, estando os mesmos localizados no entorno da área de interesse para o empreendimento de mineração.

Dentre os cemitérios documentados, dois continuam ativos: o de Boa Esperança (coordenada UTM 23L 299530 8576136) e o de Canabrava (coordenada UTM 23L 299543 8576121). Da mesma forma foi documentado o cemitério do Urubu, este

inativo (coordenada UTM 23L 303509 8573877). Um quarto, denominado Clementina, que não foi possível ser localizado.

Figuras 30 e 31: Cemitério do distrito de Cana Brava, visita com Maria Inácia Farias, liderança local e a autora
Fonte: Zanettini Arqueologia

Figuras 32 e 33: Cemitério Boa Esperança, ainda utilizado pela comunidade quilombola. Nas imagens acima, o alinhamento de rochas e as cruzes indicando os sepultamentos. Visita realizada com Luana Alberto, arqueóloga e Maria Inácia Farias, liderança local.
Fonte: Zanettini Arqueologia

Figuras 34 e 35: Cemitério do Urubu inativo. Nas imagens indicações dos sepultamentos como: partes de uma cruz e o alinhamento de rochas. Visita realizada por Uelde Ferreira, arqueólogo com base nas referências dadas pelas comunidades.
Fonte: Zanettini Arqueologia

Embora todos os cemitérios estejam a salvo de interferências em decorrência da implantação da mineração, dada à sua proximidade, foi possível gerar um mapa com os cemitérios e os locais onde serão realizadas as obras para instalação do empreendimento.

A perda do referencial exato da localização dos cemitérios mais antigos (de gerações de avós, bisavós e anteriores), como o da Fazendinha, não diminui sua importância para as comunidades do entorno, do empreendimento com o qual elas se relacionam. Pelo contrário, só confirma a importância do *lugar* enquanto categoria do sagrado e a importância do conjunto de enterramentos.

O cemitério da Fazendinha faz parte desta genealogia de cemitérios, utilizados pela população da região em áreas pré-determinadas, segundo particularidades próprias e que englobavam não apenas uma comunidade, mas toda uma região até que, por razões específicas, eram abandonados. Ocupavam, como até hoje, áreas de propriedades particulares, relativamente distantes, para que o acesso fosse acompanhado por um longo caminhar do morto e de sua mortalha e que houvesse uma procissão das pessoas com seus entes queridos, tal como no calvário de Jesus Cristo.

Essas distâncias percorridas acompanham diferentes manifestações, descritas por Teske (2010) em suas pesquisas sobre as práticas culturais da Comunidade Lagoa da Pedra. Sobre os enterramentos, o autor ressalta que neste caminhar com o morto, porteiras se abrem quando o espírito está preparado para o sepultamento ou o caixão se torna extremamente pesado quando o mesmo não está. Estas relações com os mortos, os espíritos e a área dos mortos podem ser percebidas a todo o momento na região. A Sra. Lucrécia, por exemplo, que chegou à Fazendinha em 1972, como cozinheira do padre Pedrocílio, afirma não se lembrar do Cemitério da Fazendinha, por evitar entrar em cemitérios onde, de maneira geral, “a língua adormece”.

O Cemitério da Fazendinha, em uso pelo menos até os anos 1950, foi sucedido pelo Cemitério do Urubu, segundo os relatos orais. Ambos fazem parte do passado da população da região, com destaque para sua ligação com a história e a memória das comunidades quilombolas ali localizadas, a exemplo da própria comunidade Lagoa da Pedra, uma vez que muitos foram os conhecidos e parentes de moradores atuais da comunidade ali sepultados. Após a desativação do cemitério do Urubu, passam a ser utilizados o cemitério da Boa Esperança e o cemitério de Cana Brava mantendo suas práticas seculares e resistindo ao processo que levou ao fim dos cemitérios que estavam nas mãos da igreja, para o controle do Estado.

Características comunitárias típicas das comunidades quilombolas e populações rurais, somadas às suas formas específicas de socialização, dão embasamento teórico à relação das pessoas com o cemitério antigo, enquanto local importante dentro da esfera do sagrado e não necessariamente com este ou aquele túmulo. Mesmo porque, sendo as cruzes produzidas em madeira e os enterramentos geralmente feitos em mortalhas, sem marcos visíveis, a referência espacial, mesmo na memória dos envolvidos diretamente no enterro, se reconstrói dinamicamente.

Maria Pereira Bispo e Izabel Pereira Bispo, que vivem em uma das localidades do município de Arraias, são parentes de moradores de Cana Brava e da comunidade

quilombola Lagoa da Pedra. Maria Pereira também é comadre de Lucrécia Bento Filho, que nos levou até à sua casa.

Ao identificar descendentes diretos de pessoas enterradas no cemitério da propriedade Fazendinha, optou-se por não cadastrá-lo como sítio arqueológico, considerando que não poderíamos escavar os sepultamentos e transformá-los em acervo. Foram assumidos pressupostos de que os direitos humanos básicos em relação aos mortos são mais fortes do que direitos à pesquisa científica (LIMA, 1994).

Tendo em vista a inundação do cemitério para construção da barragem de água, questionei os familiares sobre o que deveria ser feito. Dessa maneira, na primeira etapa de campo, durante a entrevista, havia a concordância de que seria interessante levar os remanescentes humanos para o cemitério municipal. Houve a preocupação dos familiares sobre a forma como seriam retirados os remanescentes, pois normalmente coveiros, técnicos da prefeitura responsáveis por essa transferência, não respeitam a individualidade de cada sepultamento colocando todos em um mesmo saco. Assim, foi proposto a eles que a Arqueologia contribuiria na identificação desses sepultamentos e acompanharia a transferência dos remanescentes humanos para o cemitério municipal.

No mês seguinte, com a equipe de prospecção, retornei para a validação das entrevistas e um dos familiares solicitou que se retirasse da transcrição, produto da entrevista, a sugestão da retirada dos sepultamentos para o cemitério municipal de Arraias. Para ela, isto implicava em assumir uma responsabilidade muito grande, por muita gente (todo o cemitério).

Manteve-se a história da família e os diversos lugares por onde passaram, mas a decisão sobre os remanescentes humanos foi retirada da entrevista. A sugestão da destinação, ficaria apenas relacionada aos seus avós inumados na Fazendinha.

3.4. Encaminhamentos para a pesquisa arqueológica – Patrimônio arqueológico ou não?

Pautados em procedimentos para mediação, a equipe de Arqueologia partiu de premissas básicas à *práxis* do processo em curso, tais como rigor, abertura, alteridade e clareza, para esclarecer de maneira objetiva – e com linguagem apropriada, as questões envolvidas nos procedimentos tomados e futuros, junto a todos os envolvidos (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2012).

Conforme a metodologia adotada, durante o andamento da etapa de prospecção no Cemitério da Fazendinha, foram desenvolvidas medidas de mediação para esclarecimentos e identificação de pontos de tensão no âmbito do processo de licenciamento arqueológico e quanto aos trabalhos no Cemitério da Fazendinha. O processo envolveu reuniões com a Prefeitura e empreendedor, no que dizia respeito aos papéis e as responsabilidades de cada um durante os procedimentos de exumação, de traslado e de reenterramento dos indivíduos identificados, do Cemitério da Fazendinha para o Cemitério Municipal de Arraias, além, é claro, dos encaminhamentos legais, sempre em interação com a Assessoria Jurídica da Prefeitura.

Foram realizadas 14 reuniões envolvendo distintas temáticas e cerca de 50 pessoas (Comunidade de Lagoa da Pedra, Itafós Mineração, Prefeitura Municipal de Arraias e suas Secretarias de Desenvolvimento Urbano, de Meio Ambiente e de Cultura). Os temas giraram em torno das tratativas para a exumação e o reenterramento, do esclarecimento da atuação da Arqueologia no processo de licenciamento ambiental e do meio socioeconômico, do papel dos diferentes órgãos federais e estaduais envolvidos, da evolução das intervenções no cemitério. Foi também esclarecido à comunidade sobre o empreendimento, pois inúmeras foram as queixas da falta de clareza na explicação do processo de licenciamento ambiental e dos possíveis impactos e as relações que poderiam ser estabelecidas, assim como sobre alguns dos direitos e deveres das partes envolvidas.

Para a prospecção, a ação emergencial conjugou abordagens oportunísticas e probabilísticas do tipo amostral (prospecções intensivas). Deste modo, além da malha regular de intervenções, foram abertas sondagens assistemáticas em locais em que se julgava provável a existência de sepultamentos. O total de intervenções realizadas na área do Cemitério da Fazendinha foram 109 sondagens e uma trincheira. Foram encontrados dois sepultamentos, sendo um indivíduo adulto, do sexo masculino e o outro, do sexo feminino (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2012).

Através de acordo estabelecido com o poder público de Arraias, ficou ajustada a exumação, o traslado e o reenterramento dos sepultamentos retirados do Cemitério da Fazendinha para o Cemitério Municipal. Os esqueletos foram colocados em invólucros individuais, com suas respectivas identificações, atendendo, assim, às demandas e inquietações da Comunidade em relação ao processo de escavação e da possível mescla dos remanescentes esqueléticos encontrados.

Buscou-se alinhar preocupações éticas, acadêmicas e políticas para o reenterramento, visto como uma das formas de exercício da ética profissional arqueológica, com consciência e dimensão antropológicas, uma vez que valoriza tanto os direitos dos sujeitos envolvidos, como os de seus herdeiros culturais (KLESER & POWELL 1993: 348).

Com os dados obtidos pelas atividades desenvolvidas durante a etapa de História Oral, em dezembro de 2011, a equipe deu andamento ao planejamento das intervenções na área cemiterial em apreço. Uma vez que todo o planejamento pautou-se na constante retroalimentação de informações, os novos dados conduziram às reorientações na própria estratégia de intervenção.

Com o auxílio do software *Google Earth* é possível verificar as grandes mudanças que já ocorreram no território em tela. As barragens de captação de água e de rejeitos certamente modificaram a paisagem e o uso desses lugares. Recentemente, o Ministério Público Federal entrou com ação contra a mineradora devido aos impactos ao Rio Bezerra diante da construção das barragens (**Pranchas 11 e 12**).

1. Imagem aérea da área com a localização da Lapa do Bom Jesus e do cemitério da Fazendinha.

Fonte: Google Earth. Data da imagem 16 de agosto de 2010.

2. Imagem aérea da área com a mineração implantada e a barragem de água no local do sítio Rio Bezerra III e do cemitério.

Fonte: Google Earth. Data da imagem 27 de julho de 2013.

PRANCHA 11: MUDANÇAS NO TERRITÓRIO, ARRAIAS - TOCANTINS

ARQUEOLOGIA EM ÁREAS DE CONFLITO: CEMITÉRIOS,
OBRAS DE DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADES

Márcia Lika Hattori

Orientador: Camilo de Mello Vasconcellos

Ano: 2015

Financiamento: CNPQ

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

1. Imagem aérea da área com a localização cemitério da Fazendinha. Fonte: Google Earth. Data da imagem 17 de janeiro de 2006
2. Imagem aérea da área com a localização cemitério da Fazendinha. Fonte: Google Earth. Data da imagem 27 de julho de 2013

PRANCHA 12: MUDANÇAS NO TERRITÓRIO, ARRAIAS - TOCANTINS

*ARQUEOLOGIA EM ÁREAS DE CONFLITO: CEMITÉRIOS,
OBRAS DE DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADES*

Márcia Lika Hattori

Orientador: Camilo de Mello Vasconcellos

Ano: 2015

Financiamento: CNPQ

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Durante este período, julgou-se pertinente debruçar sobre reflexões que levassem ao equacionamento da questão e ao aprofundamento do conhecimento a respeito do local, a fim de se definir as medidas compatíveis de salvaguarda.

Questões em torno da ética do trabalho foram amplamente discutidas, pois se considerou que qualquer tipo de intervenção em lugar sagrado, sobretudo no caso de cemitérios que guardam vínculos com membros de uma determinada comunidade, pode ganhar caráter de “profanação” e, só poderia se dar com a plena anuência dos envolvidos (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2012).

Dessa forma, após consultas à comunidade durante a etapa de identificação dos conflitos, reuniões entre a equipe de arqueólogos, consultas a especialistas na temática e empreendedor optou-se que a área cemiterial não seria cadastrada enquanto “sítio arqueológico”, e portanto os remanescentes esqueléticos não se tornariam acervo. A equipe de Arqueologia, após a identificação e documentação *in loco* de possíveis sepultamentos, acompanhou os funcionários da Prefeitura de Arraias nos trabalhos de exumação, traslado e reenterramento no cemitério municipal localizado na área urbana.

A metodologia aplicada foi interessante com o intuito de compreender as relações de pertencimento. Se por um lado, contribuiu para que fosse respeitado um lugar sagrado dialogando sobre os encaminhamentos com os atores envolvidos, por outro o procedimento realizado no final do licenciamento ambiental, gerou uma necessária tomada de ação emergencial da equipe de arqueólogos.

Surgir em uma casa completamente afastada da zona urbana e iniciar o diálogo de última hora, solicitando que a moradora decidisse o que fazer com um cemitério no qual ela tinha parentes enterrados e que ela sequer sabia a sua localização, foi uma responsabilidade que, possivelmente, tocou em aspectos religiosos e afetivos. Passado um mês da primeira entrevista quando retornei a casa de Maria Pereira Bispo, ficou evidente que ao longo do mês essas demandas e questões colocadas fizeram-na refletir sobre suas crenças. Embora ela acreditasse ser melhor o

deslocamento dos remanescentes esqueléticos para o cemitério municipal, ela optou por não deixar sua opinião registrada, pois entendia que a decisão sobre a mudança do local inicial do sepultamento estava intrinsecamente ligada a questões religiosas de cada indivíduo enterrado. Além disso, ela não poderia se responsabilizar por todo o cemitério, mas apenas pelos seus parentes. A decisão pautou-se em conversas com lideranças locais e reuniões realizadas ao longo dos trabalhos com a comunidade quilombola Lagoa da Pedra e lideranças do distrito de Cana Brava. Respeitou-se por parte da comunidade quilombola, o posicionamento de Maria Pereira de reenumeração no cemitério municipal.

A possibilidade de instrumentalizá-los com os mapas dos cemitérios da zona rural de Arraias, sobreposto com a área do empreendimento, era fundamental, bem como uma necessidade que apontada pelas pessoas. No entanto, transcorrido um ano da entrega do relatório, a comunidade ainda não o tinha em mãos e dele necessitava como um dos documentos para a ação no Ministério Público que estava sendo movida contra o empreendimento nas questões em torno da Lapa.

Os apontamentos colocados no relatório de resgate quase nunca chegam às comunidades, a forma como é estruturado o texto é muitas vezes indireta ou diluída, o que exige uma série de conjunturas para que o documento, que pontua questões sobre o conflito, seja lido nos referidos órgãos de preservação e que sejam tomadas as devidas providências. O acesso público aos resultados da pesquisa arqueológica mantém-se limitado e na maioria dos contextos, mantidos sob a tutela de órgãos públicos, ou seja, pertencentes e administrados pelo Estado, para interesses e propósitos específicos (NICHOLAS e HOLLOWELL, 2009).

Inevitavelmente, uma Arqueologia pós-colonial está inserida em uma matriz desigual de relações de poder global, nacional e comunitário nas quais indivíduos têm pouco controle. As desigualdades estruturais que permeiam a maior parte das relações sociais, quase sempre minam as tentativas de facilitar a participação efetiva e diálogos mais simétricos. Para enfrentar este desafio, a Arqueologia não só deve transformar seus paradigmas de investigação próprios, mas enfrentar o seu papel na construção

de conceitos sociais mais amplos como identidade e cultura e atuar nas mudanças das desigualdades de distribuição do capital cultural, político e social. Linda T. Smith (1999) aponta uma série de possibilidades para descolonizar metodologias de pesquisa. Seu foco são os grupos indígenas, mas muitas de suas abordagens são interessantes para a descolonização da Arqueologia, tais como o compartilhamento da produção do conhecimento arqueológico, a utilização das evidências para a construção de narrativas e histórias alternativas e, por fim, a de que as comunidades se beneficiem do conhecimento oriundos das pesquisas em várias formas de capital. Salienta que as narrativas alternativas sobre a pesquisa e a produção de conhecimento precisam não só ser reconhecidas, mas o seu contexto e significado compreendido. A descolonização deve oferecer formas de fazer pesquisas que contribuam para as necessidades de comunidades e indivíduos.

Nesse sentido, busquei na História Oral, uma perspectiva descolonizante a partir da metodologia que envolve a transcrição e a validação das entrevistas junto com cada colaborador, ocasião em que negociam (pesquisador e colaborador) a elaboração das narrativas alternativas. Essa abordagem me parece fundamental no sentido de não negar o nosso papel enquanto cientistas.

Pyburn (2005) traz um exemplo interessante de Hodder que foi chamado por um grupo de pessoas de um vilarejo que queriam que o registro arqueológico comprovasse e os protegesse no o pedido do direito à terra contra o governo britânico. Em um artigo em 1991, Hodder, um dos precursores do pós-processualismo, disse que ao trabalhar com pessoas e o registro arqueológico o fez identificar que negar a existência de interpretações verificáveis do passado (alguma coisa relacionada à aproximação da verdade), estava desempoderando as pessoas com um interesse genuíno no registro arqueológico de sua história. A resposta de Hodder foi decisiva. Ele deixou claro o motivo de a Arqueologia precisar buscar certa objetividade. Para ser responsavelmente ético, Hodder propôs que a disciplina da Arqueologia deveria ter uma metodologia padronizada, o que ele descreve de maneira bastante acurada como um conjunto de práticas.

Gonzalez-Ruibal (2010) aborda a crítica à figura do arqueólogo como mediador que navega em um mar de interpretações conflitivas, tratando de não contrariar nenhum dos atores envolvidos e satisfazer, na medida do possível a todos. Vê isso como um sintoma da pós-política predominante em que se busca, de diferentes maneiras, neutralizar o acontecimento político. A pós-política afirma o arqueólogo, acolhe o modelo de negociação empresarial e de compromisso estratégico.

Optou-se, para o presente trabalho e utilizando do título de um trabalho de Lynn Meskell, por uma Arqueologia ativista, cujo foco do trabalho foi o de navegar as responsabilidades da Arqueologia em amplos contextos políticos e econômicos e o nosso papel, em especial os voltados aos licenciamentos ambientais, cuja política desenvolvimentista governamental que se optou nos últimos anos, utiliza do nosso capital simbólico para preservação e luta pelo patrimônio cultural local.

A pesquisa realizada buscou formas de participação da comunidade que enfocassem uma participação na tomada de decisão e nos encaminhamentos do trabalho. Participar⁴⁷ aqui foi entendido enquanto tomada de decisões conjuntas seja no texto produzido, seja para os encaminhamentos da pesquisa arqueológica. A continuidade do trabalho arqueológico e os rumos da pesquisa foram pautados pela comunidade e pelos familiares envolvidos.

No entanto, a discussão dos cemitérios rurais de contextos históricos é tema em aberto e não claro na legislação brasileira. Algumas perguntas sempre surgem: Quando ele é patrimônio arqueológico ou não? Deve-se pautar pela existência de descendentes? Ou pela cronologia?

A pesquisa desenvolvida com o cemitério Fazendinha mostra que esses critérios estão longe de serem simples, uma vez que pode existir a relação de descendência direta, mas também de apropriação e significado como lugar sagrado por diferentes grupos tomando pra si essa ancestralidade com os remanescentes humanos. A

⁴⁷ Sobre diferentes níveis de participação ver Miguel Espósito Verdejo (2007)

cronologia tão pouco é simples, considerando que a história desses lugares é pautada fundamentalmente pela memória coletiva e individual e pela tradição oral. Os vestígios materiais não possibilitam identificar o período dos primeiros sepultamentos.

Duas Fazendinhas e o mesmo problema?

Considerações Finais

“A cruz na beira da estrada,

No Nordeste é tradição

Tanto se vê no asfalto

Como na estrada de chão

Ela marca o desatino

Marca o trágico destino

Vira lenda no sertão”.

Dalinha Catunda

Cruz na beira da estrada

DUAS FAZENDINHAS E O MESMO PROBLEMA?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em áreas de conflitos, é possível realizar pesquisas arqueológicas responsáveis e em diálogo com comunidades locais?

Esta questão me surgiu ao acompanhar os debates e discussões sobre o licenciamento ambiental da controversa obra da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no estado do Pará. Qual o papel da Arqueologia nestes contextos? É possível atuar?

Ao longo da pesquisa, fui identificando, a partir do levantamento bibliográfico, que os conflitos sempre estiveram ali e os impactos da pesquisa arqueológica também. Desde a segunda metade do século XX, estudos foram desenvolvidos na Usina Hidrelétrica de Itaipu, na controversa obra de Sobradinho, na Usina Hidrelétrica de Santa Isabel, local de conflito armado onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia. No entanto, apenas nos últimos anos, a Arqueologia tem olhado para a questão, seja pelas perspectivas teóricas mais recentes, seja pela legislação, que com a criação da Portaria 230/2002 parece ter selado essa natureza mandatória/ moral do nosso “compromisso social” (BEZERRA, 2009).

A articulação de diferentes movimentos sociais e a possibilidade de divulgação e mobilização por meio da *internet* tem contribuído, nos últimos anos, para um diálogo mais próximo entre arqueólogos e os diferentes coletivos em suas lutas e bandeiras. Além disso, com o aumento dos trabalhos de Educação Patrimonial, nós arqueólogos passamos a olhar, mesmo que pela obrigatoriedade da legislação, para quem sempre esteve aí: “os outros”, as comunidades que se relacionam com o patrimônio arqueológico que tanto debatemos.

A relação de forças no licenciamento ambiental é desigual. O poder do capital econômico por parte do empreendedor, a burocracia, os diversos agentes envolvidos no processo, o despreparo de muitos profissionais e muitas vezes a não articulação

dos grupos em movimentos, associações que possam exigir modificações no projeto ou condicionantes no licenciamento, cria entraves e dificuldades no processo de diálogo com as comunidades que, embora se proponha participativo, não tem se mostrado dessa maneira.⁴⁸

Apesar das prerrogativas teóricas sobre as quais se embasa o licenciamento ambiental, a prática das avaliações tem resultado em produtos com padrões de qualidade duvidosos e situações, de cunho eminentemente político, que inserem a Arqueologia no fulcro dos debates mais atuais sobre os impactos (negativos ou positivos) das obras de infraestruturas. O licenciamento, de um modo ou de outro, tem posto em cheque nosso papel e exigido posicionamentos claros dos pesquisadores em torno das questões éticas que emergem.

A qualidade de muitos dos estudos do meio socioeconômico, no âmbito legal da produção dos EIA/RIMA tem sido questionada, em especial quanto a posturas coloniais e às legislações que atuam como pano de fundo. Ao despreparo e não engajamento de profissionais pouco qualificados, soma-se o pouco conhecimento e falta de clareza das leis em torno das áreas cemiteriais e remanescentes humanos afetados por obras. Se, por um lado, antropólogos, geógrafos e historiadores responsáveis pelos levantamentos não dispõem de técnicas de campo próprias para a localização e visualização de cemitérios cujos vestígios materiais são fugazes, arqueólogos os encontram a partir das prospecções, mas não têm claro se cemitérios “recentes” competem à sua alçada. Essa falta de clareza no âmbito do licenciamento vem acarretando impactos diversos sobre áreas cemiteriais, fazendo com que inúmeras comunidades fiquem completamente desprotegidas em relação a seus lugares sagrados frente ao avanço das grandes obras sobre seus territórios.

Com o aquecimento da economia no momento atual, empreendimentos têm gerado zonas de conflito ou se tornado pivôs de conflitos sociais de cunho ambiental. Sabe-

⁴⁸ Ver Marcos Cristiano Zucarelli (2006) sobre *mecanismos flexibilizantes* no licenciamento ambiental. Segundo o autor “(...) em conjunto com as audiências públicas, os estudos de impacto ambiental e os relatórios de impacto ambiental representam instrumentos formais que na prática não garantem a democratização do uso do meio ambiente”.

se, em teoria, que é este um dos “poucos processos em que a participação popular se encontra formalizada, com a institucionalização da consulta pública aos estudos e relatórios ambientais” (LASCHEFSKI, 2007: 40). Segundo Alier (2007) conforme a Carta Magna e disposições surgidas, o licenciamento pode ser utilizado para prever, mitigar, resolver e mesmo evitar conflitos, atuando como mediador entre os atores envolvidos e suas diferentes linguagens, socialmente válidas, e discursos de valoração. Apesar disso, sabe-se que os diagnósticos realizados para o licenciamento de obras, na prática, estão aquém disso, e continuam reiteradamente a reforçar posturas coloniais de não envolvimento com as comunidades locais nas tomadas de decisão que afetarão a elas próprias. Relacionado ao contexto capitalista-mercadológico que envolve o menor preço e, muitas vezes, um menor investimento na pesquisa, além, claro, da própria formação dos pesquisadores e do olhar direcionado para determinadas questões, o licenciamento ambiental tem se tornado um dos grandes palcos de conflitos no país (SOUZA et al, 2012).

No entanto, realizar uma real valoração dos impactos não depende só de uma Arqueologia responsável e de qualidade. Envolve a articulação com os órgãos de preservação, com instituições federais e, em alguma medida, uma abertura dos empreendedores para que lugares considerados sagrados para a comunidade, mas que não estão tombados em nenhuma esfera pública (federal, estadual e municipal), sejam respeitados e preservados. Por outro lado, conforme aponta Penin (2010), o arqueólogo:

“(...) tem de compreender que, embora não seja ele quem, em última análise, toma a decisão quanto à preservação de determinado sítio, é sua recomendação que determinará a postura do técnico do IPHAN. Portanto é fundamental ser claro e explícito nas recomendações”.

Os objetivos dessa pesquisa buscaram tomar os estudos de caso como pontos de reflexão para contribuir com formas de atuação na prática arqueológica. Nesse sentido, o conhecimento técnico deve ser utilizado, pois se trata do nosso capital simbólico no processo, e isso possibilita que possamos falar a partir da Arqueologia,

o por quê deve-se fazer o desvio de um empreendimento, justificar a não possibilidade de atuar em determinados licenciamentos ambientais, cujas perdas territoriais são irreversíveis para as comunidades locais.

A Arqueologia, a partir da materialidade, possui um enorme potencial para construção de narrativas alternativas, fazer leituras do uso do território, das territorialidades e das relações das pessoas com as “coisas”⁴⁹. A Arqueologia pode contribuir nas leituras sobre as mudanças que a chegada de um empreendimento pode causar, frente ao patrimônio arqueológico e trazer diretrizes para os outros patrimônios (que embora classifiquemos em subcategorias, são fluidos, se sobrepõem e fazem parte da vida) que podem estar sob ameaça de deixar de existir.

Ao eliminar os preconceitos frente aos contextos contemporâneos, construir histórias de longa duração daquele território, articular políticas de salvaguarda e comunicação e compreender que as comunidades fazem parte do trabalho arqueológico, nós arqueólogos conseguiremos dar melhores respostas aos patrimônios e suas ressonâncias, não desrespeitando lugares sagrados e sabendo valorar efetivamente àqueles que são de fato significativos para as comunidades. Assim é possível realizar uma Arqueologia comprometida com os grupos sociais desfavorecidos historicamente e descolonizante.

A metodologia da História Oral foi importante na construção dessas narrativas em conjunto com as reuniões, as conversas informais e o caminhar pela área junto com moradores. Essa articulação de métodos possibilitou que as dissonâncias aparecessem de maneira mais clara, estabelecendo uma relação mais próxima e possibilitando compreender relações de pertencimento, o que era patrimônio para eles, entre outros.

Articular as tradições orais, a memória individual e coletiva, a paisagem e como ela é significada por diferentes grupos, compreender os conflitos existentes, é um potencial

⁴⁹ Conforme utilizado por Ingold (2012), citado no capítulo 2.

enorme que a Arqueologia tem e com o qual pode contribuir. No entanto, tal potencial é pouco explorado. Para além dos nossos discursos políticos, engajados com as diferentes causas sociais, é na prática e no olhar para o território em questão que devemos atuar.

Isso nos levou ao entendimento de outro objetivo apontado no início do trabalho: A compreensão das mudanças ocasionadas pelas grandes obras no uso do espaço, nos padrões de ocupação e nas relações sociais. A chegada do empreendimento no contexto pernambucano criou tensões entre os moradores das comunidades colocando uns contra outros, fazendo surgir uma polarização entre aqueles que optaram pela nova capela e outros que, mesmo com a oposição da Igreja católica na figura do padre, mantém as celebrações na antiga capela de São Luiz Gonzaga. No caso do Tocantins, com a construção da barragem de água, novas lógicas se formaram, assim como a territorialidade utilizada por eles para as peregrinações a Furna Lapa do Bom Jesus e aos outros cemitérios. O rio Bezerra, que formava uma corredeira e queda d'água de frente para o Fazendinha, desapareceu com a formação da barragem.

Ao não dimensionar o impacto do seu trabalho sobre as diferentes comunidades que possuem relação com aquele território, a violência do trabalho arqueológico pode “resgatar” e “preservar” parte do patrimônio cultural que pouco tem relação com essas comunidades e deixar “destruir” seus mais importantes patrimônios.

Nesse sentido entendo que a noção de patrimônio é uma construção humana, invenção e, por isso, possui sua historicidade, mas de maneira geral é associada a práticas voltadas para o fortalecimento dos laços de identidade de determinados grupos e de sua afirmação enquanto tais (GONÇALVES, 2005; CHUVA, 2009). Relaciona-se ao processo de transmissão, seja da materialidade dos objetos, seja da subjetividade das representações, portanto constituído a partir de inúmeras tensões que impõe o enfrentamento do dilema lembrança e esquecimento. O campo do patrimônio cultural não pode ser tratado como um mapa com fronteiras demarcadas, rotas seguras e pontos de chegada precisos. Estamos perante uma arena de

confronto, um campo eminentemente político, no sentido da gestão compartilhada, onde há o debate, o consenso, o dissenso e o conflito (MENESES, 1998).

É pois justamente nos significados atribuídos, nas representações culturais que todo patrimônio é antes de tudo imaterial (CHUVA, 2005) e, enquanto arqueólogos devemos estar atentos ao invisível quando tiramos “a coisa” do seu fluxo de vida e a transformamos em objeto (INGOLD, 2012; MENSCH, 1994; POMIAN, 1985). Por isso, a responsabilidade e o entendimento sobre a materialidade, ressonância e subjetividades (GONÇALVES, 2005) articulada ao entendimento da territorialidade é fundamental, uma vez que temos um papel ativo como produtores de conhecimento, na construção de discursos e na construção do patrimônio cultural local, regional ou nacional.

Por sua vez, a relação entre patrimônio e remanescentes humanos no Brasil é bastante complicada e a atual legislação não dá conta. Mas os cemitérios históricos são da alçada da Arqueologia? Existe um limite temporal para alçá-lo a sítio arqueológico?

Busquei uma reflexão sobre as congruências e diferenças entre os estudos de caso apresentados: o cemitério da Fazendinha (no Tocantins) e o sítio arqueológico Fazendinha (em Pernambuco) e, como eles contribuem para a discussão sobre patrimônio cultural, especificamente o arqueológico. A análise dos contextos permitiu ponderações e norteamientos sobre o desafio de se trabalhar com cemitérios rurais e seu tombamento ou não enquanto sítio arqueológico.

O cemitério da Fazendinha no Tocantins não foi cadastrado como sítio arqueológico embora incidisse sobre o sítio arqueológico Rio Bezerra III. A escolha ética considerou a relação de parentesco direta com os remanescentes humanos ali inumados. Por outro lado, enquanto lugar sagrado e parte da territorialidade quilombola cuja área é muito maior do que a delimitada pelo Instituto de Terras do Tocantins, ao não se tornar da alçada da Arqueologia, a barragem foi ali construída, a partir do momento em que

o sítio arqueológico e os remanescentes humanos do cemitério haviam sido retirados do lugar.

Por outro lado, o sítio arqueológico Fazendinha, localizado no estado de Pernambuco foi em parte preservado (área cemiterial, capela e cruzeiro) por ter sido incluído na categoria de patrimônio arqueológico. Ao desvelar os sepultamentos e realizar as exumações, mesmo com as relações de pertencimento e de parentesco bastante evidentes entre as comunidades rurais e os remanescentes humanos, comprovou-se para o poder público local e para os órgãos de preservação que de fato havia um cemitério no local e isso fortaleceu a luta das comunidades. Por outro lado, o bisavô e outros ascendentes da comunidade do Carvalho e do sítio Fazendinha se encontram até hoje no laboratório da empresa em São Paulo e, conforme a religiosidade colocada por um dos familiares – eles queriam ser enterrados ali e assim ficar ali para sempre. Atualmente aguardam os encaminhamentos da ação civil pública para que possam ser reenterrados novamente.

Embora no Brasil essa temática ainda não tenha ainda sido devidamente aprofundada, tem-se em outros países políticas e práticas consolidadas a respeito, notadamente na América do Norte e Austrália, em especial no campo da Arqueologia forense e de pesquisas bioarqueológicas, sobretudo, quando existem vínculos entre as populações e remanescentes esqueléticos. Lima (1994) lembra que o antigo SPHAN instruíu aos arqueólogos a reenumeração de remanescentes encontrados durante os trabalhos de restauração empreendidos em Igrejas, mas que com a descentralização do órgão (com o IBPC, o IPHAN e as regionais), os procedimentos ficaram obscuros.

Os cemitérios constam como sítios arqueológicos a serem protegidos pela lei nº 3924 de 26 de julho de 1961. Conforme o Artigo 2º, consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

c) os sítios identificados como **cemitérios**, **sepulturas** ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmios", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;

Lei nº 3924 de 1961 (grifo nosso)

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-969/L3924.htm

A lei pautada em especial pelos contextos pré-coloniais, certamente não considerou os contextos históricos. No licenciamento ambiental, a quem cabe a identificação de áreas cemiteriais e sepulturas tampouco é clara.

O código de ética da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB "reconhece como legítimos os direitos dos grupos étnicos investigados à herança cultural de seus antepassados, bem como aos seus restos funerários" e é dever do arqueólogo atendê-los em suas reivindicações, uma vez comprovada sua ancestralidade.

Por outro lado, outros códigos tem apontado para importância da consulta. O código de ética do ICOM⁵⁰ por exemplo, defende a necessidade de que as pesquisas com remanescentes humanos e objetos considerados sagrados devam ser realizadas levando em consideração os interesses e as crenças da comunidade e dos grupos étnicos ou religiosos dos quais os bens se originaram (item 3.7). Reforça a importância do cuidado, respeito e sensibilidade ao expor tais itens, da mesma forma quanto aos pedidos de devolução deste tipo de material.

Em congresso realizado em 1989 pela WAC (*World Archaeological Congress*) no Estado de Dakota do Sul nos Estados Unidos, um documento foi produzido referente aos remanescentes humanos que reforça a ideia em relação ao respeito aos remanescentes humanos, aos desejos das comunidades locais e familiares e a importância da pesquisa científica baseada no respeito mútuo e na legitimidade das comunidades em propor a destinação de seus ancestrais. Mais recentemente, outro intercongresso organizado pela *World Archaeological Congress* em Auckland, Nova

⁵⁰ Tradução para o português realizado por Maria Cristina Oliveira Bruno

Zelândia (2005), propôs um acordo denominado *Tamaki Makau-rau* referente aos remanescentes humanos e objetos sagrados. Importante destacar a proposição de que o trabalho do arqueólogo deva envolver consulta e colaboração com comunidades tendo portanto como princípios de que a permissão para pesquisa deve ser obtida pelas comunidades e pessoas impactadas (WAC, 2005).

A questão da consulta é fundamental e parece o melhor caminho a seguir, por outro lado, é importante retomar o conceito de comunidade e os diferentes sujeitos que se relacionam com os remanescentes humanos. A consulta também demanda a compreensão dos contextos que estamos trabalhando, assim como os diferentes grupos existentes, suas dissonâncias e tensões que podem ser geradas pela própria ideia de tomada de decisão sobre destinação dos remanescentes humanos, podendo polarizar opiniões e criar tensões dentro do grupo.

Em alguns estados norte-americanos há diferenças entre os remanescentes humanos relacionados a grupos indígenas aonde aplica-se a lei federal de 1990 – NAGPRA e locais com remanescentes humanos de *unmarked human remains*. No Estado da Florida⁵¹ por exemplo, caso se encontre um enterramento que não está relacionado a uma investigação criminal e, representa um indivíduo que foi morto há mais de 75 anos, deve-se notificar o arqueólogo. Nos casos dos cemitérios das Fazendinhas, estamos lidando com contextos cuja cronologia é difícil de se estabelecer com precisão.

No Brasil, referente aos contextos dos sítios arqueológicos históricos, muitas foram as tentativas de delimitar seu conceito tendo em vista as lacunas na legislação arqueológica nacional que sempre pautou-se nos sítios arqueológicos pré-coloniais (Lei 9140, 1961; Constituição de 1988)⁵². Mais recentemente em 2010, um Grupo de

⁵¹ Florida Division of Historic Resources. Disponível em <http://www.leg.state.fl.us>. Acessado em 18 de setembro de 2014.

⁵² Para uma revisão sobre o tema ver Soares et al 2011. A Arqueologia histórica em Florianópolis e a preservação patrimonial: Legislação, conceitos e sítios arqueológicos. Anais do IV SIMP: Memória, patrimônio e tradição

Estudos de Arqueologia Histórica debateu junto com o Centro Nacional de Arqueologia buscando delinear a questão jurídica e de gestão desses sítios. Os sítios arqueológicos históricos, contribuem, sobremaneira, para a dilatação do conhecimento em torno dos patrimônios culturais de comunidades. Por outro lado, o termo debatido pelo grupo como sítio histórico de interesse arqueológico do ponto de vista jurídico e de preservação ainda não possui clareza.

Outros sítios arqueológicos relacionados a contextos do século XX com remanescentes humanos no Brasil foram cadastrados, tendo como referência seu significado, como é o caso do contexto de Canudos no sertão da Bahia e também da Vala Clandestina de Perus com vistas a preservação da memória social e política. No caso de Perus, há familiares que buscam até hoje os “restos mortais”⁵³ de seus entes queridos, desaparecidos pelo regime militar. Como atuar fora da categoria de sítio arqueológico?

Os cemitérios rurais que normalmente sequer são visualizados por evidências materiais em superfície, embora possam ser alçados a referência cultural, são acessados pelos arqueólogos cujos trabalhos de campo no licenciamento possibilitam a identificação desses lugares significados pelas comunidades. O exemplo das Fazendinhas tendem a se repetir cada vez mais, considerando a política desenvolvimentista que tem sido adotada pelo governo federal. Ele põe em cheque questões como a da qualidade dos produtos do licenciamento arqueológico e a legislação que envolve nossa atividade, o resultado dos olhares diferenciados implicados pelas diversas formações dos profissionais envolvidos e a questão da ética associada à práxis da profissão junto a comunidades. Reside o desafio de como lidar com estes contextos, valendo-se também de outras estratégias para além da categoria sítio arqueológico

⁵³ Utilizo aqui restos mortais, pois trata-se do termo como todos os familiares se referenciam a busca pelos remanescentes humanos.

Em ambos os casos, os cemitérios estão relacionados a um território sagrado composto por caminhos, locais de peregrinação religiosa e outros elementos, partes integrantes dos lugares sagrados e do território vivido. Assim, cercar o lugar como ocorreu com a capela São Luiz Gonzaga, só pode fazer sentido ao se refletir sobre as formas para que a capela, como lugar de encontro, onde as crianças brincam, as pessoas vão buscar água, representação da história das comunidades locais, ainda possa ter essa adjetivação. Dessa maneira, a manutenção de um lugar sagrado deve contemplar as formas para o acesso e o uso do mesmo.

Os estudos de caso mostram uma gama de aspectos das memórias coletivas locais que torna o território, uma categoria importante para construção da identidade e reprodução social. Em relação aos cemitérios há uma memória coletiva do lugar, pois se trata de parte da história de configuração das comunidades rurais e, embora inseridas em propriedades particulares, são territórios de uso das comunidades. Como se pode notar, o território em questão envolve apropriações dos muitos grupos que viveram e ainda vivem nestes locais.

Recentemente tem sido discutida para implementação a Instrução Normativa 1/2014 do IPHAN. Uma das temáticas levantadas e debatidas refere-se a preservação do patrimônio in situ. Os Fazendinhas apontam uma complexidade que vai muito além da preservação do patrimônio in situ. O uso do território, a articulação de outros elementos – estes invisíveis, que vão muito além do preservar no local. A discussão parte de uma compreensão maior dos emaranhados que tornam vivas essas “coisas” definidas por nós como patrimônio.

A normativa também tem pautado que os trabalhos de Educação Patrimonial devem estar relacionados ao impacto então relacionados a aquilo que convencionou-se denominar de ADA, AID e AII. Ambos casos do Fazendinha possibilitam uma reflexão sobre o tema já que a territorialidade de diferentes grupos e pessoas perpassa e não tem sido dado o tempo na Arqueologia para a compreensão do mesmo. Se um trabalho de Educação Patrimonial fosse realizado strictu sensu na ADA e AID da mineração em Arraias - TO, a comunidade quilombola Lagoa da Pedra e a Canabrava

talvez estivessem fora. As pessoas que se relacionam com a Lapa do Bom Jesus da área urbana de Arraías também estariam fora.

O posicionamento de arqueólogos em prol dos diferentes grupos que têm sido impactados pelas grandes obras está engatinhando. Debates frente a grandes obras, em especial vistas recentemente com a possível implantação da Usina Hidrelétrica do Tapajós e os diferentes apoios aos grupos indígenas que tem resistido aos estudos do licenciamento ambiental, assim como os movimentos no intuito de chamar lideranças indígenas para o congresso da sociedade de Arqueologia brasileira são passos importantes, mas longe do potencial debate que podemos promover. Esse diálogo deve se estabelecer na prática entre pesquisadores e comunidades sejam elas indígenas, quilombolas, de pescadores, ciganos, assentados, sertanejos, moradores de ruas, entre tantos outros. Segundo dados do Movimento dos Atingidos por Barragens⁵⁴ (MAB), três em cada dez atingidos pelos impactos sociais e econômicos, não conseguem acessar seus direitos. É na luta pelos direitos dessas populações que a Arqueologia, seja no contexto do licenciamento, seja na academia, deve fazer parte, reforçando o caráter de sua atuação na prática social comprometida com a vida dos diferentes sujeitos.

As crenças em relação à morte são muito variadas, assim como os tratamentos dispensados aos mortos, no entanto o respeito aos remanescentes humanos é praticamente universal. Os cemitérios históricos foram vistos nesta dissertação como lugares sagrados, como patrimônio cultural (não necessariamente como patrimônio arqueológico), mas fundamentalmente como vetores de diversos sujeitos cujos direitos humanos, acima de tudo, devem ser respeitados.

⁵⁴BRASIL DE FATO, 2014. Fonte: <http://www.brasildefato.com.br/node/30883>, acessado no dia 24 de dezembro de 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: Conflitos Ambientais no Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALBARELLA, Umberto. Archaeologists in conflict: Empathising with which victims? + A response to Malin-Boyce and Trimble. *Heritage Management* 2(1):105-114 + 117-118, 2009.

ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro, Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALCANTARA, Aurélia de. Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama - a Pré-história. Dissertação de mestrado. MAE, USP, São Paulo, 2008.

ALFONSO, Louise Prado. Arqueologia e turismo: sustentabilidade e inclusão social. Tese de doutoramento. MAE, USP, São Paulo, 2012.

ALIER, Juan Martínez. O ecologismo dos pobres. *Raega-O Espaço Geográfico em Análise*, v. 1, 2007.

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Ribeira de; HOFFEL, João Luiz de Moraes; QUEDA, Oriowaldo. A propriedade rural como símbolo. São Paulo: Huicitec, 2008.

AMARAL, Daniela Magri. Loça de barro do Agreste: um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana. Dissertação de Mestrado. MAE, USP, São Paulo, 2012.

AMARAL, Ieda Ramona; FARIA, Luciane Miranda. Resenha sobre o livro de Roger Chartier: a história cultural entre práticas e representações. *Revista de Educação Pública*. V. 16, n 30, UFMT, 2007.

APOLINÁRIO, J. R. Escravidão Negra no Tocantins Colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800). Goiânia: Kelps, 2000.

ARIÈS, Phillippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF Jacques (Org.). A história nova. São Paulo: M. Fontes, p. 154-176, 1990.

ARIÈS, Phillippe. História social criança e da família. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981

AUGÈ, Marc; COLLEYN, Jean-Paul. A Antropologia. Edições 70. Portugal, 2008.

BALÉE William. The research program of historical ecology. Annual Review of Anthropology. Vol. 35: 75-98, 2006.

BALÉE, William. The research program of historical ecology. Annu. Rev. Anthropol., v. 35, p. 75-98, 2006.

BENJAMIN, 1993. Benjamin, W. Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. Volume I. 5. Ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense. 1993

BARBANTI JR, Olympio. Conflitos Socioambientais: Teorias e Prática, 2001.

BARTHES, ROLAND. Elements of Semiology. Farrar, Straus and Giroux, 1 de abr de 1977 - 120 páginas, 1977

BASTOS, Rossano Lopes. Uma Arqueologia dos Desaparecidos: Identidades Vulneráveis e Memórias Partidas. IPHAN, São Paulo, 2010.

BECK, Wendy; SOMMERVILLE, Margaret. Conversations between disciplines: historical archaeology and oral history at Yarrowarra. World Archaeology. Vol 37, I 3, 2005.

BEZERRA, Márcia. O australopiteco corcunda: As crianças e a Arqueologia em um projeto de Arqueologia Pública na escola. Tese de Doutorado. FFLCH, USP, São Paulo, 2003.

BEZERRA, Márcia (Orgs.). Os Caminhos do Patrimônio no Brasil. Goiânia: Editora Alternativa, p.183-190, 2006.

BEZERRA, Márcia. Da Arqueologia circular e dos arqueólogos sem artefatos. In: Desafios da Arqueologia: Depoimentos. DOMINGUÉZ, Lourdes,;FUNARI, Pedro P; CARVALHO, Aline V; RODRIGUES, Gabriella B. (Orgs). Editora Habilis. Erechim – RS.2009.

BEZERRA, Márcia. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 57-70, 2011.

BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte/São Paulo: Humanitas/UFMG, 2003.

BHABHA, Homi. The Location of Culture. New York: Routledge, 1994.

BLACKWOOD, Caroline. On the perimeter. London. Flamingo,1984.

BLAKEY, Michael. The New York African Burial Ground Project: An Examination of Enslaved Lives, A Construction of Ancestral Ties. Transforming Anthropology, 7: 53–58. doi: 10.1525/tran.1998.7.1.53, 1998.

BONI, Marcela. Entre-vistas: diálogos possíveis entre história oral e jornalismo. NEHO, USP, 2013. Disponível em: <<http://nehousp.wordpress.com>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: _____. Coisas ditas. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 149-168.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. Relatório Figueiredo, 1968

BRASIL. IPHAN, Portaria 230 de 17 de dezembro de 2002.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1), 2014

BRASIL DE FATO. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/>. Acessado em 27 de dezembro de 2014.

BREDARIOL, Celso Simões. Conflito Ambiental e Negociação. Para uma Política Local de Meio Ambiente. Tese de doutoramento. UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Arqueologia e Antropofagia: A musealização de sítios arqueológicos. In: Revista do Patrimônio, nº 31. IPHAN. Brasília, 2005, p.235-247.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; ZANETTINI, Paulo Eduardo. O futuro dos acervos. Anais do I Congresso Internacional de Arqueologia da SAB e XIV Congresso Nacional da SAB. Habilis. Florianópolis. 2007.

BRYANT, J. Analysing Collaboration as a Drama”. Systemic Practice and Action Research.v 11, nº 4. London: Plenum Press. 1998.

BURKE, Peter. A Escrita da História. São Paulo: Editora UNESP, 1992, 360pp.

CALDARELLI, Solange Bezerra. Pesquisa arqueológica em projetos de infraestrutura. In: LIMA, Tânia Andrade (org), Revista do Patrimônio - Patrimônio Arqueológico: O desafio da Preservação. IPHAN. Brasília. 2007.

CAMARGO, Paula. A Nova Transnordestina e os conflitos socioterritoriais no campo do sertão pernambucano.

CAMPOS, Haroldo; CAMPOS, A. A Operação do texto. São Paulo, SP. Editora Perspectiva, 1976.

CARNEIRO, Carla Gilbertoni. Ações educacionais no contexto da Arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia. Tese de doutorado. MAE, USP. São Paulo. 2009.

ARQUEOLOGIA PELAS GENTES: UM MANIFESTO. CONSTATAÇÕES E POSICIONAMENTOS CRÍTICOS SOBRE A ARQUEOLOGIA BRASILEIRA EM TEMPOS DE PAC. Autores: Bruna Cigaran da Rocha, Camila Jácome, Francisco Forte Stuchi, Guilherme Z. Mongeló e Raoni Valle. Revista de Arqueologia, n26, n1, julho de 2013

Discentes do PPGArq MAE-USP. Nota de posicionamento. Data de publicação agosto de 2013 .Disponível em http://www.sabnet.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=688

CASSAB, Latif A., História Oral: miúdas considerações para a pesquisa em serviço social. Serviço Social em Revista. Londrina, 2003. Disponível em: < http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n2_latif.htm>. Acesso em 20 jan 2013.

CENTRO CULTURAL LUÍS FREIRE, 2008. Sertão Quilombola - a formação dos quilombos no Sertão de Pernambuco.

CHAGAS, Mario. Diabruras do Saci: Museu, memória, educação e patrimônio. Revista MUSAS. Rio de Janeiro, 2004.

CHAMPION, Timothy C. Theoretical archaeology in Britain. In: Hodder, Ian. (ed.), Archaeological Theory in Europe. Routledge. London, 1991, p.129-160.

CHAPMAN, J. In: Antiquity, Vol 68: 258 1994, pp 120-126 Destruction of a common heritage: the archaeology of war in Croatia, Bosnia and Hercegovina. Antiquity, v. 68, n. 258, p. 120-126, 1994.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. 245p.

CHUVA, Marcia Regina R.. Patrimônio material e memória da nação. JORNAL UNESP. Setembro/2005 – Ano XIX – nº 204. 2005.

CHUVA, Marcia Regina R. Os arquitetos da memória: sociogenese das praticas de preservação do patrimonio cultural no brasil. Editora UFRJ. 2009.

COSTA, Magda S. P. Poder local em Tocantins: domínio e legitimidade em Arraias. Tese de doutorado. UnB, 2008.

COSTA, Otávio José Lemos. Hierópolis: o significado dos lugares sagrados no sertão cearense. In: Zeny Rosendahl. (Org.). TRILHAS DO SAGRADO. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, v. 18, p. 35-60.

CRUMLEY, Carole L. Historical Ecology. EDT School of American Research Press, Santa Fe, 1994.

DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes. 3ª edição. 1998.

DE CERTEAU, Michel. "Making do": uses and tactics. *Practicing History: New Directions in Historical Writing After the Linguistic Turn*, p. 217, 2004.

DE'CARLI, Caetano. A família escrava no sertão pernambucano (1850-1888). 2007. 127 f. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História)—Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

DEFREESE, Michelle. Kosovo: cultural heritage in conflict. *Journal of Conflict Archaeology*, v. 5, nº 1, pp. 257-269, 2009.

DEWILDE, M. et al. Belgium's new department of First World War Archaeology. *Antiquity*, v. 78, nº 301. 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos S (org). Povos e águas. Inventário de áreas úmidas brasileiras. 2ª edição. NUPAUB. São Paulo, 2002.

DIMITRIADIS, Georgios. Archeologia dei Conflitti: um approccio sistemico. In: SOUZA, Marise Campos de. (org.) *Arqueologia Preventiva: Gestão e mediação de conflitos. Estudos comparativos*. IPHAN. São Paulo, 2011.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Revista Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

ECHKO-HAWK, Roger C. Ancient History in the New World: Integrating Oral Traditions and the Archaeological Record in Deep Time. *American Antiquity* 65, 2000.

ELIAS, Norbert. A solidão dos moribundos. Seguido de "Envelhecer e morrer". Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001

ESCOBAR, Arturo. After Nature: Steps to an Antiessentialist Political Ecology. *Current Anthropology*, 40(1) 1-30, 2005.

FAUSTO, Carlos. A ciência do contrato e o contrato com a ciência. *Notícias Socioambientais*, São Paulo, 2006.

FAUSTO, Carlos. Ciência de Contrato e o Contrato da Ciência: Observações sobre o laudo da empresa Documento sobre a PCH Paranatinga II (rio Culuene, MT). *Notícias socioambientais*. Disponível em <<http://www.socioambiental.org>>, Acesso em: 04 jun 2011.

FERNANDES, Tatiana C. Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil. Dissertação de Mestrado. MAE, USP. São Paulo, 2007.

FERREIRA, Lucia Costa. Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: Moradores, instituições e ONGs no vale do Ribeira e litoral sul. *Revista Idéias*. São Paulo, 2001, p.115-150.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Patrimônio, Pós-Colonialismo e Repatriação Arqueológica. *Ponta de Lança: História, Memória e Cultura*, n°1, 2008, p.37-62.

FERREIRA, Lucio Menezes. Sob fogo cruzado: Arqueologia comunitária e patrimônio cultural. *Revista de Arqueologia publica*, 2008, n° 3. p. 81-92

FERREIRA, Lucio Menezes.; FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. Arqueologia como prática política. *Boletim do museu paraense Emilio Goeldi*, v.4. p.1-4. 2009

FERREIRA, Lucio Menezes; FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. Arqueologia como prática política. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências humanas*, vol.4 no.1 Belém Jan./Abril, 2009.

FRANCIONI, Francesco; LENZERINI, Federico. The destruction of the Buddhas of Bamiyan and international law. *European Journal of International Law*, v. 14, n. 4, p. 619-651, 2003.

FREIRE, José R. Bessa. A descoberta do museu pelos índios. *Terra das Águas - Revista semestral do Núcleo de Estudos Amazônicos da Universidade de Brasília*, ano 1. Brasília.1999

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Edições Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1970

FUNARI, Pedro Paulo A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. *Trabalhos de antropologia e etnologia*, v. 41, n. 1/2, p. 23-32, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo A.; DE CARVALHO, Aline Vieira. *Palmares, ontem e hoje*. Zahar, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. & ROBRAHN-GONZALEZ, Erika. M. Ética, capitalismo e Arqueologia pública no Brasil. *História (São Paulo)*, v. 27, nº 2, Franca, pp. 13-30, 2008.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. G. *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. Tradução Sergio Molina. Iluminuras. São Paulo, 2008.

GILCHRIST, R. TOWARDS A SOCIAL ARCHAEOLOGY OF WARFARE. *WORLD ARCHAEOLOGY* 35 (1): 1-6. 2003.

GLASL, Friedrich. *Konfliktmanagement. Ein handbunch für Führungskräfte, Beraterinnen und Berater*. Paul Haupt-Freies Geistesleben. Bern, Stuttgart, 1997.

GNECCO, Cristóbal. Manifiesto moralista por uma arqueología reaccionaria. In: ACUTO, Félix A.; ZARANKIN, Andrés (eds). *Sed non satiata II: acercamientos*

sociales en la arqueología latinoamericana. 1ª ed. Encuentro Grupo Editor. Córdoba, 2008, p.93-102.

GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Horiz. antropol. vol.11 no.23 Porto Alegre Jan./June 2005.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo (Ed). Arqueología Simétrica: Un giro teórico sin revolución paradigmática. Complutum, v.18. Universidad Complutense de Madrid. Madrid. p.283-319. 2007

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo – Arqueologia contemporaneo

GREEN Lesley Fordred,; GREEN David.; NEVES Eduardo Góes. Indigenous knowledge and archaeological science. Journal of social archaeology, 2003, p.365-397. 2009

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; HERNANDO, Almudena. Genealogies of destruction: an archaeology of the contemporary past in the Amazon forest. Archaeologies, v. 6, n. 1, p. 5-28, 2010.

GOSDEN, Chris. Making sense: archaeology and aesthetics. World Archaeology, v. 33, n. 2, p. 163-167, 2001.

GUIMARÃES, Roberto; BEZERRA, Joana; SIMÕES, Janaina. Agenda internacional de meio ambiente: Continuidade e mudança da posição do Brasil nas negociações internacionais entre 1972 e os dias de hoje. IV Encontro Nacional da Anppas; 4,5 e 6 de junho de 2008. Brasília - DF – Brasil.2008

HABU, Junko et al. Evaluating Multiple Narratives: Beyond Nationalist, Colonialist, Imperialist Archaeologies. Springer. Nova York. 2008

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, p. 11-44, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 9, 2013.

HALL, Stuart. Cultural studies and its theoretical legacies. In: MORLEY, D e CHEN K H. HALL Stuart. Critical dialogues in Cultural Studies. London & New York, Routledge, 1996.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. TupyKurumin, 2006.

HARDY, S. Interrogating archaeological ethics in Conflict Zones: cultural heritage work in Cyprus. Tese (doutorado), Universidade de Sussex, Brighton, 2010.

HATTORI, Márcia Lika; SOUZA, Rafael Abreu; ANTONETO, Luane Alberto; FISCHER, Patrícia. Duas Fazendinhas e o mesmo problema? VI TAAS. UCG. Goiânia, Goiás. 2012.

HECKENBERGER, Michael. Estrutura, história e transformação. A cultura xinguana na longue durrée, 1000-2000 d.C. In: FRANCHETTO Bruna.; HECKENBERGER, Michael (org). Os povos do alto Xingu: Historia e Cultura. Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 2001, p.21-62.

HILL, C.M. Farmers' perspectives of conflict at the wildlife-agriculture boundary: Some lessons learned from African subsistence farmers. Human Dimensions of Wildlife, 9(4). 2004. p.279-286

HODDER, Ian. Interpretive archaeology and its role. American Antiquity, p. 7-18, 1991.

HODDER, Ian. Archaeological Theory Today. Cambridge: Polity Press, 2001.

HODDER, Ian. The past as passion and play. *Archaeology under Fire: Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*, p. 124, 2002.

HODDER, Ian; HUTSON, Scott. *Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge University Press, 2003.

HODDER, Ian. Archaeological reflexivity and the "local" voice. *Anthropological quarterly*, v. 76, n. 1, p. 55-69, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes.; GRUNBERG, Eveline.; MONTEIRO Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Museu Imperial. IPHAN. Brasil, 1999.

HOWARD N., BENNETT P., Bryant J. and BRADLEY M. Manifesto for a Theory of Drama and Irrational Choice. *Journal of the Operational Research Society* n.44; ORS; Birmingham U.K, 1992.

HUNTINGTON, Richard; METCALF, Peter. *Celebrations of Death - The Anthropology of Mortuary Ritual*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

IBGE Censo Populacional. Arraias: IBGE, 2010. 2012.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horiz. antropol.* vol.18 no.37 Porto Alegre Jan./June 2012

JESUS, Valdirene G S e NASCIMENTO, Solange A.. do . Identidade e processo de escolarização em uma comunidade quilombola. In: *Congresso de Leitura do Brasil, Campinas. Anais- 17º COLE*, 2009.

JUSTIÇA AMBIENTAL. Disponível em <http://www.justicaambiental.org.br/>. Acessado em 15 de fevereiro de 2012.

KLESER, A. L. & POWELL, S. A perspective on the reburial controversy. *American Antiquity*, 58 (2), pp. 348-354, 1993.

KOHL, Philip L.; FAWCETT, Clare (Ed.). *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge University Press, 1995.

KOTTAK, Conrad Phillip. *The Exploration of Human Diversity*. New York: McGraw-Hill, Inc, 1997.

KOTTAK, Conrad Phillip. The new ecological anthropology. *American Anthropologist*, v. 101, n. 1, p. 23-35, 1999.

LASCHEFSKI, Klemens. A luta sobre o significado do espaço: o campesinato e o licenciamento ambiental. *Geografias*, Belo Horizonte, 3 (2), 2007. pp. 18-53.

LAYTON, R & THOMAS, J. Introduction: the destruction and conservation of cultural property, in R Leyton, P G Stone & J Thomas (eds) *Destruction and conservation of cultural property*. London & New York: Routledge, 1–21. 2005

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

LIMA, Tânia Andrade. Restos humanos & Arqueologia Histórica: uma questão de ética. *Historical Archaeology in Latin America*, vol. 5: 1-24. 1994.

LIMA, Tânia Andrade. Apresentação. In: LIMA, Tânia Andrade (org). *Revista do Patrimônio - Patrimônio Arqueológico: O desafio da preservação*. IPHAN. Brasília, 2007.

LIRA, Lupia Carla Rodrigues . História do Carvalho. Blog Custódia Terra Querida. Custódia. Data de publicação do blog - Acesso em 15/10/2014. Disponível em: <http://custodia-pe.blogspot.com.br/2011/12/historia-do-carvalho.html>

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. Horizontes Antropológicos, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: Um guia teórico e metodológico. Horizontes antropológicos, 2007, v. 3, pp. 2007.

LUCAS, G. Critical Approaches to Fieldwork: Contemporary and Historical Archaeological Practice. Routledge: London, 2001.

MARTINEZ-ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres. São Paulo: Contexto, 2007.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do 'eu'. Sociologia e antropologia, v. 1, p. 207-241, 1974.

MAZZUCHELLI, Nereida; DERIVI, C. Entre dois mundos. Página 22, nº 38. 2010.

MCCABE, J. Terrence et al. Cattle bring us to our enemies: Turkana ecology, politics, and raiding in a disequilibrium system. University of Michigan Press, 2004.

McGUIRE, R. Do the right thing. In: BRAY, T M; KILLION, T W. Reckoning with the dead: The Larsen Bay Repatriation and the Smithsonian Institution. Smithsonian Institution Press: Washigton and London, 1994.

MEIGHAN, C. W. Some scholars' view on reburial. American Antiquity, 57 (4), pp. 704-710. 1992.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). (Re)introduzindo a historia oral no brasil :1. encontro regional de historia oral . São Paulo, FFLCH/Xamã, 1996

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral . 5ª ed., São Paulo, Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Guia prático de história oral. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. 2ª ed. Editora Contexto, 2011.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Identidade Cultural e Arqueologia In: Cultura Brasileira, Temas e Situações, Série Fundamentos. Ática. São Paulo. 1987

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). Anais do Museu Paulista. Nova Série. Número 1. 1993

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Premissas para a formulação de políticas públicas em Arqueologia. In LIMA, Tânia Andrade. Revista do Patrimônio – Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. IPHAN. Brasília. 2007.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Revista Estudos Históricos, Vol. 11, No 21. 1998. pp.89-103.

MENSCH, Peter van. O objeto de estudo da museologia. Rio de Janeiro: Uni-Rio/UGF, 22p.1994.

MERRIMAN, Nick. Public Archaeology. Routledge. Londres, 2004.

MESKELL, Lynn. Archaeology under fire: nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East. Routledge, 251p, 1998.

MESKELL, Lynn. The intersections of identity and politics in archaeology. Annual review of anthropology, p. 279-301, 2002.

MORAES WICHES, Camila A. . Simpósio O futuro dos acervos. In: XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2009. Anais do XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2009.

MORAES WICHES, Camila A. Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (Des) caminhos da prática brasileira. Tese de doutorado. Departamento de Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. ULHT. Lisboa, 2011.

MORAES WICHES, Camila A. . Patrimônio Arqueológico Paulista: propostas museológicas para sua preservação. Doutorado em Arqueologia. Museu de Arqueologia e etnologia da USP. 2012

MORAIS, Fernando; DA ROCHA, Saulo. ASPECTOS FÍSICOS DA LAPA DO BOM JESUS, MUNICÍPIO DE ARRAIAS-TO.2011

MORAN, Emilio. Environmental social science: human-environment interactions and sustainability. John Wiley & Sons, 2010.

MOSER, Stephanie. Transforming Archaeology Through Practice: Strategies for Collaborative Archaeology and the Community Archaeology Project at Quseir, Egypt. In: BROWN, Alison K. & PEERS, Laura (eds.) Museums and Source Communities. Routledge London, UK; New York, US, 2003, p.208-226

MUNANGA, Kabengele. Algumas reflexões críticas sobre o conceito de negritude no contexto afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, n. 8-9, 1983.

MUNANGA, Kabengele. Antropologia africana: mito ou realidade?. Revista de antropologia, p. 151-160, 1983.

MUSKAT, M. E. Guia prático de mediação de conflitos em famílias e organizações. São Paulo: Summus, 2008.

NASCIMENTO; S. A.; JESUS, V. G. S. Lagoa da Pedra: Identidade e processo de escolarização em uma Comunidade Quilombola. In: IV Colóquio de pesquisa sobre instituições escolares - As instituições escolares da Metrópole. São Paulo: UNINOVE, 2008.

NUCLEO DE HISTÓRIA ORAL DA USP (NEHO USP). Disponível em <http://nehousp.wordpress.com/>. Acessado em 27 de Agosto de 2012.

NICHOLAS, George; HOLLOWELL, Julie. Using Ethnographic Methods to Articulate Community-Based Conceptions of Cultural Heritage Management. Public archaeology: archaeological ethnographies, Vol. 8 No. 2–3, 2009, 141–160

OSMAN, Samira Adel. Entre o Líbano e o Brasil: dinâmica migratória e história oral de vida. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. Estudos avançados, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PAES, M.T.D. Patrimônio, Turismo e Identidades territoriais. UNICAMP. S/D.

PENIN, André. Tese de doutorado. MAE –USP, São Paulo, 2010.

PERRING, Dominic; VAN DER LINDE, Sjoerd. The politics and practice of archaeology in conflict. Conservation and Management of Archaeological Sites, v. 11, n. 3-4, p. 197-213, 2009.

PESSÔA, V. L. S. Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba - MG. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1988. 239p. (Tese, Doutorado em Organização do Espaço). 1988.

PIETRAFESA DE GODOI, Emilia. O Trabalho da Memória. Campinas: Editora da Unicamp. Campinas – SP. 1999.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n 10. 1992.

POLLARD, Tony; BANKS, Iain. Why a Journal of Conflict Archaeology and Why Now?. Journal of Conflict Archaeology, v. 1, n. 1, p. iii-vii, 2005.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi: memória - história. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985. v.1; p. 51-86, 1985.

PRYSTHON, A. Interseções da Teoria Crítica Contemporânea: Estudos Culturais, Pós-Colonialismo e Comunicação. Revista Eletrônica e-compos, 2004.

PYBURN, K A. Why Archaeology Must Be a Science. Revista Habitus. Vol. 3, No. 2. UCG. 2005

PYBURN, K. A.; BEZERRA, M. Arqueologia Pública em 5 tempi: reflexões sobre o workshop Gerenciamento do patrimônio cultural – Arqueologia, Goiânia. In LIMA FILHO, M. F.; BEZERRA, M., 306 Goiânia, v. 7, n.1/2, p. , 289-307, jan./dez. 2009. (Orgs.). Os caminhos do patrimônio no Brasil. Goiânia: Alternativa, 2006, p. 183-190

PYBURN, K. A. “Engaged Archaeology: Whose community? Which Public?”. In New Perspectives in Global Public Archaeology, edited by A. Matsuda and K. Okamura. Springer. New York. 2011

REIS, João José. A morte é uma festa. The University of North Carolina Press, 2003.

ROCHA, Saulo da; CARLOTO, Denis Ricardo. A CAVERNA LAPA DO BOM JESUS EM ARRAIAS–TOCANTINS E AS REPRESENTAÇÕES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DA PEDRA.

RODRIGUES, Rui Martinho. A propósito da historia oral. In: Vasconcelos, José Gerado; Antonio Germano Junior (Orgs.). Linguagens da historia. Fortaleza: Impreco, 2003.

RJOOB, Ahmed A. The Impact of Israeli Occupation on the Conservation of Cultural Heritage Sites in the Occupied Palestinian Territories: The Case of 'Salvage Excavations'. Conservation and Management of Archaeological Sites, v. 11, n. 3-4, p. 214-235, 2009.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, política e religião. Religião, identidade e território. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 9-38, 2001.

ROSENDAHL, Zeny. (Org.) ; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) . Introdução à Geografia Cultural. . 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. v. 1. 234p .

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. Geografia: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 191-226, 2005.

ROSENDAHL, Z. . Trilhas do Sagrado. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. v. 1. 192p .

ROWLANDS, Michael. The politics of identity in archaeology. Social construction of the past. Londres, Inglaterra: Routledge, p. 129-143, 1994.

ROWLANDS, Michael. Objectivity and subjectivity in archaeology. Social Transformations in Archaeology: Global and Local Perspectives, p. 26, 1998.

SAID, Edward W . Orientalism. New York, 1978.

SAID, Edward W. Culture and Imperialism. 1993

SARLO, B. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward. W. Orientalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo: EdUSP, 2004

SANTOS, Maria Célia. Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008.

SCHAAN, Denise P. Múltiplas vozes, memórias e histórias. In: LIMA, Tânia Andrade (org). Revista do Patrimônio - Patrimônio Arqueológico: O desafio da preservação. IPHAN. Brasília 2007.

SCHELLING, Thomas C. The Strategy of Conflict. Harvard University Press, 1960.

SCHOEFILED, John. Aftermath: readings in the Archaeology of Recent Conflict. UK: Springer, 2009.

SCHOFIELD, John e ANDERTON, Mike. The Queer Archaeology of Green Gate: Interpreting Contested Space at Greenham Common Airbase. 2000.

SCHOFIELD, John, DRONLINGER, H. & BECK, C. M. Archaeology of Anti-nuclear protests. Paper presented at the Society for Applied Anthropology Meeting, Santa Fe, New Mexico, 2004.

SHANKS, Michael. Archaeology and politics. In: BLINTIFF, John L. (ed) The Blackwell companion to archaeology. London, UK & New York, US. Blackwell, 2003, p.465-491.

SHEPHERD, Nick. Archaeology dreaming: post-apartheid urban imaginaries and the bones of the Prestwich Street dead. Journal of Social Archaeology, 2007.

SILVA, F. A. ; BESPALÉZ, Eduardo ; STUCHI, F. F. . Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terre Indígena Koatinemu, Rio Xingu, Pará. Amazônica. Revista de Antropologia, v. 3, p. 32-59, 2011.

SILVA, Fabíola A. O repatriamento de bens arqueológicos as sociedades indígenas. Comentários e considerações sobre descolonização e indigenização da Arqueologia. Jornal Arqueologia em Debate. Sociedade de Arqueologia Brasileira. 2010. p. 6-7

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Márcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. FILHO, Manuel Ferreira Lima; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia (Organizadores). Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

SMITH, Linda T. Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples. Ed. Zed. 1999.

SMITH, S. D. & MCKEE, L. R. Recovery and reburial of the remains of an unknown civil war soldier, Franklin, Tennessee. Tennessee Archaeology, 5 (2). 2011.

SOUZA, Rafael Abreu; HATTORI, Márcia Lika; FISCHER, Patrícia. Ossos do ofício: cemitérios, licenciamento ambiental e prática arqueológica em Arraias, Tocantins. Revista Habitus. Goiânia. 2012.

SOUZA, Marise Campos (org). Arqueologia Preventiva. Gestão e mediação de conflitos. Estudos comparativos. IPHAN. São Paulo. 2010

SPIVAK, Gayatri C. Pode o subalterno falar?. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2010.

STONE, P. Protecting cultural heritage on times of conflict: lessons from Iraq. Archaeologies, v. 5, nº 1, 2009. pp. 32-38.

STONICH, S. C., and B. R. DeWALT. "The Political Ecology of Deforestation in Honduras," in *The Environment in anthropology : a reader in ecology, culture, and sustainable living* Edited by N. Haenn and R. R. Wilk, pp. 284-302. New York: New York University Press. 18 pages. 2006.

ŠULC, B. The protection of Croatia's cultural heritage during war 1991–95, in R Leyton, P G Stone & J Thomas (eds) *Destruction and conservation of cultural property*. London & New York: Routledge, 157–67. 2005

TERRA DE DIREITOS, 2012. Etnocídio e ecocídio tem preço de mercado? Carta manifesto. Kimmiye Tommasino, Francisco Noelli e Lucio Tadeu Mota. Disponível em <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2012/05/carta-manifesto-kimiye.pdf> . Acessado dia 12 de janeiro de 2012.

TESKE, Wolfgang. *Cultura Quilombola na Lagoa da Pedra Arraias – TO*. 1. ed. Brasília, DF: Editora do Senado Federal, 2010. v. 1. 358 p.

THEODORO, S. H. *Mediação de conflitos socioambientais*. Garamond: Rio de Janeiro, 2005.

THOMPSON, P.. *A voz do passado* . 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1992

TOMMASINO, K.; NOELLI, F. & MOTA, L. T. Etnocídio e ecocídio têm preço de mercado?, 1998, Disponível em <<http://www.agbcuritiba.hpg.ig.com.br/Textos/rimas.htm>>. Acesso em: 8 Jun 2012.

TUAN, Yi Fu. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, S. OLSSON, G. (orgs.). *Philosophy in Geography*. Dordrecht: Reidel, 1979, pp. 387-427. (Publicado originalmente em: *Progress in Geography*, (6), pp. 211-252.1979.

TULLY, Gemma. *Community Archaeology: General Methods and Standards of Practice*. *Public Archaeology*, 2007, v. 6, p. 155-187.

UZZELL, D; BALLANTYNE R. (eds). Contemporary Issues in Heritage and Environmental Management. London: The Stationary Office. 1998.

VAN MANEN, M. The phenomenology of the novel, or how do novels teach? Phenomenology and Pedagogy, v. 3, n. 3, 1985.

VENCOVSKY, Vitor Pires. Ferrovia e logística do agronegócio globalizado: avaliação das políticas públicas e privadas do sistema ferroviário brasileiro. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Geociências.

VERDEJO, Miguel Expósito. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, 2007.

VIDAL, Lux. A morte entre os índios Kayapó. A morte e os mortos na sociedade brasileira. São Paulo: Hucitec, 1983.

WORLD ARCHAEOLOGICAL CONGRESS (WAC). Disponível em <http://www.worldarchaeologicalcongress.org/>. Acessado em XX de XX de XXXX. 2005

WALLIS, R. J. & BLAIN, J. A. British reburial Issue? Project research of Centre for Research on Human Rights, Sheffield Hallam University. 2001

WATKINS, Joe E. Indigenous archaeology: American Indian values and scientific practice. Walnut Creek: AltaMira Press. 2000.

WHITELEY, P. Archaeology and oral tradition: The scientific importance of Dialogue. American Antiquity. Vol. 67, nº 3. 2002.
World Archaeology, Vol. 32, No. 2, Queer Archaeologies (Oct., 2000), pp. 236-251

WORSTER, Donald (ed). The Ends of the Earth: Perspectives on Modern Environmental History. Cambridge: Cambridge University Press. 1988.

XINGU VIVO. Disponível em <http://www.xinguvivo.org.br/>. Acessado em 14 de Setembro de 2012. 2012.

YENTSCH, Anne; BEAUDRY, Mary C. American Material Culture in Mind, Thought, and Deed. In: HODDER, I. (Ed.). Archaeological theory today. Cambridge: Polity Press. 2001. p. 214-240.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. Programa de Diagnóstico, Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico da Ferrovia Transnordestina, Trecho Salgueiro – Porto de Suape, Estado do Pernambuco. Relatório Final da Etapa de Prospecções Extensivas e Interventivas, 2008b.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. Programa de Diagnóstico, Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico. Ferrovia Transnordestina. Trecho Trindade – Eliseu Martins, Trecho Salgueiro – Porto de Suape, Trecho Missão Velha – Porto Pecém. Relatório Final Consolidado das Prospecções Extensivas e Interventivas, 2009a.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. Programa De Resgate Arqueológico. Extração, Infraestrutura Associada e Fabricação de Superfosfato Simples. Itafós Mineração Ltda. Município de Arraias, Estado do Tocantins. Termo de Conclusão de Campo – Etapa 1. São Paulo, 2011

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. Relatório do sítio arqueológico Fazendinha, 2010.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2012. PPROGRAMA DE RESGATE ARQUEOLÓGICO de Extração, Infraestrutura Associada para Fabricação de Superfosfato Simples Itafós Mineração Ltda. Município de Arraias, Estado do Tocantins. Relatório Final – Etapa 1 de Resgate Arqueológico. 2012

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Canudos: memórias do fim do mundo. Horizonte Geográfico, ano I, n.3., p. 28-38, 1988

ZARANKIN, Andrés. Paredes que domesticam: Arqueologia da arquitetura escolar capitalista. FAPESP, IFCH, Centro de Historia da Arte e Arqueologia. Campinas, 2002.

ZHOURI, Andréa. Ambientalismo e Antropologia. Descentrando a categoria de Movimentos Sociais. Teoria & Sociedade, No. 8, 2001.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais. In: Desenvolvimento e conflitos ambientais. Editora UFMG, 2010.

ZUCARELLI, Marcos. Estratégias de Viabilização Política da Usina de Irapé: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas. Dissertação de Mestrado. UFMG. Belo Horizonte, 2006.

ANEXO 1 – TRANSCRIÇÕES DE ARRAIAS, TOCANTINS

Edson da Costa Santos

Nasci na região mesmo. De quando eu conheço o lugar é a famosa Fazendinha... Fazenda Fazendinha. Nasci acima dali, mas meus pais, avós é tudo daquela região mesmo. Nasci lá e logo depois nós mudamos, fomos para o Novo Alegre, perto do Combinado... já fomos pra fazenda, meu pai sempre foi de fazenda, aí já mudou.

Quando era pequeno, brincava de trem de madeira mesmo, montava em carro de pau, tinha aquela jangada lá que a gente fazia as rodelinha assim ó, e ia brincando, fazia carro... não tinha antigamente, não tinha carrinho pra comprar, ou poderia ter e a gente não tinha o alcance de comprar. Eram essas brincadeira.

Meu pai sempre trabalhou como vaqueirista, mexendo no gado dos outros. Nós somos seis irmãos, cinco homens e uma mulher. Todos moram na região. Na fazenda é sempre difícil o acesso ao estudo. Aí eu pelo menos saí, tinha um tio que hoje é padrinho meu e vim aqui pra Canabrava e por isso que estamos na região agora. Hoje eu trabalho na Fazendinha como vaqueiro para Alfredo e Wendel. Minha esposa trabalha no colégio aqui e eu também a noite como vigilante.

Olha, na verdade eu não conheci o cemitério. Meu pai que diz que tem umas vinte pessoas ou mais enterradas. Só que da vez que vocês vieram ele falou que não sabia nome de pessoa que tinha lá. Hoje, eles foram atrás, depois que vocês saíram, e descobriu. Inclusive lá pertinho de onde vocês estavam. Da vez que vocês foram não tinha como ele vir porque ele estava falando a casinha lá na terra dele. A vizinha dele, que até é meia parente minha, parente do povo da Lagoa da Pedra tem o avô e avó enterrados lá. O nome dela é Maria Pereira.

Lucrecia Bento Filho⁵⁵

Eu trabalhei muito tempo com o padre Pedrocílio, ele era baixo, forte, branco, meio careca... Ele queria casar comigo, ele gostava demais de mim... naquele tempo eu prestava né... eu fiquei com medo porque falavam assim, que quem casava com padre virava mula sem cabeça...aí ele disse: *não minha filha, é só quem a gente quer excomungar.* (risadas)... daí ele comprou uma outra fazenda na subida de Arraias, a última casa que tem lá, chama JK, meu sobrinho seguiu sendo vaqueiro dele e a gente só comunicando uns com os outros, aí eu fui pra essa outra fazenda dele. Tinha uma mulher, que é de um pessoal de Arraias, que brincava direto com o padre, aí um dia por causa de tanta brincadeira deles, não sei por quê, uma calcinha dela foi parar dentro da bolsa de documento do padre (risadas)... mas que eu conheci tudo, eu conheci, sou nascida e criada ali, lá na Santa Inês, meu endereço é da Fazenda Beleza, do Solano.

Fui trabalhar na Fazendinha para o padre em 1972, eu tenho um filho nascido dessa quadra...A vida lá era boa demais, casa boa, sossegada pra morar, quem queria trabalhar de lavoura tinha... depende da chuva, se a chuva desse, mas pelo menos local pra morar era bom, fazia futuro, plantava de tudo que a gente precisava... Meu pai tinha engenho, a gente fazia açúcar, o mel, fazia a rapadura...fazia cachaça. Meu pai tocava as coisas... meu pai tocava fogo lá... De vez em quando tinha festa... naquele tempo ninguém brigava não...

Eu não lembro do cemitério não... eu não me dou bem não... uma vez quase veio uma aparência pra mim em cemitério e desse dia pra cá eu fiquei nervosa e se eu atentar a passar onde tem cemitério, minha língua adormece... eu fico sem fala e fico com medo de morrer... Mesmo no cemitério que é sepultado meus filhos eu não vou... nem pra por uma vela...

⁵⁵ A entrevista foi realizada no dia 06 de dezembro de 2011 e retornamos no dia 06 de janeiro de 2012

Toda fazenda que a gente encontra, que vai desmanchar cemitério, dá problema... A melhor coisa é deixar pra lá... ó bem aqui pertinho de mim tem um pedaço de terra que tem tanta gente sepultada ali que a dona da fazenda disse que agora não vai mais sepultar ninguém mais dentro do meu sítio.

Eu não me lembro quando eu saí de lá não da Fazendinha, mas fazia tempo. Mas o padre Pedrocílio já não morava mais lá, já tinha comprado outra fazenda, a JK. Aquele negócio ali ficou pra santa, Nossa Senhora dos Remédios né... e o povo foi invadindo, invadindo, mas aquilo ali é terreno da senhora dos remédios, a fazenda JK. Eu conheço a Marta, irmã dele, que mora em Taguatinga, onde inclusive tinha uma sobrinha do marido meu, do meu ex marido, que morava com ela que foi quem criou a menina. Chama Roxa a menina...

Maria Pereira Bispo⁵⁶

Maria Pereira Bispo e sua irmã, Izabel Pereira Bispo possuem seus avós por parte de pai, enterrados no cemitério da Fazendinha. Maria nasceu em 1949 e sua irmã em 1936 e hoje, cada uma tem 7 filhos e vivem próximas uma da outra.

A história ali é a seguinte. O papai era de Dianópolis, da família dele lá. Quando eles mudaram de lá ele era muito novo, sua família veio do sertão de Conceição, Almas e retornaram para Arraias. Certamente eles chegaram pra cá em 1922, mas não foi direto para a fazenda. Ele morava no pé da serra, ali na beira daquela serrona, lá com os Batistas, que eu não conheci. Só ele mesmo, da antiguidade. Quando foi em 1926 ele mudou pra essa fazenda, Capim Puba, a fazenda do Tonhão. Aí quando ele chegou, já tinha esse cemitério, ele nem sabe quem era que estava enterrado lá, nem conheceu.

Aqueles moradores que foram convivendo com ele, quando morria, era sepultado lá. Só eu que nem conheci nem meus avôs. E eles não tinham documento. Foram sepultados lá minha avó e meu avô. Minha avó faleceu em 1938, meu avô faleceu em 1948 e eu sou de 1949. Papai casou duas vezes, casou em 1935, em 1936 minha irmã nasceu, somos só duas e papai também só tinha um irmão. Passou 1937, 1938 e a mulher dele teve um aborto e ela morreu. Foi na época que a minha avó morreu, ela é sepultada aí nesse cemitério. Já papai é naquele cemitério de lá da ponte. Como é que chama aquele cemitério ali? É Urubu? Eu não sei do nome.

Eu só não sei do lugar porque papai não me levou. Teve tempo dele me levar, mas papai não me levou. Pra você ver como é, mamãe morreu em 1974 e ela é sepultada lá no cemitério Boa Esperança. Papai faleceu em 1980 e ele não foi lá nenhuma vez, ele não gostava de cemitério e nem de levar o povo dele. Ele dizia: *não, já morreu acabou!*, Era o costume dele...

⁵⁶ A entrevista foi realizada no dia 06 de dezembro de 2011 e retornamos no dia 05 de janeiro de 2012

Eu não sei do lugar onde meus avôs foram enterrados, mas lá tinha os vizinhos dele da época, tinha o Zé Glória, que eu não sei quem é o parente, tinha o Felipe Nery que eu também não sei quem é o parente, tinha um senhor Maneli, chamado Raizada, não sei se é sobrenome ou apelido, é sepultado lá... tem duas criancinhas que era da Eulália que são sepultadas lá e mais pessoas que eu não conheci. Eu só conheci uma senhora que foi enterrada na Fazendinha, eu esqueci o nome... Era tia da Eulália.... a Sra. Sabina, uma velhinha baixinha, eu era pequenina eu ainda conheci, mas os outros eu não conheci ninguém, não sei a procedência nem nada, nem ninguém. E também é um cemitério muito antigo, eu acho que é do tempo da escravidão. Aquela fazenda do Tonhão, meu pai morou lá duas vezes, primeiro casamento e segundo casamento. Tinha essa casarona, cerca de pedra, tinha tudo que era coisa da escravidão, então seria deles, dessas pessoas que papai não conheceu, quando chegou já achou.

A cerca de pedra era pertinho da casa, da fazenda do Tonhão. Agora lá na Fazendinha, ela foi feita pelo próprio dono, o Russú de Freitas, esse senhor eu conheci na Fazendinha. Ele foi enterrado pertinho da porta.

Certamente os que foram enterrados na Fazendinha não tinham documento. Porque meu pai não tinha documento, eu estudei em Arraias sem documento, eu vim tirar registro eu já tava moça, pra ir votar... não, foi para o meu casamento, 18 anos, aí eu fui tirar meu registro. Papai foi se registrar em 1975 pra se aposentar. Eu tenho até a foto dele. Então é isso... O cemitério não é reativado, porque ninguém mexeu lá, o pessoal ia tudo pra lá mesmo naquele cemitério, e assim foi deixado... Foi então no Urubu, que o pessoal enterrou as pessoas depois desse cemitério.

Olha, lá, pelo tamanho, eu acho que tinha muita gente, eu só tenho o nome dessas pessoas que eu falei porque papai falou, mas eu não sei a procedência. Nem o meu vovô e nem a minha vovó eu conheci...

E quando vocês forem ao cemitério, será que vai dar conta de ver quantas pessoas tinha lá? Porque a gente não vê mais lugar, só tem acho que dois lugares que tem o cruzeiro e o rodadinho de pedra. E pra onde vai levar? E não tem um lugar onde pode levar esse pessoal?

ANEXO 2 – TRANSCRIÇÕES DE CUSTÓDIA, PERNAMBUCO

Marinês Teixeira Veras

Tenho 4 filhas, uma de 19 e três de 14 anos. Estava trabalhando no grupo, mas o prefeito perdeu e agora estou desempregada, na mão de Deus.

Nasci e me criei neste sítio do Carvalho, tive minhas filhas aqui, batizei todas as quatro lá na igreja e pretendo casar elas lá, se Deus permitir, mas aquela igreja é tudo, não só pra mim, mas pra família também. Tinha um colégio lá que a gente estudou desde pequeno, aí quando a igreja caiu uma parte por conta da natureza mesmo, foi uma chuva que veio e derrubou uma parte, aí tinha muitos restos mortais, a gente juntava e enterrava de novo, criança mesmo, dizendo que tava enterrando o parente da gente. Porque a chuva escavou muito e desenterrou muito... aí a gente juntava e ia enterrar... a gente era pequeno, não tinha noção de nada... Era tanto que até hoje eu não posso olhar pra um defunto, mas lá eu chego tranquila... sei...os arqueólogos, vieram, escavocaram, teve um corpo que a gente viu, eu vi, acompanhei tudo de perto e não tenho medo, de jeito nenhum... não sei o porquê. E quando eu entro dentro da igreja, é como se eu estivesse dentro da minha casa... é uma felicidade maior do mundo. Ah, mas eu chorei muito quando disseram que a igreja ia ser demolida. Eu soube porque eu vi o pessoal da Odebrecht, era um pessoal muito educado, mas também veio uns que era muito mal educado dizendo que ia passar por cima... daí eu disse a eles que eles só vão derrubar essa igreja se passarem por cima de mim, que nós vamos fazer um cordão e vamo arrodear essa igreja, aí ele falou assim pra mim: pois seus ossos vão ficar dentro de uma caixinha preta, aí eu disse: ahhh pois vai, vocês vão ter que derrubar em cima de mim... e vieram muitos... alguns eram bem educados e outros não... a maioria não respeitava aquilo que a gente tava sentindo. Quando a gente dizia que tinha restos mortais lá esse pessoal dizia, pra quê morto? Pra que restos mortais? Isso aqui não vale de nada... a gente chega aqui e passa com a máquina por cima. Entendeu? Cada coisa que eles diziam me feria mais ainda que eu tenho depressão, aí eu entrei em depressão profunda, mas mesmo assim eu tava

lá, o que encontrava eu tava lá, se era um pedaço de dente eu tava lá, se era um pedaço de dedo eu também estava... acompanhei tudo, todas as fotos que eles tiraram... Eu não lembro quando eles chegaram não, só sei que a felicidade foi tão grande, porque quando eu dizia assim, só eu não, a comunidade inteira que sabia cada um os mais velhos sabiam onde tinha corpo enterrado, diziam aqui ó. Aí foi quando eu fiquei feliz porque eles pensavam que iam dar a viagem de São Paulo pra cá perdida, em vão, não iam encontrar nada. Aí eles viram que era verdade eu fiquei feliz.

E foi feita muita reunião sobre a Odebrecht, eles sempre deixavam a gente lá embaixo, porque a gente morava no sítio, que era esmoleu, que não tinha nada na vida como é que a gente ia saber da igreja.... mas é o único patrimônio que a gente tem, é a única coisa que a gente tem... eles fizeram uma igreja lá embaixo, mas a gente não se sente a vontade... a gente se sente a vontade no que é da gente. Tanto que a gente vai pra lá, limpar ela e fica lá... até deitar ali no cimento a gente deita...quando tá bem limpinho... não tenho receio de nada...eu brincava lá, não só eu, meus irmãos, a gente achava cabeças inteiras e enterrava de novo.

Tinha a novena lá, muitas festas, até hoje tem. Teve a novena em agosto, minhas filhas apresentaram no dia dos quilombolas, na noite dos vaqueiros...

Então o que eu tenho a dizer da igreja é que o dia que disserem que a igreja foi tombada pra mim vai ser alegria maior do mundo... acho que até melhora da depressão.

A gente não sabia como ir, como acessar o computador, nós somos uma comunidade quilombola... aí tem os professores quilombolas que moravam aqui, mas que devido o emprego deles eles passaram a morar na rua. E tinha acesso a computador.. aí eles disseram que isso estava errado, que iam botar na internet isso e que aquela igreja tinha que ser tombada... daí graças a deus primeiro e depois aos professores quilombolas e a comunidade que se reuniu aos professores...aí eles colocaram em tudo que é internet, chamaram a reportagem, Limdeberg chamou a reportagem,

também tenho muito que agradecer a ele, que ele mora em Custódia, mas agarrou assim com força... deu muita ajuda aqui...Ele era professor quilombola e mexe com todas as tribos aqui de Custódia.

O trabalho dos arqueólogos foi excelente. Dr Sergio quando ele desceu a calçada da igreja, no primeiro dia que ele botou o pé assim no chão aí ele fez assim com o pé (sinal de limpar com o pé o chão) e disse aqui tem um.... aí ele se arrepiou todinho e chorou. Aí eu disse meu Deus do céu, será que tem mesmo? E ele disse tem sim.... e mandou o rapaz escavar, deitou no chão e era mesmo o corpo de um escravo, aí eles não tinham jeito pra enterrar, enterrava de qualquer jeito.

Tanto que no lugar que ele tava enterrado o pessoal da Odebrecht tirou um poste que tava quase em cima do corpo e tiraram escondido da gente, cortou a luz.

O juiz falou só com os grandão lá, nós ficamos só aguardando só. O padre só quer saber da outra igreja, nós chamamos ele pra uma reunião, foi lá na nova igreja e ele disse que se dependesse dele pra ir praquela igreja ali, nunca que ele ia celebrar uma missa ali. E é nossa igreja.... ele não quer ir...ele celebra na igreja que a Odebrecht fez com duas, três pessoas. Mas o juiz disse que quer mandar ele ir pra ver se ele não vai.... naquela igreja ele ia, antes da transnordestina ia, celebrava missa, quando tinha noite de novena... aí depois da transnordestina nunca mais porque ele recebeu uma indenização e não quer devolver.

O dono seu Luís Gonzaga, a mulher dele logo entrou em depressão porque pegaram logo a casa dela... e quando eles chegaram foi um choque para todos nós... porque a Transnordestina não vem trazendo nada de benefício pra nós. Porque se fosse trazer algo bom, pelo menos procurava as mães de família e os pais de família pra oferecer um emprego.

Uma vez fui pedir emprego falando que tinha quatro filhas pra cuidar e o senhor falou se eu não tinha TV em casa pra ficar fazendo filho desse jeito! Uma ignorância e uma falta de educação,...

Então, agora não, muita gente precisando aqui de emprego.

Em uma reunião na associação eu disse que eles não estavam trazendo nada de bom, só querendo derrubar nossa igreja. E o moço disse assim “não... vocês estão brigando por pequenas coisas”... e eu disse, pequenas coisas não, pra nós é uma grande coisa. Essa igreja de São Luís era toda vida uma festa boa.

Sequer vão transportar a gente, vai trazer carga... A única coisa que a Transnordestina trouxe aqui foi de acabar com a vida da gente. Tem chamado a gente algumas vezes pra reunião por causa das explosões... essa rachadura em casa, já foi por causa das explosões... aí eles só medem 90 metros, de lá da explosão pra casa da pessoa. Aí por exemplo, a minha casa não pega, mas só que atinge, mas eles não querem nem saber... só se informa as coisas, mas não vão na casa da gente pra ver como tá. Tem explosão que derruba copo da estante. Toda terça tem. Se a gente tiver descuidada até desmaia, porque assusta né.

As explosões que vão fazer, a comunidade já tirou fotos de tudo, e se acontecer alguma coisa, vocês da Transnordestina serão os primeiros responsáveis.

O que mudou foi a falta de respeito deles, a gente era uma comunidade muito quieta, organizada, fazia as festas tudo direitinho, aí colocou uns contra os outros pra derrubar essa igreja. O grupo que era um patrimônio onde nós estudávamos, foi demolido também. Foi tirado com uma raiva, porque tem muita gente aqui que não tem onde morar e o grupo tinha o telhado novo, pediram e não deram... passaram a máquina por cima e não deixaram nada. Tinha linha nova, porta.... não deixaram tirar nada.

Sabe, a gente era feliz e não sabia. Tinha a igreja, o colégio, mas a gente toda vida chamou grupo, aí em frente ao grupo tinha um pé de umbu e nós brincava lá e em frente a igreja tinha outro. Por trás da igreja como a chuva tinha derrubado a parte de trás dela e é onde tinha o muro de terra e os cadáveres. Muitas vezes a gente ia pra escola no outro dia e encontrava na estrada mesmo era osso da canela, a gente pegava com a mão mesmo pra você ter ideia de como a gente não tinha noção e

chegava lá e empurrava dentro da areia pra enterrar de novo aí dizia o nome da pessoa que a gente tava enterrando... não sabia quem era não... a gente chegava e enterrava. Aí quando era hora do recreio a gente pegava e falava vamo lá enterrar fulano? Pra gente era uma brincadeira que depois que a gente se entendeu por gente que nós passamos a levar a sério. Saber a importância que a gente começou a ler e a escrever e os professores diziam o quanto aquilo era importante pra gente.

Mas os mais velhos aqui sempre diziam.... aqui foi enterrado fulano... aqui tinha o capitão Lili... disse que a terra não comeu ele. Porque ele matou muito escravo, judiou. Quando era pra arrancar ele pra enterrar outro na cova dele, aí o nome do homem era Gonzaga, aí ele chamava vem cá senhorinha, vem cá, e ela dizia vô não porque foi você que arrancou Lili e botou aí na parede da igreja encostado. Vô não que foi vc que arrancou Lili e botou pra ela ver. Nem a terra comeu de tanto judiar com os escravos....Ai a gente também quando era criancinha tinha medo. Mas aí agora depois que a gente soube o que é patrimônio histórico, dá valor aos antecedentes da gente, porque meus tataravôs podia ter sido enterrado ali, e minha avó morreu com 86 anos e disse que tinha muita gente da nossa família ali. Aí os professores quilombolas também foram ensinar o que era a gente ter a nossa própria identidade.

O lugar da igreja agora mudou pra melhor, as festas ficou melhor, no último dia de festa é muito bonita. Mas no tempo de minha mãe ela diz que era muito bonita as festas, o antigo prefeito Luizito trazia energia na época da festa, e vinha gente de todo lugar: Sertania, Arcoverde, serra, afogados, vinha de todo lugar, concentrava gente. Era nove noites de novena com zabumbeira.

Nessa novena deste ano a gente pediu muita paz, porque eles vinham falar com a gente com muita violência, chegou um dia até dos professores saírem da igreja chorando. Aquela cerca foi boa, senão já tinham derrubado. A gente ficava assim com medo de a qualquer momento chegar lá e não ter a igreja.

O ponto principal foi os arqueólogos porque eles acreditaram na gente. Tinha muita gente que não acreditava, A própria empresa não acreditava no que a gente dizia e

quando os arqueólogos chegaram e fizeram o estudo e viram que era verdade aí Sergio que é de SP, ele falou assim, ele sabia que não ia dar viagem perdida e quando ele achou os restos mortais, ele disse a minha viagem não foi perdida e começou a chorar.... ele só sentiu ali nem tinha começado a cavar.

Antes de Sérgio, Catarina, não veio não... se veio não falou pra gente, igreja.... nem falou que era arqueólogo... na verdade a gente nem sabia o que era arqueólogo, os professores quilombolas pesquisaram muita coisa na internet e disseram pra gente como é, os professores nunca abandonaram a gente.

Eu parecia uma arqueóloga também... toda hora eu deixava a merenda do grupo e ia pra lá.

Roberto Luciano Tenório do Amaral

Padre da Paróquia de Custódia

49 anos

Sou padre há 21 anos e estou aqui há dois anos e nove meses na paróquia. Sou filho da terra mas pouco vivi aqui, minha vida foi em Recife, logo em seguida Belém do São Francisco e fiz Floresta, bem próximos. Floresta é a sede da diocese, nós custodienses pertencemos a Floresta.

Vim pra cá, pois pediram-me e a gente simplesmente obedeceu. Aqui em Custódia eu vivi até os catorze, quinze anos e depois daí já fui ao Recife. Desde criança, eu devia ter uns sete, nove anos no máximo, isso veio assim... eu visitei uma Capela de Santa Rita de Cássia e vendo o padre celebrar a missa eu disse, eu quero ser padre. E felizmente daquele dia até hoje essa convicção não saiu.

Esta igreja, a matriz São José, eu creio que eu frequentei não mais que dois anos. Primeiro eu morava na zona rural, Quitimbu, foi o primeiro povoado do município, Custódia veio muito depois... Custódia deve estar com uns 80 e poucos anos e Quitimbu com uns 120 anos, então é muito mais histórica. Minha família é católica e Quitimbu sempre foi nossa referencia... e a gente sempre teve um elo, uma presença na igreja... Minha família era muito tradicional católica, sua santa padroeira é Santa Rosário que a família todos os anos festeja, a sua festa no mês de dezembro que até hoje continuamos festejando. A padroeira é Santa Rita de Cássia em Quitimbu, mas se festeja também Francisco, Cássia e Rosário. Creio que há séculos atrás as famílias tinham como tradição o seu santo padroeiro e a nossa no caso é Nossa Senhora do Rosário.

Nós temos hoje 42 comunidades rurais no município então nós procuramos passar mensalmente nos locais, estar com eles, celebrar com eles, viver a vida desse nosso povo. A igreja no centro não responde mais, ela no centro não responde mais aos

anseios do povo, então é fundamental descentralizar, ir ao povo.... então a comunidade, a capela é um caminho que nós encontramos.

Nós nos encontramos no princípio de janeiro com todas as comunidades e é nesse encontro que nós já traçamos um calendário para todo o ano, de forma que as comunidades já sabem a data, mês e horário até dezembro das missas que serão celebradas.

Nós temos cinco comunidades que não tem ainda capela. Ou celebramos na escola, ou em frente, ao lado, em uma casa ou embaixo de um pé de árvore, então algum local aparece... o espaço físico não é problema, não é o mais importante. O essencial é a questão igreja-povo, igreja-gente, o espaço físico vem como resultado do trabalho, a consequência.

O Carvalho é uma igreja antiga que, segundo registros, os padres jesuítas expulsos de Salvador ficaram custodiados naquela capela. Agora a igreja, a capela infelizmente ela passou por muitas intervenções, por muitas reformas que ela hoje não tem mais sua característica, não tem mais sua historicidade, ela já não representa mais isso. Agora no passado.... de fato ela foi uma igreja que custodiou alguns padres expulsos da Bahia. Nós temos a documentação no nosso livro tombo.

A capela existente não era uma capela comunitária, uma capela pública. Ali algumas pessoas se apoderaram da capela que, pelo estado físico diz a comunidade que era. E esta mesma comunidade se reuniu com a Odebrecht e eles fizeram um acordo em troca de uma nova capela, criaram ata fizeram um acordo, como de fato a Odebrecht ela foi, construiu a capela e doou. Depois com o surgimento dos quilombolas, eles acharam que ela não deveria ser demolida, entraram com o processo e ganharam. Então a capela está lá, mas não é uma capela que seja uma comunidade, onde o povo se encontra, que o povo reza de jeito nenhum. É uma capela fechada.

Todas as capelas construídas nós exigimos do dono da terra um documento doando, de doação para a paróquia, porque depois não será proprietário, dono daquela capela,

mas se vai pertencer a comunidade, ao povo. E a capela do Carvalho não existe isso, é uma capela particular que o dono da terra recebeu a indenização, então ela não nos pertence, e não faz parte da paróquia São José.

Mensalmente temos celebrado missas na capela nova conforme a agenda organizada no começo do ano. Quando organizamos a agenda com as comunidade são chamadas cinco lideranças das comunidades cristãs católicas que vem no começo do ano.

A gente ouviu um pequeno comentário no que diz respeito a festa profana... em relação a capela não se pode questionar porque o terreno foi doado para Odebrecht e a Odebrecht doou para a paróquia... A capela nova pertence a comunidade, povo de Deus.

Se as pessoas que se dizem incomodadas ou que querem incomodar não nos procuram não temos motivo porque procura-los ou nos preocupar.

A festa de São Luiz rei da França tem sido feita há dois anos na nova capela, no dia 24 de agosto.

Nos sentamos apenas para questionar o porquê agora essa nova intervenção, porque não está de acordo com uma coisa que eles haviam feito, mas como eu não estava na época do acordo, não quis interferir, mas deixar que o pessoal que não quer a demolição resolva com a Transnordestina que fez um acordo com eles.

Nós sabemos que ali por ser comunidade quilombola e pelo costume da época, nós sabemos que ali sem dúvida há pessoas sepultadas. Nós não tivemos acesso aos trabalhos dos arqueólogos, apenas soubemos que estiveram lá, vimos o chão que foi cavado e tampado, nós não tivemos acesso nem durante e nem aos resultados.

Se são sepultamentos antigos, creio que ali não é um local ideal para ficar porque é um local abandonado. Creio que seria fundamental para o município criar de fato um

museu alguma coisa em que possamos preservar de fato esses esqueletos, isso é grandiosíssimo, mas lá iria ficar no abandono que até então esteve. Agora jogar lá ficará perdido como até então esteve. Não iria nos ajudar a reconstruir a história de nossa gente em hipótese nenhuma.

A capela como está pra mim não faz muito sentido, porque se você for ver, tirando apenas a parede da frente, nada mais é de sua origem, laterais e fundo foi tudo refeito, telhado madeira, tudo foi refeito. Nada mais é do tempo, tudo foi inovado. E lamentavelmente todo desenvolvimento infelizmente requer um sacrifício, então eu não vejo o motivo, a razão porque reindenizar, refazer um grande desvio de um trem que está aí pra passar, por causa da capela. Creio que uma escavação séria, retirando tudo que possa estar ali naquela região e criar um museu traria muito mais benefício a comunidade e a população de Custódia do que demolir ou não aquela capela.

Luiz Siqueira Amaral

Professor

Eu nasci no sítio do Carvalho, em Custódia. Hoje já faz 28 anos que moro em Brasília. Cheguei a morar em Três Corações, Minas Gerais, em São Paulo, Recife... Quando voltei para Custódia em 1972 já era adolescente e sabia que tinha gente enterrada na igreja... ia ver a novena, ia rezar, brincar por lá. O povo como não tinha ainda o cemitério da cidade, era enterrado na igreja. Meu avô faleceu em 1976, este foi enterrado já no cemitério de Custódia. Já meu bisavô foi enterrado na igreja. Há uma dúvida sobre quem está enterrado ali. Se é Siqueira Cavalcante ou o Siqueira Barbosa. O Cavalcante é neto do Pantaleão. Daí que não sei quem tá lá.

A pesquisa arqueológica realizada no Carvalho eu achei legal, muito bacana o pessoal cavando o piso da igreja. Só fiquei na dúvida porque o pessoal falou que os esqueletos foram para São Paulo. É verdade? Daí se meu bisavô estiver enterrado lá? Tem que voltar, voltar para onde estava, acho que fica melhor.

A família Siqueira tá toda ali, tenho até um irmãozinho meu, que morreu recém nascido e foi enterrado perto da cruz. Aquele terreno hoje tá muito baixo, os sepultamentos não devem estar muito fundos.

Da família do Pantaleão só tem meu pai, meu tio e minha tia e agora tem nós, os Siqueira Cavalcante. Minha ideia é de juntar todo o pessoal, mais recente e mais antigo. A família Siqueira tem seu papel muito importante, ajudaram a construir a igreja matriz de Custódia. O último prefeito da cidade não se esforçou em deixar a igreja de pé. Ela foi erguida pelos escravos... o padre também não fez nada. Ambos não fizeram a mínima para deixar ela de pé. Podia ser patrimônio de Custódia. Há uma rua em Custódia com o nome do meu avô: rua Aureliano Siqueira Cavalcante. O meu pai, seu Estácio é o principal que tem feito a mobilização e o zelador também. Eles mostraram para o pessoal que a igreja não tá abandonada.

Se o pessoal da Transnordestina fizesse uma réplica da capela talvez o povo aceitasse. Agora parece que a igreja nova vai ser uma evangélica. Lá na capela de São Luiz Gonzaga não tá indo padre. Disseram que as missas tão sendo feitas na nova igreja. O padre não vai lá, mas o povo insiste e continua fazendo as novenas e as festas.

No que se refere as vibrações e possíveis abalos do trem, eu acho que uma solução boa é a reforma da igreja, construir coluna, fazer reforço. O solo é muito rígido. O negócio é só criar duas colunas.

Parece que no dia 9 de agosto foram conversar com o pessoal. E que a igreja vai ficar. Se de fato um dia acontecer da igreja cair, pode deixar cair e manter os escombros. Daí quem passar vai saber que teve uma igreja de mais de 300 anos ali. Melhor do que passar trator em tudo.

Quando for para o Carvalho vou dar uma limpada na igreja e mandar pintar. Se o pessoal precisar de ajuda na reforma eu ajudo mesmo.

Outros locais que tenho pra mim que são importantes é a casa antiga do meu avô, os tijolos antigos. Chamava Casa Grande quando eu era criança. Não devia ter derrubado.

Meu pai mora próximo de onde é a igreja. Mais ou menos um quilômetro pra frente. Pelo que sei aquelas terras eram todas do Siqueira aí foram doando e vendendo e ficou só a parte de meu pai. Querem mudar sítio do Carvalho para quilombola. Queria colocar o nome do meu pai antes dele morrer em alguma rua.

Outras pessoas que você pode falar é Chico Eliseu e Dona Cícera de quase 100 anos.

Sabe, eu sou católico, mas não sou praticante, mas sabendo da história da minha família lá, eu quero fazer uma reza bem bacana, uma novena e convidar todo o povo do sítio do Carvalho.

Com as eleições, eu acho que o novo prefeito pode ajudar porque ele é bem amigo do povo do sítio.